

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 15 • Número 2 • Parte II • Julho - Dezembro 2022

Latinidade - Julho - Dezembro 2022

II



DOSSIÊ

Johannes Maerk & Magaly Cabrolié ¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina.

Óscar Barboza Lizano

RESENHA

Gobierno de facto peruano ataca a nuestra América
Thiago Campos da Silva

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas
Volume 15 • Número 2 • Julho – Dezembro 2022

II

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Mário Sérgio Carneiro

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais – CCS

Diretor

Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH

Diretor

Jaime Antunes da Silva

Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Julho – Dezembro 2022 – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
 Nucleas, 2022.
 v. ; il.
 243 p.

 Semestral
 Inclui bibliografia

1. América Latina – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATININDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ
Carlos Juárez Centeno – UNC
Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey
Katarzyna Dembiczyk – CESLA
Lená Medeiros de Menezes – UERJ
Johannes Maerk -IdeaZ Institute – Viena
Mauricio Mota – UERJ
Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
Tania Maria Carvalho Netto – UERJ
Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Liberales – UW
Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná
Maria Luzia Braga Landim – UESB

Conselho Consultivo

Raimundo Lopes Matos – UESB
Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ
Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC
Eduardo Antonio Parga – UGF
Fernando Rodrigues – USS
Alexandre Dumans – UCAM
Maria Medianeira Padoin – UFSM
Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov. Moscou
Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou
Adalberto Santana – UNAM
Irina Vershinina – Inst. Latinoamericano/Universidad Lomonosov
Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica

Ana Luiza da Silva Vieira Novo – Bolsista PIBIC – NUCLEAS/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**CAPES**

Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Beneficiário de auxílio financeiro da
CAPES – Brasil
Programa de Apoio a Projetos
Institucionais com a Participação de
Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Linha Editorial 03

Apresentação 07

DOSSIÊ

Johannes Maerk & Magaly Cabrolié ¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina. 11

Óscar Alfredo Barboza Lizano

RESENHA

Gobierno de facto peruano ataca a nuestra América 29

Adalberto Santana

Globalização e Relações Internacionais 33

Manoel Gonçalves Rodrigues

Fernando José Pereira da Costa

Questões afroindígenas atuais 65

Maria America Ungaretti Diniz Reis

Das sociedades tradicionais à modernidade - Discussões teóricas sobre a dívida 85

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Questão Social e a Centralidade na Família: a “feminização da pobreza” em cenário ultraneoliberal 97

Natalia da Silva Figueiredo

Sujeitos sem direito: a negação da dignidade humana na lógica capitalista e a fome na dimensão dualística entre privilégio e carência 109

Pâmella Menezes Santos de Campos
Vitor de Araujo Ferreira

Recado confidencial a los Chilenos: resistencia cultural y memorias originarias 137

Paulo Henrique Portugal
Ximena Antonia Díaz Merino

Uma análise sobre o fluxo migratório do Brasil no contexto da pandemia da Covid-19 (abril de 2020 a abril de 2022): os imigrantes advindos da Bolívia e a participação do estado do Rio de Janeiro neste cenário. 147

Ricely Pinheiro Souza

A barbarização da questão territorial (2018-2021) no Brasil: um estudo sobre a mídia 159

Mateus Marinho Annis Araújo Oliveira
Silene de Moraes Freire
Thaís Lopes Cortes

A normalista do Espírito Santo sob o olhar da revista *Vida Capichaba* (1ª República) 183

Sônia Maria da Costa Barreto

Educação e Saúde de Adolescentes da FIA na Pandemia de Covid-19 211

Vânia Morales Sierra
Aline Capistrano do Amorim
Emanuele Silva e Silva

Apresentação

As Revistas *Latinidade*, 2022 vol.1 e 2 reúnem artigos de latinoamericanistas que participaram do *VIII Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas sob a temática Globalização e o Futuro da Democracia -Crises, Rumos e Desafios*. Publicada em dois Tomo I e II, apresenta dossiê e resenha diferenciados, além dos estudos apresentados no Congresso.

Foi uma intensa jornada de apresentações e debates entre os pesquisadores e demais participantes preocupados em divulgar a cultura política e os problemas que envolvem as sociedades americanas.

São temas instigantes e publicados nos dois volumes de 2022. O primeiro livro *Latinidade I* apresenta diferencial na resenha e Dossiê. A resenha apresenta o livro da professora da UERJ Erica Sarmiento e trata da questão *das Imigrações Forçadas*, intitulado *Migrações Forçadas, Resistências e Perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)*, publicado pelo Intermeios, S. Paulo, 2012, com 161 páginas.

Essa resenha também foi apresentada na Revista *Maracanan*, mas o Comitê Científico considerou importante reproduzi-la na *Latinidade*, com autorização da autora, devido à pertinência e atualidade do Tema.

O dossiê, de autoria de Claudio Kuczkowski e Tatiane Dumerqui Kuczkowski apresenta os estudos dos autores sobre as Representações historiográficas da América Latina no Rio Grande do Sul. Um estudo regional, profundo e singular que amplia o conhecimento sobre os estudiosos latinoamericanistas.

O Livro II da *Latinidade* dá continuidade aos estudos apresentados e diferencia-se do anterior pela resenha

apresentada pelo pesquisador Prof. Adalberto Santana da UNAM/México. Trata-se de uma reflexão sobre as disputas democráticas e autoritárias no Peru. Reflexões sobre a política atual e as crises e desafios enfrentados pelo governo peruano e a fragilidade democrática.

O Dossiê de autoria do latinoamericanista Prof. Óscar Alfredo Barboza Lizano, Académico de la Universidad Nacional de Costa Rica, trata dos estudos realizados por Johannes Maerk e Magaly Cabrolié *¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina. Eds. Plaza Valdés. Universidad de Quintana Roo. México. 157 p. 1999.* O dossiê trata com profundidade questões epistemológicas e filosóficas sobre América Latina e seus desafios, crise e procura de novos rumos democráticos.

Os demais estudos sobre memória, patrimônio cultural, estado e sociedade, enfatizando a cotidianidade como desigualdades e discriminações, além das exclusões. São estudos interdisciplinares que se destacam pelo pluriculturalismo. Confirmam o interesse pelas práticas culturais e representações simbólicas, sobretudo às que respondam às permanências econômicas, políticas e sociais e suas ressignificações. O fenômeno da Globalização e o futuro da democracia foi amplamente debatido neste Congresso.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T. Dantas
Organizadores

DOSSIÉ

Johannes Maerk & Magaly Cabrolié ¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina. Eds. Plaza Valdés. Universidad de Quintana Roo. México. 157 p. 1999

Óscar Alfredo Barboza Lizano

Académico de la Universidad Nacional de Costa Rica.

El debate canon de la discusión sobre si existe o no la filosofía de nuestra América entre Augusto Salazar Bondy y Leopoldo Zea Aguilar, tendrá en 1998, casi treinta años después una continuidad en la Universidad de Quintana Roo, mediante el Primer Simposio Internacional sobre construcción del conocimiento en América Latina y el Caribe ¿Existe una epistemología latinoamericana? Realizado entre el 19 al 21 de agosto en la ciudad de Chetumal, México.

Las sesiones las organizaron de esta manera:

1. ¿Existe una epistemología latinoamericana?, implicaciones para las ciencias sociales y naturales.
2. ¿Existe una epistemología latinoamericana?, implicaciones éticas para la investigación.
3. Tendencias actuales en el quehacer epistemológico en América Latina y el Caribe.
4. Perspectivas y nuevos horizontes.

Producto del debate se ha producido y publicado en el año de 1999 el libro coordinado por Johannes Maerk & Magaly Cabrolié Vargas ¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina y el Caribe. Eds. Plaza Valdés. Universidad de Quintana Roo. México. 157 p.

Esta publicación cuenta con un cuerpo introductorio a manera de presentación escrito por los coordinadores, además nueve textos que se expusieron en el simposio y se complementaron y ajustaron para la publicación.

Un primer texto de Hugo Zemelman, titulado: *Epistemología y política en el conocimiento socio histórico*, cual inicia con la pregunta ¿Existe una Epistemología Latinoamericana? y más que dar una respuesta busca debatir y emplazar a los intelectuales del momento frente al cambio de siglo. Cuestiona: “la falta de compromiso con su propio quehacer, una falta de compromiso ante el desafío mismo de conocer la realidad” (p. 12.). Recuerda que la caída del muro es simbólica y emplaza a los intelectuales que renunciaron a cuestionar el capitalismo. Vincula eso que sucede con el pensamiento latinoamericano y pregunta: “¿se está pensando en América Latina? ¿efectivamente se piensa en América Latina? ¿desde dónde se piensa América Latina? ¿para qué se piensa América Latina?” (p. 13). Responde rápidamente: “los programas de posgrados es la prueba que no se piensa, porque el mundo intelectual vive en un mundo cosmopolita” (Ibíd.). Advierte que “la formación es técnica y poca atención a la historia o ninguna, poca atención a la historia de las ideas” (p. 14). Lo que lo lleva a plantear una cuestión grave: “¿existe, me pregunto, la necesidad de conocer América Latina? o ¿existe más bien la necesidad de escribir sobre América Latina?” (p. 18). Estas y otras preguntas retoman aquello del conocimiento y utopía como el marco más inclusivo de la discusión epistémica y desde esa vía se establecen categorías para pensar a América Latina construyendo los futuros posibles. De esta manera propone: “hay que formar gente capaz de pensar su momento, no de explicarlo, la explicación viene después, ya que si es capaz de pensar podrá explicar” (p.26)

Las reflexiones de Zemelman son para que todas las ciencias incorporen la utopía como forma de construcción del conocimiento y conciencia.

El segundo texto es el de Horacio Cerutti Guldberg titulado: *Perspectivas y nuevos horizontes para las ciencias sociales en América Latina*. Inicia en el primer párrafo con la pregunta ¿Existe una epistemología latinoamericana?, cual considera Cerutti como fundamental durante años y que debe impulsarse de forma continuada. Nos dice Horacio: “la expresión filosofía latinoamericana tomada en su sentido literal me parece una contradicción en los términos” (p.30). Ya que para él: “la filosofía latinoamericana remite al modo de reflexión o al modo de practicar la filosofía entre nosotros.” (Ibíd.) porque considera: “el filosofar es universalizable” (p.31).

Un aspecto central de la intervención de Cerutti: “cómo se hace o cómo hacer un filosofar latinoamericanista” (Ibíd.) y pregunta: “¿Cómo ha sido posible filosofar desde nuestra América?” (p. 33) Lo que remite a la pregunta inicial del simposio y el libro, lo cual lo lleva a responder: “el filosofar de nuestra América ha sido posible pensando la realidad a partir de nuestra propia historia, crítica y creativamente, para transformarla” (Ibíd.). Posteriormente asume el desarrollar esta afirmación por partes en el texto desarrolla que la tradición del filosofar latinoamericanista se cobija bajo el pensar la realidad por lo cual hay que plantear ¿Cómo se hace? ¿Cuál realidad se refiere? ¿Qué realidad? ¿Cómo pensarla?

El filosofar latinoamericanista de Cerutti, se centra en la realidad sociohistórica. Esa es la tradición filosófica latinoamericana. Advierte: el acceso a la realidad es mediado por el lenguaje y el código lingüístico, cuales producen códigos acceso a la realidad sociohistórica latinoamericana.

De lo anterior decanta en su disertación: “los sujetos filosofantes son diversos por su condición social, por su género

etc.” (p.37). “Cuestión que el pensamiento latinoamericano vio con toda claridad” (Ibíd.).

Los argumentos desarrollados por Horacio llevan a enumerar y desarrollar lo que llamó cuatro consecuencias de la llegada de la filosofía después de 1492. Cuestiona que se asume un cambio según las modas de corrientes del pensamiento que nos llegan desde afuera. Se adoptan se deforman, se desechan hasta asumir pluralismos. Lo que lo lleva a plantear: “la filosofía es un esfuerzo por pensar la realidad a partir de la propia historia crítica y creativamente para transformarla” (p.42). De esta forma en el texto reconoce que existen formas de resistencia indígena que postulan la existencia de pensamiento previo a la conquista y eso se puede demostrar “cuando uno empieza a rastrear en serio todas las sublevaciones indígenas desde Túpac Amaru hasta el zapatismo” (p.43). Esos pensamientos de resistencia serían propios y generados como respuesta al pensamiento hegemónico de las corrientes que nos llegan. Destaca que “toda la reflexión latinoamericanista desde los mayas, hasta ahora, lo que se ve es que se piensa la realidad para transformarla.” (p.45). para Horacio esa es la preocupación permanente latinoamericanista de allí que afirme: “la filosofía se ha hecho aquí por razones prácticas” (Ibíd). Al hacer la independencia, crear educación para inventar ciudadanos y construir países nuevos, todo eso es necesario como filosofía práctica latinoamericanista.

El texto de Horacio Cerutti que aparece en el libro coordinado por Maerk y Cabrolié, como hemos visto es una síntesis de su obra titulada: *Filosofar desde nuestra América. Ensayo problematizador de su modus operandi*, escrita en 1999 y publicada en el año 2000. Destaca sus cuatro secciones en esa síntesis presentada en el simposio en Chetumal. 1-Pensar la realidad, 2-... a partir de la propia historia..., 3- ...crítica y

creativamente... 4- ...para transformarla y concluye con una convocatoria a un filosofar problematizador.

El tercer texto es del profesor Francisco Piñón de la Universidad Autónoma Metropolitana se titula: *Cultura, valores éticos y modernidad. Hacia una eticidad Latinoamericana*. Este inicia planteado: “Nuestra ‘modernidad’” (p.47), algo que aparecerá recurrentemente en el texto. Su intencionalidad es dejar claro que Latinoamérica es parte de la modernidad, una modernidad desde la realidad del continente americano. Se podría confundir al inicio con la propuesta homogeneizadora del mestizaje, sin embargo, con forme desarrolla su narrativa cuestiona que se llegue a: “pretender una homogeneidad cultural, lineal y monolítica” (p. 62).

Lo anterior es el gran reto planteado para el siglo XXI y que construye a lo largo del texto cuando incorpora propuestas concretas de cómo alcanzar una nueva epistemología. El camino es por medio de una filosofía de la cultura, advirtiendo que el entender y reconocer la decadencia de Occidente, no significa la decadencia de la cultura humana. Por lo tanto, la lectura de la filosofía de la cultura pasa por un devenir de vivencia, sueños, mitos, realidad y utopía. Nos llama a luchar por una filosofía de la cultura que no se encierre en el destino manifiesto ni en la alienación planetaria. Por lo que nuestra modernidad demanda ir hacia los derechos colectivos, sociales con el propósito de construir comunidad que se arraigue a las tradiciones para crear el mundo donde quepan muchos mundos y “donde el mandar es obedecer” (p. 53). Por lo que se debe combatir la moderna “Stoa griega” (Ibíd), del nuevo dios Moloch¹, misma alusión que hace Piñón en el texto y aparecería

¹ Dios Moloch, ha sido designado como un dios cananeo que devora a los niños en sacrificio. Al mismo Cronos se le ha denominado Moloch que devora a sus hijos. Significado, rey, gobernante, Baal, En la cultura judía se

en esa misma línea de representación en la película *Metrópolis* realizada en Alemania en el año de 1927, perteneciente al del género de ciencia ficción y dirigida por Fritz Lang, donde Moloch es la máquina corazón que devora a los trabajadores.

De la misma manera simbólica usando la caracterización de este dios “becerros de oro” llama a que no se importen los fetiches de adoración al progreso, globalización y transculturación a los pueblos subalternos y periféricos. Así Piñón nos lleva en su narrativa a señalar que todavía existen aquellos que intentan alienarnos culturalmente para que el mundo sea una aldea “dirigida por la potencia que siguen emulando el Leviatán de Hobbes” (p. 54). Por lo tanto, propone que las miradas se deben dirigir a la historia y es aquí donde revela su inscripción historicista con el grupo de Historia de las ideas de Zea y el proyecto Hiperión. Entonces propone que nuestros procesos culturales contemporáneos deben tener un profundo sentido histórico para entender que sólo existen culturas en transición y no híbridas. Por consiguiente, nos alienta a que nuestra modernidad se nutra de la “savia de nuestras antiguas tradiciones” (p. 56) y así la eticidad latinoamericana sea suscrita a nuestra cultura histórico-filosófica y sintetice el pasado cultural europeo y americano en todas las visiones de mundo. Surge la pregunta ¿Está Piñón reviendo el sentido utópico de nuestra América para toda la humanidad?

Piñón construye la justificación para plantear que: “necesitamos una nueva *paidea* y epistemología para América Latina” (p.57), así profundizar en sus raíces culturales hasta aprender de los mitos y las viejas utopías. Así nuestra filosofía

le representa como un humano con cabeza de Becerro o carnero con fuego en el interior.

volverá a la esencia del ser humano que intenta cambiar el mundo.

En su texto recuerda al poeta Darío y a los Talamantinemehs toltekas, para mostrar ese otro dios que confronta a la otra América. Porque nuestra América es la que “vibra y es hija del sol” (Darío en Piñón, 1999, p. 60), por lo cual, desde la reflexión crítica de la historia nació la teología de la liberación en nuestra América. Por lo tanto, para él ahí radica: “la relación entre epistemología e historia” (p.61). Por consiguiente, el nuevo mundo de los valores se nutrirá de los “ethos que conforma las disímbolas culturas latinoamericanas” (p. 62).

Como vemos el texto de Piñón a los albores del siglo XXI, buscaba proponer una epistemología-histórica-ética-comunitaria en nuestra América para superar el individualismo neoliberal. Veintitrés años después aún no lo hemos logrado. Al contrario, el multiculturalismo como proyecto cultural neoliberal profundizó el individualismo. Por lo que la propuesta de Piñón sigue vigente.

El cuarto texto es del profesor de la Universidad de Quintana Roo Alberto Pereira Corona titulado: *La epistemología frente al reconocimiento del conocimiento de las ciencias naturales*. Pereira, divide su texto en tres vertientes para resolver el problema del reconocimiento del conocimiento al cual se somete la ciencia que se produce en América Latina. Para él la primera afecta al individuo y a los grupos, la segunda es el reconocimiento social desde los centros de poder y la tercera el reconocimiento transepistémico del conocimiento.

El conocimiento que se genera en América Latina no dice Pereira: “no está perdido, pero está siendo ignorado” (p. 68). Respalda lo que Sergio Salazar escribió en su artículo en 1975, al respecto. Por lo tanto, la centralización del conocimiento por los sistemas globales hace que estos lo

validen para que ese conocimiento centralizado construya los arquetipos educativos, cuales reorientar las investigaciones y publicaciones en favor del poder económico global y legitiman a los que ostentan el poder. Nos dice Pereira que ocurre en la Ciencias Naturales en toda Latinoamérica. Esta alienación científico-educativa es para Pereira la base que hace imperativo el proponer una “Ciencia o Epistemología desde, por y para Latinoamérica” (p. 69). Para el autor la base es generar conocimientos no sólo desde lo formal, sino desde los tradicionales generados por la experiencia y que están fuera de la formalización y visión corta y limitada de las ciencias formales. Lo que nos llevará a crear corrientes transepistémicas del conocimiento.

Posteriormente, Pereira genera en el texto una crítica a los superespecialistas del conocimiento que terminan perdiendo hasta el mismo objeto del conocimiento y que estos tienen hasta la osadía de autoproclamarse constructores oficiales del conocimiento. Así genera dos apartados: “El curandero de la selva” y “Salchichas para especialistas”. Donde los constructores del conocimiento ya ni saben lo que estudian, por lo que es imposible que logren crear relaciones epistémicas de su propio objeto de investigación y menos con otros. La solución de Pereira es la transdisciplinariedad para tratar de dar “coherencia a la Babel de conocimiento” (p. 73). Si no se hace de esta manera para Pereira la ciencia estará cada vez más alejada de lo humano.

El quinto se titula: *El neoliberalismo como pseudociencia*, escrito por Juan Carlos Arriaga Rodríguez de la Universidad de Quintana Roo, México. El texto reflexiona en torno a la construcción del conocimiento desde los centros hegemónicos del pensamiento neoliberal como pensamiento científico y la legitimidad ante esos centros del poder económico de los

padres pensadores del neoliberalismo como universales, lo que tuvo consecuencias graves para América Latina.

Lo anterior hizo que los economistas latinoamericanos aceptarían con “fe ciega el argumento” (p.86), emanado desde los centros de poder. Por lo que para finales de siglo XX, “la adoración de la tecnocracia latinoamericana es el mercado” (Ibíd.) y sigue siendo en la tercera década del siglo XXI.

Para el autor la ambigüedad conceptual aleja al neoliberalismo del razonamiento científico, por lo cual es una pseudociencia. Y que eso llevaría a la humanidad a un oscurantismo del cual nos advertía que “difícilmente podremos salir algún día” (p. 87). Diríamos que muchos países de América Latina: veintitrés años después nunca enfrentaron el modelo, están viviendo la aparición de ese sujeto neoliberal y que será difícil que salgan como nos lo afirmó Pereira en 1999. Sin embargo, algunos países de América Latina que adoptaron la dirección latinoamericanista la cual salió de la IV Cumbre de la Américas en Mar del Plata en el año 2005, podrían ayudar a ver otras alternativas. Sin embargo, siguen las disputas por permitir la imposición total o no del modelo económico y cultural neoliberal.

El sexto texto es del profesor Leonardo H. Rioja Peregrina de la Universidad de Quintana Roo, titulado: *Consideraciones en torno a la adopción del término “Desarrollo Sustentable” en América Latina*. Este se divide en cinco secciones principales: 1- Relación ser humano naturaleza, 2- Construcción de saberes ambientales 3- Surgimiento del término “desarrollo sustentable” 4- La necesaria adopción del término en América Latina y 5 -En búsqueda de contenido para la durabilidad desde la perspectiva latinoamericana.

En la relación ser humano naturaleza, Rioja es enfático en señalarnos como la naturaleza es el valor de cambio más importante conforme el capitalismo se expande en todas sus

relaciones en el sistema mundo. El capitalismo por medio de la apropiación de la naturaleza hace que esta sea escasa, adquiriendo más valor por lo que la hace un objeto de disputa permanente.

En la construcción de saberes ambientales, busca el autor señalarnos cómo se construyó esa conciencia ambiental, la cual con la definición del término desarrollo sustentable en el libro “Nuestro futuro común” se convierte realmente en una falsa conciencia ambiental, o como lo señala Rioja: “una conciencia distorsionada”(p.99), revelándonos que “la conciencia ambiental no existe” (Ibíd.) ya que esta distorsión sólo construye “cortinas de humo” desenmascarando desde 1999 la falsa utopía del desarrollo sustentable o sostenible.

Por lo tanto, en la siguiente sección del texto explica el surgimiento del término. Retomado los debates de la no traducción al castellano de lo que definió el informe de Brundtland y nos dice que lo que más se acerca es el término “durable”, es decir: “Desarrollo durable” (p.100). El texto aborda el desarrollo durable como versión de una perspectiva crítica desde América Latina para tratar de modificar el objetivo. Porque en realidad la visión del concepto del Desarrollo Sustentable (sostenible) está construida desde los centros de poder.

Rioja busca en 1999, a tan solo siete años de la conferencia de Río 92, advertirnos que el desarrollo sustentable (sostenible) es un paradigma dominante, cual forma parte del proceso globalizador en el marco de un discurso transnacionalizado “ecologista-ambientalista-sustentabilista” (p.103). Como hemos destacado en una de nuestras publicaciones sólo se trata de la legitimación de la globalización neoliberal ², dándole una

² Ver Barboza Lizano Óscar (2013). Revista *Latinidade*. Universidad del Estado de Río de Janeiro.

cara verde al modelo, coincide con lo que nos plateaba Rioja en 1999. Además, Rioja advierte del culto cuasi religioso, que desde la generación del conocimiento el uso del concepto desarrollo sustentable (sostenible) profundiza la dependencia conceptual.

Iniciando el cuarto apartado del texto el autor, describe como las políticas globales de los centros del poder mundial tienen demasiado eco en los gobiernos de los Estados latinoamericanos y ciertas capas de intelectualidades, las cuales legitiman la dependencia económica y conceptual de la región a esos centros hegemónicos. De esta manera la trampa del Desarrollo sustentable (sostenido) creó una nueva dimensión de dependencia, la cual se le ha llamado “cambio de deuda por naturaleza”. De allí que Rioja cita a Shavid Javed (1998), donde el concepto dependiente obliga a los científicos a apoyarse en las mismas instituciones internacionales que determinan la dependencia económica con el objetivo de que el modelo de dependencia sea inseparable del manejo de los recursos naturales, las economías y la cultura que se consume en las periferias. Estas dimensiones sustentables han generado cientos de programas de estudio de grado y posgrado en las universidades latinoamericanas, las cuales terminan legitimando el ya no tan nuevo modelo de dependencia y legitimación neoliberal verde. Por lo que, Rioja nos planteará el desarrollo durable para la ruptura con esta imposición del paradigma sustentable desde el centro y para el centro del poder mundial.

Esa propuesta de ruptura será la que el texto desarrolla en la quinta sección como una búsqueda para darle contenido a la propuesta de la durabilidad. Así poder fundamentar conceptualmente la contrapuesta al desarrollo sustentable (sostenible) desde la América Latina. Por lo tanto, la propuesta es el desarrollo durable latinoamericano. El autor propone el

desarrollo durable como un “concepto científico, político, económico y alternativo, liberador, inclusivo, profundamente crítico e incluso subversivo” (p. 109). El desarrollo durable aspiraría a transformar las relaciones sociales de la producción capitalista. Mira ese desarrollo durable como la única vía para salvar a la humanidad del colapso ecológico planetario.

La metodología que propone Rioja para darle contenido al desarrollo durable radica en recuperar, recrear conceptos, concepciones y construcciones cognitivas vivas en las prácticas ancestrales culturales. Por lo cual, es imperativo que el contenido de la durabilidad incluya las luchas y resistencias culturales para la nueva creación y construcción de posibilidades del conocimiento.

El séptimo texto de este libro se titula: *La contribución del teatro al conocimiento de América Latina*, escrito por Héctor Rosales del Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (CRIM-UNAM). Este texto responde a las investigaciones del autor en las interrelaciones entre el teatro, la sociedad y el conocimiento. Abarcando tres grandes campos: 1-La situación latinoamericana y la necesidad de abrir una ofensiva epistemológica, 2- Lenguajes artísticos y el conocimiento y 3- del teatro como dispositivo para conocer América Latina. En el primero, nos llama para tener en cuenta: “la dimensión ética de para qué investigar, cuál es el sentido de la investigación”. (p.113)

El segundo explica como los lenguajes creativos nos acercan al pensamiento social latinoamericano, por lo cual propone que en los Estudios Latinoamericanos es imperativo incorporar todos estos leguajes artísticos. Así desde el estudio del teatro latinoamericano en los Estudios Latinoamericanos, se van a crear formas des-alienantes de la ciencia hegemónica, ya estos artes nos acercan a la naturaleza y el entendimiento de las paradojas contemporáneas.

Por último, en el tercero, nos recalca que por medio del teatro y las artes podemos mirar más allá de lo aparente. El estudio del teatro lo llevó en sus investigaciones a múltiples diálogos, investigaciones e interrelaciones de carácter epistemológico. El estudio del teatro desde sus orígenes se relaciona con muchas ciencias, por lo tanto, propone pensar el teatro latinoamericano en una dimensión transcultural, en una tradición científica y artista que recupera para los estudios culturales los aportes creativos de las comunidades.

Uno de los directores del simposio y coordinadores del libro, Johannes Maerk presenta el texto titulado: *La “ciencia cover” en las ciencias humanísticas y sociales en América Latina*.

Maerk de manera magistral y con el humor que le caracteriza utiliza los “cover” musicales para describir el “cover” en las ciencias sociales y el humanismo en América Latina. Esto para el autor es la forma más burda de hacer ciencia dado que sólo copian conceptos y métodos ajenos sin discernir si son o no aplicables al objeto de estudio. Nos recuerda que Gaos a esto le llamaba “imperialismo de las categorías” (p.126), las cuales se aplican “sin recibir las modificaciones y adaptaciones” (Ibíd.), a la realidad latinoamericana y sus procesos económicos, políticos y filosóficos. Incluso se llega a “traducir conceptos y teorías ajenas al español latinoamericano” (p. 127). Por lo cual se pregunta el autor: “¿Cuáles podrían ser las causas de este contrabando de ideas desde los llamados centros del conocimiento (sobre todo Europa y Estados Unidos) hacia el continente latinoamericano?” (Ibíd.).

Esquematiza cuatro causas posibles para responder a su pregunta. La primera, que la escolástica se extendió hasta el siglo XVII. El empirismo y el racionalismo se dan a conocer en América Latina más de un siglo después. La segunda después

de la independencia se convirtió el positivismo en la guía espiritual, adoptándose la universidad napoleónica con graves errores como la separación de la investigación y la docencia, la primera centrada en institutos autónomos y la segunda en la Universidad.

Lo anterior hizo que el positivismo se convirtiera en una receta para la acción práctica. La experiencia se ajustó a la ciencia, esto explica las pugnas políticas del siglo XIX en Latinoamérica para tratar de adecuar la realidad a lo que importaron de Francia. La tercera causa, la *Alianza para el Progreso*, la cual bloqueó el avance de la Revolución Cubana en la juventud universitaria de América Latina, imponiendo los laboratorios, equipos en la bibliotecas y departamentalización universitaria. Esta reforma fue diseñada fuera de la región.

La cuarta causa, las políticas financieras para la región de los organismos internacionales obligan a disminuir el compromiso del Estado para dotar de recursos a las universidades, con el objetivo de promover la privatización de la educación superior para mantener el “*status quo*” de la estructura de poder.

Las únicas respuestas del generador del conocimiento propio que ha dado América Latina según Maerk son: 1- Las Teorías de las dependencias, 2-la sociología de la explotación, 3- modelo centro periferia o imperialismo interno. De allí que cite a Mauro Marini para hacernos entender que de la misma manera que América Latina consume productos importados, “los latinoamericanos van a consumir también las ideas que se generan al otro lado del atlántico” (p.130). Por lo cual, se consumen como fueron acabadas y nunca adaptadas.

Todo lo anterior ayuda a fundamentar el poco o casi ningún interés por los pensadores y productores de conocimiento latinoamericanos, asiáticos y africanos. Incluso, nos hace ver como las mismas instituciones universitarias

invisibilizan a estos, privilegiando las malas traducciones de los pensadores de la ciencia y la técnica de los países centrales, los cuales se incluyen hasta en los programas de formación en la docencia universitaria, como los únicos generadores del conocimiento desde Estados Unidos, Gran Bretaña y Europa. Las editoriales, el sistema de revistas y las becas de posgrado no son de excelencia, sino provienen de estos tres lugares del mundo. Ese imaginario de la estructurada dependencia institucional lleva a los propios latinoamericanos a reconocer que cuando se habla del barrio latinoamericano desde los centros, se habla de los cuerpos, desde la violencia y la sexualidad. Según Maerk, lo anterior son sólo descripciones pobres y mecanicistas de los influyentes representantes del funcionalismo alemán que muchos en América Latina reproducen sin cuestionarse, mientras los cantantes de “covers” se transformaron en cronistas de la vida urbana latinoamericana. De esta manera llama Maerk a que la ciencia latinoamericana aprenda de sus artistas, los cuales han sido capaces de dejar la burda imitación, reproducción y aplicación de ideas producidas para otras realidades ajenas.

El último texto de la publicación se titula: *Disciplina e interdisciplina en las ciencias sociales hoy*, escrito por Gerardo Torres Salcido del Centro de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias y Humanidades de la UNAM. El texto de Torres Salcido recorre los diversos intentos de unificar las ciencias para lograr la totalidad. Mucho de su desarrollo posee como base la obra de las dos culturas de S.P. Snow (1963), será el que marca el inicio del diálogo entre los científicos de las áreas naturales, sociales y humanistas. Desde allí nos dice que hay tres problemas fundamentales a resolver: 1- la unidad de las dos culturas. 2- las consecuencias institucionales del cambio y 3- las consecuencias del cambio en los países periféricos al ser sujetos participantes de la producción el conocimiento, por lo que nos

remite a la pregunta inicial del encuentro ¿Existe una epistemología latinoamericana? La cual se ajusta para preguntarse ¿Puede construirse una epistemología latinoamericana?

Para Torres Salcido, las aportaciones desde el ámbito latinoamericano van hacia un “diálogo dirigido a la liberación, a la construcción de una heurística de la tolerancia y de los movimientos sociales con conceptos propios” (p. 154). De allí que la interdisciplinaridad va “dirigida a construir la utopía de la democracia y la independencia” (Ibíd.). De esta manera pensar el diálogo entre las áreas del saber en América Latina para el siglo XXI, pasaría por la ruptura de las estructuras enquistadas de las universidades latinoamericanas que deben transformarse, nos dice Torres Salcido, en: “universidades abiertas, currícula flexibles y movilidad entre las facultades de profesores y estudiantes, la investigación descentrada en los equipos y las redes de investigadores preocupados por reestructurar conceptos” (p.155). Por lo que para el autor es necesaria una reforma institucional profunda.

Como vemos, la obra tiene una profundidad y solidez digna de estudio en cualquier programa de Estudios Latinoamericanos en el mundo. La posibilidad de entender la evolución de los Estudios Latinoamericanos en las últimas dos décadas, sin duda la encontramos en los textos que se publicaron en 1999, producto del simposio en la Universidad de Quintana Roo, denominado ¿Existe una epistemología latinoamericana? Construcción del conocimiento en América Latina y el Caribe.

El libro debió tener una especie de epílogo con las principales ideas de los autores. Esto nos pudo llevar a reflexiones de cierre para la apertura, a más debate o como bien lo dice la contraportada del libro de Maerk y Cabrolié: “propuestas de caminos posibles” que hubiesen sido

enriquecedoras para mirarlas y referirlas en el tiempo y la evolución del latinoamericanismo. Sabemos por los principales autores que, en el año del 2019, se ha realizado una reunión en la UNAM con motivo de conmemorar los veinte años de la publicación. Aún no conocemos los resultados de mirarse veinte años atrás de estos pensadores latinoamericanistas sobre lo escrito y debatido a los albores del siglo XXI.

RESENHA

Gobierno de facto peruano ataca a nuestra América

Adalberto Santana
CIALC - UNAM

Es evidente que existe un marcado deterioro en las relaciones del gobierno de facto peruano con los gobiernos y pueblos de México, Colombia, Bolivia, Honduras, Chile, Argentina y varios de la región latinoamericana y caribeña que han condenado el golpe de Estado del 7 de diciembre de 2022 en contra del presidente elegido democráticamente, Pedro Castillo Terrones. Esta situación se ha ido escalando en la medida que el presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, inicialmente condenó al gobierno golpista de la señora Dina Boluarte al apuntar: “porque esto se está aplicando en distintas partes. Son golpes blandos, ya no es la intervención militar, ya es ir con el control de los medios de información, que los manejan los oligarcas de los países, ir socavando a autoridades legal y legítimamente constituidas; más, si se trata de gente surgida del pueblo o que quiere hacer algo en beneficio del pueblo y no pertenece a las élites. Entonces, van implementando campañas de desprestigio, magnificando errores que se cometen. Y siguen siendo los medios

Lainidade

instrumentos para manipular y justificar actos contrarios a la democracia. Esto pasó en Brasil, acaba de pasar en Argentina, ahora es Perú” (La Jornada, 09/12/22).

Toda esta situación también se hizo evidente en la postura de los gobiernos que integran la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP). En ese último cónclave regional, durante su cumbre celebrada a mediados de diciembre de 2022, en La Habana, se manifestó: “Expresamos nuestra solidaridad con el hermano pueblo peruano, quien se ha visto afectado por una grave crisis institucional prolongada, que ha generado una serie de hechos que atenta contra la estabilidad y el bienestar de las mayorías”. Agregando: “Rechazamos el entramado político creado por las fuerzas de derecha de ese país en contra el presidente constitucional Pedro Castillo, obligándolo a tomar medidas que fueron luego aprovechadas por sus adversarios en el parlamento para destituirlo” (Los Angeles Times 14/12/22).

Posición semejante la manifestó el presidente colombiano Gustavo Preto al condenar que: “La crisis en el Perú, el apresamiento, sin juez y sin defensa, de un presidente elegido popularmente ha puesto en serio cuestionamiento el papel de la Convención Americana en el ordenamiento jurídico Latinoamericano” (El Espectador, 19/12/22). El más reciente episodio hostil de la administración de Dina Boluarte se generó

con la declaración del gobierno peruano de declarar persona non grata al embajador mexicano en esa nación sudamericana, Pablo Monroy Conesa. La Cancillería mexicana tomó nota de la declaración hostil de ese gobierno golpista al instruir al diplomático mexicano de regresar a territorio nacional con el “fin de resguardar su seguridad e integración física”. Incluso en el comunicado núm. 508 del 20 de diciembre de 2022, en la nota emitida por la cancillería mexicana se afirmaba que “México cree firmemente en el diálogo y seguirá manteniendo los canales de comunicación abiertos con todos los interlocutores, especialmente para atender las necesidades de los mexicanos vecindados en el Perú”. Al respecto el mismo mandatario mexicano afirmó: “Tenemos un embajador muy bueno en Perú, que ha venido resolviendo sin el apoyo de nosotros, el apoyo de la Fuerza Aérea, el traslado de Mexicanos que están o estaban en Perú. Este embajador ha estado moviéndose. Ya por ejemplo ya llegó el equipo de futbol que estaba allá y está utilizando las líneas comerciales y no ha sido necesario el mandar el avión (militar) que esta preparado con ese propósito” (La Jornada, 20/12/2022). Esa situación se desarrolló como una reacción ante el hecho de que la familia del presidente Castillo Terrones se asiló en la Embajada mexicana y con ello logró ser trasladada a territorio mexicano para su protección en la madrugada del 21 diciembre. Diversos parlamentarios peruanos, han condenado esa persecución

Lainidade

política golpista de Dina Boluarte y sus aliados, así como otros parlamentarios de la derecha peruana han acusado al gobierno mexicano de intervencionista e incluso han manifestado su condena de dar asilo en México a familiares “corruptos” del presidente Castillo Terrones.

Recordemos que en diversas partes del Perú como producto del golpe blando y más de 25 fallecidos producto de la represión de las fuerzas armadas peruanas, se han realizado diversas movilizaciones demandando la liberación del presidente Pedro Castillo Terreros; la renuncia de Dina Boluarte a la residencia de facto; la disolución del Congreso y nuevas elecciones generales en el país sudamericano entre otras demandas de un amplio movimiento ciudadano. Puede considerarse que tal como el golpe de Estado generado en Bolivia contra el presidente Evo Morales en 2019, en el Perú seguirá la misma dinámica política de esos países y pueblos andinos. Es decir, entrar en una nueva fase de acumulación de fuerzas para revertir el golpe blando y a través del proceso electoral aprobado por el Congreso para abril de 2024, vuelvan tomar el poder las fuerzas progresistas y democráticas del pueblo peruano. Escenario que de generarse llevará a los golpistas de la oligarquía como Dina Boluarte a la prisión, tal como hoy la padecen la expresidenta golpista boliviana Jeanine Añez y sus secuaces.

Globalização e Relações Internacionais

Manoel Gonçalves Rodrigues³
Professor Universitário

Fernando José Pereira da Costa⁴
Pesquisador

Resumo

A globalização, enquanto processo econômico, político e social, reforçou e ao mesmo tempo foi reforçada pelo neoliberalismo, o que acarretaria em fortes impactos a nível das relações internacionais. Assim, o debilitamento do Estado a nível da política econômica, em razão da desregulação das economias, marcaria o advento e a hegemonia do livre mercado a guiar a trajetória das diversas organizações. O fim da guerra fria trouxe a monohegemonia dos Estados Unidos da América. De fato, a hegemonia unipolar e o paradigma neoliberal elegeriam o Estado desregulado em detrimento do Estado interventor, da variante europeia (*Welfare State*) ao modelo latinoamericano, isto é, um Estado desenvolvimentista. Contudo, as transformações ocorridas nos últimos anos a nível da ordem econômica mundial em especial a ascensão de alguns países emergentes, abre hipóteses não só para um novo arranjo geopolítico no mundo, como também para o mitigação do modelo econômico de cunho liberal.

Palavras-Chave: globalização, neoliberalismo, relações internacionais.

³ manoel.grodrigues@gmail.com

⁴ fjpcosta@sapo.pt

Resumen

La globalización, como proceso económico, político y social, reforzó y al mismo tiempo fue reforzada por el neoliberalismo, que tendría fuertes impactos en las relaciones internacionales. Así, el debilitamiento del Estado en materia de política económica, debido a la desregulación de las economías, marcaría el advenimiento y la hegemonía del libre mercado guiando la trayectoria de las diversas organizaciones. El final de la Guerra Fría trajo la monohegemonía de los Estados Unidos de América. De hecho, la hegemonía unipolar y el paradigma neoliberal elegirían al Estado desregulado en detrimento del Estado interviniendo, desde la *variante europea (Estado de bienestar)* hasta el modelo latinoamericano, es decir, un Estado desarrollista. Sin embargo, las transformaciones que se han producido en los últimos años en el orden económico mundial, especialmente el ascenso de algunos países emergentes, abren hipótesis no solo para un nuevo arreglo geopolítico en el mundo, sino también para la mitigación del modelo económico de carácter liberal.

Palabras clave: globalización, neoliberalismo, relaciones internacionales.

Abstract

Summary Globalization, as an economic, political and social process, reinforced by neoliberalism, which would have strong impacts on international relations. Thus, the weakening of the State in terms of economic policy, due to the liberalization/deregulation of economies, would mark the advent and hegemony of the free market to guide the trajectory of the various organizations. The end of the Cold War brought the monohegemony of the United States of America. In fact, unipolar hegemony and the neoliberal paradigm would elect the deregulated State to the detriment of the intervening and regulating State, from the European variant as Welfare State to the Latin American model called develop Mentalist State. However, the transformations that

have taken place in recent years in terms of the world economic order to the rise of some emerging countries open hypotheses not only for a new geopolitical arrangement in the world, but also for the mitigation of the liberal economic model.

Keywords: globalization, neoliberalism, international relations.

Introdução

O processo de globalização, acompanhado pela extrema liberalização das economias, impactaria enormemente as relações internacionais. Esse processo ocorreria em conjunto com o neoliberalismo e a hegemonia unilateral dos Estados Unidos da América, afetando sobremaneira os países mais débeis a nível da economia sistema-mundo capitalista. Como exemplo do debilitamento das economias afetas ao sistema-mundo, cita-se o caso dos países da América Latina, nos quais o paradigma nacional-desenvolvimentista foi substituído pelo modelo neoliberal, com nítidos recuos a nível da soberania. Por outro lado, nos anos recentes, a emergência de uma série de países da Semiperiferia do capitalismo-mundo parece apontar para a reconfiguração da ordem geopolítica e geoeconômica, com o possível arrefecimento do neoliberalismo.

Metodologia

Buscaram-se ter em linha de conta artigos diversos que considerassem a globalização e suas implicações econômicas, políticas e institucionais, com abordagens que se mostrassem complementares. Também se consideraram referências bibliográficas que buscassem apresentar as consequências da

Latinidade

globalização e do neoliberalismo sobre o Estado, a nível de todas as suas modalidades.

O objetivo é discutir os vários arranjos, existentes e possíveis, em razão da globalização e do neoliberalismo. Nessa linha de ação buscou-se abordar a questão do fim do Estado e sua substituição pelo livre mercado, em razão da hegemonia da globalização neoliberal. Entretanto, também se abordou a possibilidade de ressurgimento do Estado e as prováveis formas disto ocorrer.

Por outro lado, no caso específico da América Latina, a globalização neoliberal implicaria no desmantelamento do Estado desenvolvimentista ou nacional-desenvolvimentista, com implicações sobre o continuar do processo de industrialização e a manutenção da autonomia e soberania.

Nesse sentido, procurou-se ainda uma caracterização da situação vivida pela economia mundial, deste modo mapeando os possíveis cenários que poderiam conduzir a novos arranjos quanto à globalização.

Globalização

De acordo com o que é assinalado por Costa (1999, p. 61 e 63), o processo de globalização suscita fortes questionamentos entre os responsáveis pela formulação/implementação de políticas nas esferas pública e privada e no meio acadêmico. São questionados a sua natureza, alcance, riscos e oportunidades. Questiona-se também sobre as estratégias a adotar em face de condicionamentos internos/externos, em grande parte redefinidos ou inteiramente transformados.

De fato, a abundância de literatura acerca do tema revela a sua enorme diversidade e alcance. Assim, torna-se necessário promover uma análise dos impactos da globalização

econômica sobre o sistema de Estados Nacionais, que constitui o cerne tradicional das relações internacionais. Por outro lado, devem-se também considerar os desafios políticos para os Estados. A globalização representa uma transformação essencial do próprio ambiente internacional, a induzir uma profunda mudança na própria natureza das relações internacionais.

Essas, por seu lado, no dizer de Costa (1999, p. 61 e 63), deixam de estar centradas na interação entre os Estados, tornando-se o poder mais difuso, com o predomínio de fatores intangíveis (tais como a capacidade de mobilizar recursos, de gerar, absorver e aplicar conhecimento, de manter coesão, etc.), que mostram grande relevância face a outras bases tangíveis de poder (território, população, recursos econômicos e capacidade militar). Assim, a vertente inovadora da globalização coloca em xeque a estrutura tradicional dos Estados, em seus atributos e prerrogativas. Em um extremo, aponta-se para o desaparecimento do Estado ou organização em bases regionais, integração econômico-política em bases supranacionais.

Por outro lado, há quem aponte para a redução das opções e da margem de ação dos governos, sobretudo no tocante às políticas macroeconômicas. Isto acarreta desdobramentos a nível da política pública e das estratégias de desenvolvimento econômico e social centradas em termos nacionais. De todo o modo, a soberania, enquanto atributo distintivo dos Estados, face aos demais atores internacionais, estaria sendo empurrada para âmbitos cada vez mais restritos. Com isso, a globalização afigura-se como etapa radicalmente distinta na evolução das relações internacionais, na medida em que desloca os Estados de sua condição de principais protagonistas, de modo a redefinir os seus atributos e alterar sensivelmente o ambiente em que atuam.

Latinidade

Para Costa (1999, p. 64 e 66), deve-se entender a globalização, no que diz respeito às relações internacionais, não apenas em referência aos processos econômicos (o fracasso do socialismo real e o predomínio da lógica capitalista), mas ao próprio sistema de Estados Nacionais e respectivos marcos regulatórios, como o sistema multilateral de comércio da OMC e o conjunto de normas e expectativas que orientam o sistema financeiro internacional e o mercado internacional de capitais. Ao contrário do que afirmam os globalistas, a globalização não suprime a dimensão interestatal das relações internacionais.

No entanto, a globalização impõe aos Estados nacionais drásticas transformações/restrições quanto a suas prerrogativas básicas, organização e funcionamento. Na verdade, arrolam-se duas hipóteses (interpretações alternativas) sobre a coexistência de um sistema interestatal em crescimento e a globalização econômica. A primeira aponta para o fato de que a etapa mais recente da evolução histórica do sistema capitalista, não teria relação direta com a trajetória dos Estados-Nação e com a evolução recente das relações internacionais no plano interestatal. A segunda é a de que a expansão do sistema interestatal e o processo de globalização possuem alguns elementos sinérgicos e que lhes conferem um sentido de funcionalidade recíproca.

Observa Costa (1999, p. 66-67), que a dinâmica das relações interestatais (em seu sentido cooperativo) é cada vez mais um elemento crucial para a estabilidade/expansão dos processos econômicos a nível global. De fato, a globalização, quando analisada desde a perspectiva das relações internacionais e do ponto de vista histórico, deve ser entendida à luz das suas relações com outros condicionamentos e processos políticos. Por seu lado, isto permite uma maior compreensão sobre sua articulação com o sistema de Estados-Nação. Este, por sua vez, também se globalizou. Com isso,

configura-se o atual panorama das relações internacionais. As dinâmicas do sistema interestatal e da globalização revestem-se de caráter instável a partir de forças de aglutinação/fragmentação.

De fato, assim como não há uma forma de suplantar os Estados, também não há alternativas viáveis de organização econômica fora do sistema capitalista global. Desse modo, para a maior parte dos Estados que seguem à margem da globalização, não se trata de delinear opções com relação à esta, mas de enfrentar os seus paradoxos, em um quadro de permanente contradição.

Destaca Mello (1999, p. 157-164) que uma característica marcante do atual sistema internacional é a formação de blocos de integração regional. Na verdade, a integração regional pode ser vista como uma tendência oposta à desregulação/fragmentação. De fato, a integração regional conduz a um maior ordenamento e a uma crescente institucionalização das relações econômicas internacionais, levando, em alguns casos, a um processo gradual de integração e cooperação política. O maior exemplo dessa tendência é a União Européia.

A vertente realista da teoria das relações internacionais enxerga o Estado como o bem supremo, dotado de valores, prioridades e crenças. Contudo, em Relações Internacionais abordam-se temas de política externa, estudando-se as relações diplomáticas entre países, suas relações econômicas, o funcionamento de instituições internacionais, problemas de defesa, estratégia, ou guerras. Contudo, não se questiona a ordem internacional que deu origem a tais relações diplomáticas, estratégias ou instituições.

Por outro lado, assinala Mello (1999, p. 157-164) que a Economia Política Internacional apresenta quatro estruturas (produção, finanças, segurança e conhecimento).

Latinidade

Efetivamente, são esses quatro recursos, interligados entre si, que conferem poder aos Estados e atores no plano internacional. A primeira estrutura é a produção: a capacidade de decidir o que deve ser produzido, como, por quem, com que métodos, com que combinação de fatores de produção; constituindo-se num recurso indiscutível de poder. A segunda é constituída pelas finanças: o poder de controle do crédito. Será este que vai determinar, em boa parte, os três outros recursos estruturais.

Na verdade, na economia moderna, não se depende mais da acumulação de lucros para se dispor de recursos financeiros, já que os mesmos podem ser criados. De fato, quem tem a capacidade de ganhar a confiança de outros agentes em sua habilidade de criar crédito controla a economia. Já a terceira estrutura é a da segurança, pois enquanto existir a possibilidade de conflito violento e de ameaça à segurança pessoal, o ator que oferece segurança ganha poder também em outros assuntos. Por fim tem-se o conhecimento. Na realidade, conhecimento é poder, pois a capacidade de produzir conhecimento ou controlar o acesso ao conhecimento tem uma enorme influência sobre as outras estruturas da Economia Política Internacional.

No momento atual, conforme destaca Mello (1999, p. 164 e 165), as mudanças ocorridas na ordem internacional conduziram à alteração nos padrões de regulação/intervenção do Estado. O peso crescente e o novo carácter das relações econômicas transnacionais criaram um contexto mais constringente para a ação do Estado, com o surgimento de novos atores no âmbito das relações internacionais. Por outro lado, a atuação das grandes corporações transnacionais pode ter um alcance bem mais amplo e uma influência mais considerável no curso das relações internacionais. Essas, por seu lado, converteram-se em atores políticos fundamentais,

com relações de natureza política com a sociedade civil. Entretanto, a globalização, que se acentua em finais do século XX, surge como outro processo de transformação e que afeta enormemente as bases das relações internacionais.

De fato, consoante é alertado por Mello (1999, p. 164 e 165), mais do que uma transformação política e social já plenamente realizada, a globalização deve ser entendida como um processo, um padrão histórico de mudança estrutural. A globalização é, simultaneamente, um fenômeno amplo (cobre transformações políticas, econômicas, e culturais) e limitado (não se trata de um processo completo e terminado, não afetando a todos da mesma maneira). O processo de globalização é caracterizado pela intensa mudança estrutural da economia internacional, com o peso crescente de transações/conexões organizacionais que ultrapassam as fronteiras dos Estados. Esta mudança deve-se à globalização da produção e do comércio. A globalização da produção pode ser entendida como a produção de bens/serviços em mais de um país e segundo uma estratégia global de vendas voltada para o mercado mundial, tratando-se do movimento de uma economia global, na qual existem bens e serviços globais, vendidos no mundo inteiro.

Entretanto, de acordo com Mello (1999, p. 165 e 166), há que considerar a globalização das finanças. Esta, por seu lado surge do fato dos mercados financeiros globais desempenharem um importante papel na construção da estrutura/dinâmica da emergente ordem político-econômica. De fato, alguns autores acreditam que é na área financeira que a globalização tem sido mais intensa, representando esta é a grande novidade do capitalismo já no final do século XX. O fato é que as finanças se tornaram separadas da produção, constituindo-se hoje num poder independente, o que significa

Latinidade

a preponderância de interesses financeiros imediatos sobre considerações de desenvolvimento a longo-prazo.

Na verdade, os mercados financeiros estão adquirindo uma crescente autonomia em relação aos Estados, uma vez que o capital move-se de um país para o outro em busca do retorno máximo, o que afeta a capacidade dos Estados gerirem suas economias. O que se verifica é a redução do poder de controle dos bancos centrais sobre o valor de suas respectivas moedas. Tal limita a eficácia das políticas monetárias/fiscais dos governos. Com os capitais especulativos, há menos controle sobre taxas de câmbio e uma maior volatilidade cambial. De fato, o Estado que iniciar uma política julgada como inapropriada será punido pela desvalorização de sua moeda e pelo acesso dificultado ao capital.

Por outro lado, observa Mello (1999, p. 167 e 168) que há a destacar a mudança no modelo de acumulação/produção, uma vez que o modelo de acumulação/produção evoluiu com a passagem ao pós-fordismo. Baseado na produção e no consumo de massa, o modelo fordista se constituía num sistema de acumulação criado na década de 30, nos Estados Unidos da América, expandindo-se para o mundo após a Segunda Guerra Mundial. Esse modelo se caracterizava por uma aliança entre o Taylorismo (enquanto método de organização e gestão do trabalho e da produção), com aspectos institucionais e contratuais afetos ao *Welfare State*. Efetivamente, o sistema fordista constituiu-se na base do crescimento do pós-guerra, assegurando ganhos de produtividade e aumento nos níveis de vida, o que por sua vez assegurava um alto patamar de consumo e estimulava o crescimento. Na realidade, está-se hoje a transitar do capitalismo organizado (grande poder regulador do Estado) para um regime de acumulação flexível, no qual as políticas de

emprego são flexíveis e toda a ênfase é colocada na competitividade.

Esse atual modelo, em razão do que é assinalado por Mello (1999, p. 167 e 168), apresenta uma estrutura de produção que segue um modelo centro-periferia, no qual tem-se um centro relativamente pequeno de empregados permanentes afetos a determinadas tarefas (pesquisa, finanças e organização tecnológica) e uma periferia que compõe o processo de produção e que se ajusta às decisões do centro, com um uso constante do trabalho temporário. Isto tem impactos adversos sobre a esfera trabalhista. Tal evolução traz problemas a nível do arcabouço jurídico, político e institucional herdado do *Welfare State*.

As transformações globais redesenham a ordem política/econômica internacional e têm um impacto considerável tanto no papel do Estado quanto na própria natureza das relações internacionais. Há uma alteração nos padrões de regulação/intervenção do Estado, ligada a mudanças na ordem internacional, com a transnacionalização das relações econômicas implicando em constrangimentos à ação do Estado. De fato, na atualidade, a riqueza e o poder são cada vez mais gerados por transações privadas que acontecem predominantemente para além das fronteiras nacionais (a lógica privada da economia global).

Consoante é destacado por Mello (1999, p. 168 e 169), as alianças estratégicas (controle das redes de produção global) contam mais do que o controle territorial. Por outro lado, a globalização contribuiu para a transformação do contexto ideológico das relações internacionais. Ao longo das décadas de 50 e 70, o Estado ocupava um papel central nas estratégias de desenvolvimento. Tudo mudaria nos anos 80 (consenso liberal) para fazer face à crise da dívida e à recessão. No novo contexto critica-se o keynesianismo e o papel excessivo do Estado na

Latinidade

economia, apontando-se para o fracasso econômico de países tradicionalmente intervencionistas.

Para a concepção liberal, o subdesenvolvimento resulta de políticas econômicas distorcidas pela intervenção do Estado e não da estrutura do sistema internacional, das críticas à substituição das importações e ao intervencionismo do Estado. Na verdade, aponta-se para a inadequação do Estado na produção/distribuição de bens.

Conforme é alertado por Mello (1999, p. 169 e 170), as idéias liberais consubstanciaram-se no Consenso de Washington, que pode ser definido como um conjunto de políticas macroeconômicas, reformas estruturais liberalizantes (liberalização do comércio, privatização das empresas estatais, desregulamentação dos mercados, reformas fiscais, promoção de investimentos estrangeiros e regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada em vários países e regiões).

Após décadas de política heterodoxa e desenvolvimentismo, o clima internacional nos anos 90 do século XX, em especial no espaço latino-americano, foi marcado pela adoção generalizada do Consenso de Washington e de políticas de ajuste estrutural, com o objetivo de obter o apoio dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais. De fato, o conjunto de políticas/práticas afetas ao Consenso de Washington, tende a ser visto como de validade universal. Na verdade, parece haver poucas perspectivas para a implementação de políticas não ortodoxas, o que em muito restringe as estratégias nacionais autônomas. Por outro lado, com a globalização, há uma perda da capacidade do Estado de conduzir seus objetivos políticos de maneira autônoma.

Na realidade, consoante é destacado por Mello (1999, p. 169 e 170), o Estado está cada vez mais subordinado às exigências da economia global. A economia toma como critério

central a competitividade e em seu nome desmantelam-se os arranjos Estado-sociedade. Há um movimento em direção à desregulamentação, à privatização, à restrição da intervenção pública nos processos econômicos. Assim, os Estados deixam de ser um intermediário entre forças externas/internas, convertendo-se, de certa forma, em agências de adaptação das economias domésticas às exigências da economia global.

O fato é que o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos foi substituído pelo Estado competidor, um Estado que intervém para reestruturar indústrias, promover a pesquisa e o desenvolvimento, e liberalizar ou desregulamentar setores anteriormente protegidos da competição internacional. Logo, com a globalização, coloca-se a questão de saber se o Estado será capaz de regular, controlar, ou ao menos disciplinar, de algum modo, os fluxos econômicos globalizados.

No dizer de Mello (1999, p. 170), as estruturas da Economia Política Internacional passam por modificações fundamentais e se encontram hoje em estágios bastante diferenciados de (des)organização e (des)regulação. Os fluxos financeiros mantêm-se desregulados, inexistindo uma estrutura efetiva a regular os fluxos financeiros e o sistema monetário. Na verdade, existem apenas instituições como o FMI e o Banco Mundial. Não há uma verdadeira estrutura que regule os fluxos financeiros e o sistema monetário, apenas instituições como o FMI e o Banco Mundial. Estes, por seu lado, são muitas vezes apontados como elementos de assistência aos Estados mais poderosos no controle/domínio do sistema. As finanças são mais do que nunca o laço mais frágil da economia internacional.

Os fluxos de capital especulativo representam uma fonte de instabilidade global, com conseqüências políticas diretas. No âmbito monetário, desde o fim da convertibilidade do dólar

Latinidade

em ouro, predomina o “não-sistema” das taxas flexíveis. Este é um sistema instável, que acaba repercutindo sobre os fluxos de comércio e investimentos. Na verdade, não existe um sistema monetário estável que possa oferecer liquidez, ajuste e confiança. Contudo, somente no caso do comércio é que o sistema parece ter uma base verdadeiramente multilateral e organizada.

É Mello (1999, p. 171) quem registra que após a Segunda Guerra Mundial, o padrão estabelecido em Bretton Woods representou a própria institucionalização da estabilidade política e da relação entre economia e segurança. A organização da economia internacional com base no compromisso do “liberalismo embebido” seria a base da segurança do campo ocidental. Tal compromisso era, na verdade, uma forma de multilateralismo, consistente com a manutenção da estabilidade doméstica, na qual as sociedades aceitavam as mudanças e evoluções requeridas pela liberalização internacional. Em contrapartida, os efeitos da liberalização eram amenizados através da ação social e econômica dos governos com o estabelecimento do Estado de bem-estar social. Havia a consciência da necessidade de um equilíbrio entre estabilidade doméstica e normas internacionais.

O grande sucesso destes anos foi justamente o de construir uma ordem internacional que também permitiu o alcance de maneira harmoniosa dos objetivos dos Estados de bem-estar social. Contudo, tal foi possível, em grande parte, em razão da Guerra Fria, que oferecia a ameaça externa fundamental para harmonizar posições e alcançar compromissos. Contudo, a realidade hoje é completamente distinta. O sistema de mercado domina totalmente as relações econômicas. A democracia liberal generalizou-se, mesmo em termos formais e inexistente uma ameaça externa que possa conduzir à junção dos objetivos econômicos com os objetivos político-estratégicos a nível

global. No entanto, a instabilidade política gerada por falta de regulação do sistema internacional poderia resultar em ameaça à segurança do mundo como um todo.

No entanto, conforme frisa Mello (1999, p. 174-178), as tentativas de reestruturar a ordem econômica têm tido pouco êxito, conforme demonstrou o fracasso da tentativa de elaborar restrições aos movimentos de capitais especulativos. Em tal contexto de incertezas, a integração regional parece ser o único processo de caráter unificador/estabilizador. Na verdade, a grande questão que hoje se coloca na agenda internacional é a da possibilidade de desenhar uma arquitetura mundial que ofereça uma proteção contra os efeitos perversos do capitalismo desregulado. a existência da globalização não reduz a importância de se fixar metas políticas locais, regionais, nacionais, havendo espaço para a construção de estratégias alternativas.

Por outro lado, a operação do sistema financeiro internacional se tornaria caótica sem políticas fiscais e monetárias responsáveis por parte dos atores internacionais. Assim, as finanças internacionais podem ser punitivas para os Estados que desviam o seu comportamento da norma padrão. Contudo, a longo prazo, os seus lucros/retornos dependem da existência de um sistema interestatal no qual as economias nacionais estão sob o controle de atores estatais. De fato, o sistema financeiro internacional necessita de reguladores. Na verdade, promover a redução do poder de intervenção do Estado provoca o aumento da exposição coletiva a riscos mais do que a expansão das possibilidades de lucro individual. Em tal contexto, a tendência em direção à integração regional aliada ao estabelecimento de mecanismos intergovernamentais de cooperação em matéria de política externa, pode vir a constituir uma fonte importante de estabilidade para a ordem internacional.

Economia e Sistema Mundial

Consoante é apontado por Furtado (1992, p.55), a compreensão dos fortes ajustamentos que estão ocorrendo, a nível das relações internacionais, desde finais do século XX, irá requerer uma visão global apoiada na análise econômica e na imaginação prospectiva (pensar o futuro como história). Sem essa visão global, não se consegue captar o sentido dos acontecimentos, de modo a atuar de forma consciente. Assim, a brusca elevação das taxas de juros dos mercados internacionais, o forte impacto sobre os países periféricos/semiperiféricos e a intensa drenagem de capitais para os Estados Unidos da América (conduzindo a um clima de falsa euforia econômica nesse país na segunda metade dos anos 80 do século XX) levaria a economia mundial, desde inícios dos anos 80, a uma recessão de causas estruturais sem precedentes.

Como ponto central da tensão que se manifesta a nível da economia mundial tem-se a inflação reprimida da economia norte-americana, causada pelo longo declínio da taxa de poupança conjugado com o elevado déficit na conta corrente da balança de pagamentos. A baixa na taxa de poupança resulta da convergência de déficits do governo federal, com persistente redução da poupança privada.

Para Furtado (1992, p.55 e 56), a taxa de poupança da economia dos Estados Unidos da América reduziu-se à metade do nível observado nos três decênios anteriores a 1980. Em consequência, os Estados Unidos da América deixaram de ser o maior credor e provedor mundial de capitais para ocupar a posição de maior devedor. Esse desequilíbrio estrutural da economia dos Estados Unidos já se prolonga por mais de um decênio e é a causa da drenagem para aquele país de mais de metade da poupança disponível para investimentos internacionais. É provável que a solução para esse problema

passa pela configuração futura da estrutura de poder mundial. De fato, o declínio dos Estados Unidos da América como centro econômico hegemônico poderá conduzir a uma acomodação de forças com reflexos difíceis de serem previstos.

Outra fonte de tensão a considerar é o amplo processo de destruição/reconstrução das economias do leste europeu. Estas continuarão a absorver parte da poupança gerada pelos demais países, sem que tenham possibilidade de remunerar adequadamente esses capitais, também contribuindo para manter elevadas as taxas de juros. Diferentemente do que pensavam os observadores internacionais em um primeiro momento, esse processo será longo. Esses países dispõem de recursos humanos que os colocam em posição vantajosa na concorrência com os países periféricos/semiperiféricos. Uma vez superada a fase de reconstrução institucional, tudo leva a crer que naquela região abrir-se-á a nova fronteira dinâmica da economia capitalista. Na verdade, esse amplo processo de reconstrução econômica, incluída a parte oriental da Alemanha, reforça a tendência à elevação das taxas de juros em detrimento das economias endividadas da Periferia/Semiperiferia.

Destaca Furtado (1992, p. 56 e 57), que independentemente das mudanças na configuração da estrutura do poder político mundial, deve prosseguir a realocação de atividades produtivas provocada pelo impacto das novas técnicas de comunicação e tratamento da informação. Isto tende a concentrar em áreas privilegiadas do mundo orgânico-central as atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumento de poder.

Na realidade, com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, tendem a se debilitar os sistemas econômicos nacionais. Os países

Latinidade

marcados por acentuada heterogeneidade cultural e/ou econômica serão submetidos a crescentes pressões das articuladoras. A contrapartida da internacionalização avassaladora é o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem, no quadro de certas nacionalidades, as populações marcadas por acentuadas disparidades de nível de vida. A atividade política internacional favorecerá cada vez mais a determinadas questões (equilíbrio ecológico, controle do uso de drogas, combate das enfermidades contagiosas, erradicação da fome e manutenção da paz). Por outro lado, a esfera econômica será crescentemente dominada pelas empresas internacionalizadas.

Avança Vigevani (p. 3–7) que o sistema internacional tem sido, ao longo dos séculos, uma associação prática, distinta conceitualmente de uma associação de objetivos. É evidente que, mesmo com guerras, lutas de todo o tipo, existiram regras reciprocamente aceitas. Não apenas regras, mas também convivência, expressa em inúmeras formas, pela interpenetração de valores, pelo comércio, pelas migrações, etc. Entretanto, a globalização representa a vitória dos princípios liberais (o livre comércio, o livre fluxo de investimento, as privatizações, a diminuição do Estado e a desregulamentação dos mercados financeiros). Inexorável e predeterminada da expansão do capital.

Contudo, a grande contradição da globalização é que se por um lado, fortalece-se o valor da liberal-democracia, por outro, debilitam-se as possibilidades democráticas a partir do enfraquecimento do Estado. De fato, a questão da alocação do poder político num contexto de debilitamento do Estado não tem sido suficientemente debatida. Por isso mesmo, a responsabilidade de última instância do poder público continua. Ao mesmo tempo, os Estados que mostram interesse em maximizar suas posições buscam alavancar a ação social em

função de seus próprios objetivos. Para tal, é preciso haver autonomia frente ao próprio Estado.

Neoliberalismo e América Latina

De acordo com o que assinala Cervo (2000, p. 5-7), a adoção do paradigma neoliberal em detrimento do paradigma desenvolvimentista teve seu impulso inicial em países de menor porte da América Latina, nos meados da década de 1980, concluindo-se por volta de 1990. Desse modo, durante o derradeiro decênio do século XX, as experiências neoliberais estender-se-iam sobre a região no seu todo. A modernização confundiu-se como abertura do mercado de bens/valores e privatização das empresas públicas, como sugeria o centro hegemônico do capitalismo, mas os países avançaram por esta via com um certo descompasso: Com o término da Guerra Fria e o fim da ordem internacional bipolar, estabeleceu-se um consenso, em esfera planetária, que a literatura definiu ora globalização, ora de nova interdependência, ora de neoliberalismo, tanto ideológico, quanto político, econômico e estratégico.

O consenso neoliberal global postulava a implementação dos seguintes parâmetros de conduta por parte dos governos de todo o mundo: democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária. Como este consenso representava o triunfo do centro capitalista – basicamente Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão – sobre as experiências socialistas e terceiro-mundistas, acabaria por prevalecer. Os países da América Latina o adotaram a maior parte das vezes de forma acrítica.

Latinidade

Destaca Cervo (2000, p. 7) que a adoção do neoliberalismo, por parte dos países da América Latina, implicava em sujeitar a estrutura econômica interna e os padrões de inserção econômica internacional aos dogmas do denominado Consenso de Washington. Assim, na década de 90, a substituição do Estado desenvolvimentista pelo modelo neoliberal implicou na adoção de um processo de modernização concebido pelo centro em substituição à formulação da *intelligentsia* local (o pensamento da CEPAL). De fato, o conjunto de idéias estruturalistas cepalino, baseava-se em determinados conceitos (centro-periferia, deterioração dos termos de troca, indústria, mercado interno, expansão do emprego e da renda). Estes inspiraram a política dos países latino-americanos em sua estratégia de superação do atraso histórico.

Contudo, o acervo cepalino foi substituído pelo receituário neoliberal. Em seu lugar, introduziu-se a visão de um mundo global, que compreendia a valorização do individualismo e da iniciativa privada, o mercado mundial e a transferência dos ativos nacionais para as empresas oligopólicas globais em nome da elevação da produtividade. Na verdade, em poucos anos, a América Latina avançou em direção à desconstrução do núcleo central robusto de sua economia, montado em mais de meio século de esforços nacionais, consumando-se a transição paradigmática das políticas exteriores. Por outro lado, a concepção da segurança transitou do âmbito nacional ou regional para o global, passando a se aceitar como naturais as intervenções eventualmente empreendidas, sob a égide da OTAN e não mais da ONU, com a finalidade de salvaguardar a nova ordem.

Registra Cervo (2000, p. 7 e 8) que os neoliberais apontariam o fracasso do ciclo desenvolvimentista para justificar a mudança de estratégia em termos de

desenvolvimento. Assim, o descompromisso dos governos neoliberais com a nação produziu efeitos também sobre a ética política. A nível da política internacional, esta subordinou-se ao paradigma da governança global, confinando-se às relações econômicas internacionais (comércio, finanças, vinculações empresariais ou transferências de ativos privatizados) e passando para o comando da área econômica. Entretanto, o receituário neoliberal privilegiava certos aspectos em termos de políticas, a saber: elevadas taxas de juro para manter a estabilidade monetária, contenção do crescimento econômico para combater a inflação, e privatização/transferência de empresas públicas para o controle estrangeiro visando o aumento da competitividade.

Desse modo, aponta Cervo (2000, p. 11-13 e 19-21) que as políticas neoliberais partiam da premissa da manutenção ascendente do processo de globalização da economia mundial no futuro, com a convicção de que a abertura econômica induz o progresso tecnológico. Com isso, pretendia-se alcançar a fronteira tecnológica dos países orgânico-centrais em pouco mais de duas décadas. Contudo, a desnacionalização da economia interrompe a geração e a apropriação de tecnologia pelo sistema produtivo nacional e acentua a desigualdade estrutural.

Desse modo, dissolve-se o conceito de sistema produtivo nacional, a indicar a ruptura filosófica com o modelo nacional-desenvolvimentista. Conforme destaca Cervo (2000, p. 19-21), em vez de transitar do Estado desenvolvimentista para o Estado normalizado, a racionalidade do processo histórico exigia, diante do fenómeno da globalização, um outro desfecho paradigmático. Admitindo-se como inevitável o fim do Estado interventor, a evolução adequada a implementar era do Estado desenvolvimentista para o Estado logístico. Sem dúvida alguma, ao Estado desenvolvimentista deve-se todo o avanço

Latinidade

no sentido do domínio de tecnologias, da criação de grandes empresas com notável produtividade, do provimento das necessidades do mercado, da expansão do emprego e da renda foi obra do paradigma desenvolvimentista.

De fato, observa Cervo (2000, 19-21) que com esses resultados, robusteceu o poder regional em escala mundial. Na realidade, o modo como os regimes neoliberais reagiram diante da nova interdependência global, correspondeu à disposição de desconstruir esse patrimônio. Efetivamente, o Estado normalizado consentiu na reprodução do desequilíbrio estrutural do processo de desenvolvimento. Ele repôs a América Latina no caminho de regresso à infância sócio-econômica, ou seja, o retorno à sua função de exportadora de matérias-primas e produtos agrícolas. Na realidade, em termos prospectivos, os governos neoliberais reintroduziram mais um século de dependência estrutural, ou seja, o atraso histórico cuja superação é hoje mais distante. Isto evidencia o peso da senda ideológica.

Os Limites à Globalização Neoliberal

Entretanto, consoante é destacado por Berringer e Azzi (2018, p. 55 e 56), importantes acontecimentos na cena internacional têm apontado que a globalização neoliberal pode estar em xeque. De fato, desde 1989 e o fim da Guerra Fria, os defensores do neoliberalismo celebravam a vitória do livre-mercado sobre outros modelos de organização econômica (o planejamento socialista da URSS; o planejamento capitalista dos Estados de bem-estar social ou, ainda, do desenvolvimentismo latino-americano). O mundo passaria a ser visto como uma “aldeia global” livre de fronteiras, de barreiras e de protecionismos, totalmente conectado. Seria o

fim dos nacionalismos e da luta de classes, daí a se vislumbrar até mesmo “o fim da história”.

Efetivamente, o neoliberalismo passa por duas crises: a econômico-financeira, e a político-social. Esta última decorre da primeira e tem resultado na emergência radicalizada de novos nacionalismos (alguns de viés autoritário). O que parece é que a aliança entre a democracia representativa (limitada pela competição eleitoral) e o neoliberalismo parece ter se esgotado. Os aspectos afetos ao neoliberalismo (abandono da defesa do emprego, o aumento da flexibilização e a crescente precarização) fizeram com que a classe trabalhadora, que sofreu com os efeitos do neoliberalismo e da internacionalização produtiva das corporações, tenha se tornado a base do novo nacionalismo nos Estados Unidos da América e na Europa.

Assim, para Berringer e Azzi (2018, p. 56 e 57), a ofensiva neoliberal implica em que as políticas dos governos sequer questionem o papel do capital financeiro, as consequências da internacionalização produtiva e os impactos sociais da privatização dos bens e serviços públicos. Essas políticas implicam a redução dos custos do capital (Estado mínimo) e dos custos trabalhistas (aumento da competitividade). Entretanto, podem ser observadas três fases no liberalismo. A primeira fase (1970-1990) representa o período de implantação ideológica e de forte ofensiva contra os trabalhadores organizados. A segunda fase (1990- 2008) é aquela na qual as terceiras vias aplicam o receituário neoliberal. A terceira fase (2008 até o momento atual) na qual para além de se estabelecer o livre comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), implementam-se outras iniciativas (ofertas de privatização dos ativos e serviços públicos; acordos de garantia da propriedade intelectual e dos investimentos externos), implicando num impacto negativo sobre as

Latinidade

soberanias nacionais e sobre os direitos sociais, trabalhistas e ambientais.

Por outro lado, de acordo com o que é assinalado por Berringer e Azzi (2018, p. 57), pode-se considerar que visualiza-se um período de crise para o neoliberalismo. Esta, por sua vez, teria como causa o surgimento recente de novos pólos de poder que apresentam maiores desafios para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos da América e do tradicional *status quo* centro-periferia. De fato, emergem as possibilidades para um novo equilíbrio de poder internacional (a ascensão da China, o reposicionamento da Rússia e o fortalecimento de potências regionais como Índia e Turquia). Este, por seu lado, será agora mais instável/conflituoso do que no momento da hegemonia unipolar dos Estados Unidos entre 1990 e o início dos anos 2000.

Globalização e América Latina

Para Soares (s/data, p. 6 e 7), a partir dos anos 90, a América Latina, e particularmente os países do Mercosul, sofreram transformações profundas como resultado das políticas econômicas neoliberais, das privatizações e dos processos de integração regional cuja principal meta era aumentar a inserção das economias nacionais no mercado mundial. Assim, na maioria dos países, promoveu-se a abertura comercial, com vistas a alcançar uma participação mais ativa no sistema comercial multilateral. Com isso, buscava-se promover/incentivar a adoção de novas estratégias empresariais, possibilitadas pela revolução nas tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes. Em razão da

multiplicação de acordos comerciais e de integração na região, houve um aumento da interdependência entre os países da América Latina.

Todas essas transformações levaram a que certos conceitos e concepções passassem a ser considerados como anacrônicos/obsoletos (Estado-nação, autonomia, desenvolvimento nacional, soberania e dependência), enquanto certos termos (globalização, interdependência, e integração) eram tidos como mais atualizados. Na verdade, passou-se a considerar o problema da integração em torno do imperativo da inserção internacional e face à necessidade de se ser competitivo num sistema econômico mundial caracterizado por uma globalização acelerada.

Conforme aponta Soares (s/data, p. 8), na América Latina, as condições externas (os acordos e os compromissos internacionais com o FMI, a OMC e empresas internacionais) têm um peso determinante na hora de tomar decisões de política interna. De fato, poucos são os países da região com liberdade para formular/implementar as políticas de desenvolvimento orientadas, basicamente, por metas e objetivos nacionais. Na verdade, as fronteiras entre o interno e o externo, entre a sociedade nacional e o sistema internacional, são cada vez mais débeis. Assim, as iniciativas dos governos nacionais nos mais diversos campos (economia, finanças, telecomunicações, ciência e tecnologia – C&T, saúde, educação, dentre outros) resultam de difíceis negociações com organizações internacionais e com conglomerados econômicos que têm investimentos em inúmeros países, inclusive latino-americanos.

Observa-se que os investimentos diretos estrangeiros em países como a Argentina e o Brasil são de tal magnitude que, em alguns setores econômicos, já se pode afirmar que o controle deixou de ser nacional. Em outras palavras, o nível

multicêntrico domina o nível estado cêntrico, o que quer dizer que a autonomia do Estado nacional é limitada pela ação de múltiplos atores não-estatais, principalmente os econômicos.

Globalização, Integração e Estado Nacional

Cervo (s/data, p. 2-5) atenta para o fato de que no início do século XXI, percebe-se o Estado Nacional desempenhando funções anteriores à transição dos anos 90 em alguns casos, agregando novas funções em outros, mas o mais curioso é que o Estado passa por vezes, na mesma nação, de uma função a outra. Nossa reflexão trabalha com duas idéias centrais. O fato é que com a globalização, registrou-se a retirada de cena do Estado tradicional, seja o desenvolvimentista na periferia, seja o do bem-estar no centro. A reação do Estado viria com a formação dos blocos.

A falência do Estado Nacional não vai além de uma suposição irrealista, porquanto é ele o arquiteto da globalização e o inventor dos blocos de defesa diante dela ou de controle de efeitos. De fato, nos anos 90 do século XX estabeleceu-se um certo equilíbrio entre globalização e integração. Ambas as tendências avançavam. Por um lado, uma globalização horizontal e vertical a moldar a ordem internacional em sua essência. Por outro, a criação/consolidação de blocos de países, de matiz tanto econômica quanto política (a União Européia e o Mercosul, por exemplo).

Contudo, de acordo com o que é registrado por Cervo (s/data, p. 2-5), o século XXI (já no seu início) revelaria a insegurança quanto a essa visão, uma vez que na história não há tendência irreversível nem mecanismo de aplicação

automática. A verdade é que os estudos mostram que não era definitivo o equilíbrio no controle da ordem internacional a partir das duas tendências em curso, a globalização impelida pelas estruturas hegemônicas do capitalismo, tomada pela periferia como padrão sem escolha, e a integração que lhe disputava espaço na conformação da ordem. Efetivamente, no século XXI, verificam-se três novos fenômenos com capacidade de influenciar a nova ordem global/neoliberal. Em primeiro lugar, a desastrosa experiência neoliberal da América Latina, que revelou a ideologia sobre a qual se fundava a crença na capacidade ilimitada do mercado em prover o desenvolvimento, o bem-estar e o fortalecimento econômico.

A seguir tem-se a crise do multilateralismo, que também reverteu a tendência de reforçar a globalização por meio de instituições, regimes e ordenamentos universais no campo do comércio, das finanças, da segurança, dos direitos humanos, do meio ambiente etc. Por fim, o retorno do Estado Nacional, que se imiscui em meio a tais fenômenos, a contrariar as tendências globalista e integracionista. O fato é que após a prevalência de três fenômenos de fundo das relações internacionais durante a última década do século XX (globalização, integração e depreciação do Estado Nacional) o mundo entra em fase de crise, com o retorno do Estado e explícita incapacidade de fazer avançar o ordenamento multilateral global como também os processos de formação de blocos.

Resultados

O processo de globalização impacta direta e indiretamente sobre as relações internacionais. Entretanto, os impactos são ainda mais intensos quando à globalização junta-se o neoliberalismo (globalização neoliberal), configurando-se a

Latinidade

hegemonia do livre-mercado, a liberdade irrestrita quanto às relações econômicas/comerciais externas e o recuo do Estado a nível da organização econômica.

Assim, a globalização neoliberal poria em xeque o papel do Estado na economia, seja em termos do *Welfare State* (nos países orgânico-centrais), seja quanto à variante nacional-desenvolvimentista nos países periféricos/semiperiféricos, mormente na América Latina. Se os anos 80 e 90 apontavam para a desagregação do Estado, fruto da intensidade assumida pela globalização neoliberal e pelo clima de exaltação vivido por globalistas e neoliberais, as duas décadas iniciais do século XXI o trariam de volta ao centro do debate.

Contudo, o regresso do Estado, num contexto em que ainda perdura a globalização neoliberal, pode ser atribuído às possibilidades hoje abertas para a redefinição da ordem mundial, em termos geo-econômicos e geopolíticos. Esta, por seu lado, é motivada pela emergência de novos atores no cenário internacional.

Considerações Finais

É intenso o impacto da globalização e do neoliberalismo sobre o Estado-Nação e a posição do Estado sobre a vida econômica dos países, mormente no caso da Periferia/Semiperiferia. De fato, a globalização neoliberal implica numa profunda transformação a nível da própria natureza do sistema de relações internacionais. A globalização atinge a estrutura tradicional dos Estados, em termos dos seus elementos constitutivos.

Na verdade, numa posição mais extremada, considera-lhe mesmo o risco de desaparecimento, a partir de iniciativas de cunho regional e integracionista. O fato é que com a

globalização neoliberal, restringiu-se o raio de ação dos Estados, mormente a nível da vertente econômica, com impactos nítidos quanto à restrição dos níveis de soberania. De fato, a globalização, quando analisada desde a perspectiva das relações internacionais e do ponto de vista histórico, deve ser entendida à luz das suas relações com outros condicionamentos e processos políticos. Por seu lado, isto permite uma maior compreensão sobre sua articulação com o sistema de Estados-Nação. Este, por sua vez, também se globalizou.

Com isso, configura-se o atual panorama das relações internacionais. As dinâmicas do sistema interestatal e da globalização revestem-se de caráter instável a partir de forças de aglutinação/fragmentação. Entretanto, desregulação/fragmentação do Estado parece ser contrarrestada pela formação de blocos de integração regional. Assim, as transformações na ordem econômica internacional levaram a modificações nos padrões de regulação/intervenção do Estado. O peso crescente e o novo carácter das relações econômicas transnacionais conduziram a um ambiente mais restritivo face ao Estado, com as corporações transnacionais assumindo um papel fundamental a nível das relações internacionais.

Efetivamente, os mercados financeiros conseguem obter uma crescente autonomia em relação aos Estados, que encontram dificuldades crescentes na gestão de suas respectivas economias. De meados dos anos 80 aos anos 90, a América Latina assistiria à substituição do paradigma desenvolvimentista pelo neoliberalismo, com a modernização confundindo-se com a abertura de mercado e o estabelecimento do consenso neoliberal.

Na América Latina o modelo cepalino foi substituído pelo padrão da inserção econômica internacional, repondo-se a

Latinidade

hegemonia agrário-exportadora e abandonando-se o primado da soberania como elemento norteador do modelo de desenvolvimento socioeconômico. De fato, as políticas neoliberais, que tomam como base o Estado mínimo, implicam na redução dos custos do capital e dos custos do trabalho. Com o advento da concepção neoliberal, a participação do Estado na economia reduz-se ao mínimo, o que implica na desregulação das economias e no aumento do nível de volatilidade das mesmas.

Entretanto, as possibilidades abertas para o ascenso de uma ordem internacional multipolar, podem abrir um período de crise para o paradigma neoliberal. Tal implicaria em profundas transformações a nível do sistema de relações internacionais, o que conduziria a possibilidades de surgirem dificuldades para a perpetuação do modelo neoliberal.

Referências

BERRINGER, Tatiana e AZZI, Diego (2018): Globalização em Xequê. Cadernos de Análises da Conjuntura, n. 1, jan/2018, p. 55-59.

CERVO, Amado Luiz (s/data): Globalização, integração e Estado Nacional no mundo contemporâneo. Meridiano 47, p. 2-6.

CERVO, Amado Luiz (2000): Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, 43 (2): 5-27 [2000], p. 5-27.

FURTADO, Celso (1992): Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. Estudos Avançados 6(16). IEA/USP, 1992, p. 55-64.

MELLO, Valérie de Campos (1999): Globalização, regionalismo e ordem internacional. Revista Brasileira de Política Internacional, 42 (1): 157-181, 1999.

SOARES, Maria Susana Arrosa (s/data): Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina.

Programa de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-9.

VAZ, Alcides Costa (1999): Globalização e relações internacionais: o sistema de Estados-Nação frente aos processos econômicos globais. Brasília. UPIS. Revista Múltipla, ano IV, nº 7, Dezembro de 1999, p. 61-68.

VIGEVANI, Tullo (1998): Globalização e capitalismo: processo político e relações internacionais. São Paulo em Perspectiva, 12(3) 1998, p. 1-8.

Recebido em: Julho de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro 2022

Questões afroindígenas atuais

María America Ungaretti Diniz Reis⁵

As violências contra os povos indígenas repetiram-se com uma dolorosa gravidade. Propagadas, incentivadas ou naturalizadas por agentes do Estado, explicitam que a opção pela violência se faz necessária para atender às pretensões econômicas e políticas em vigor no país. A crise sanitária expôs a vulnerabilidade a que estes povos estão submetidos – em seus territórios, pressionados por invasores, ou em luta pela terra, resistindo em condições precárias.

Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, Dados de 2020).

⁵ Ciências Sociais e Econômicas. Especialista em Planejamento da Educação e do Emprego. Funcionária aposentada do UNICEF 1980-2004. Brasil (Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e África Ocidental). Consultora da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP). Presidente do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA-RJ). Conselheira de Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Rio). Membro da Coordenação Colegiada do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Rio de Janeiro (FEPETI-RJ) – 2012-2022 e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) – 2002-2022.

Introdução

Os fios e os desafios para contribuir para a reparação do genocídio cometido contra os povos originários, desde sempre neste país e, aumentado de forma considerável na atual conjuntura, pelo Estado brasileiro são imensos.

Entretanto, convidada a participar no VIII Congresso Internacional realizado no período de 22 a 26 de agosto de 2022 no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para apresentação de comunicações, debates, discussões e diálogos representou uma iniciativa muito pertinente, na atual conjuntura brasileira, de tantos retrocessos econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos, em especial, contra os povos originários.

O tema escolhido “Bicentenário da América Latina – Globalização, Processos Políticos e Sociais em Tempos de Pandemia” permitiu que questões como cidadania, liberdade de expressão, solidariedade e aceitação das diferenças e reconhecimento das diversidades pudessem ser discutidas e debatidas.

É preciso avançar sobre discussões e reflexões sobre democracia, pluralidade, imigração, etnicidade e religião, porque se vive em um país em que, cotidianamente, os habitantes do Brasil se acostumaram a viver entre a esperança, a resignação e o cinismo.

Como disse um empresário brasileiro,

“O retrato sem cor e vibração do Brasil atual é muito ruim. A degradação tem causas múltiplas, vem de longe e avança sorrateiramente. O Presidente do Governo federal dividiu o país, basicamente, entre os fanáticos ou oportunistas que o apoiam, e os sensatos que dele discordam em praticamente tudo” (O Globo, 19/12/2021).

Continuo. No poder Executivo, assiste-se a disseminação da incompetência, do desmando, da ignorância e da paralisia decisória. A análise deixou de ser entre o correto e o incorreto, o simples e o complexo, a eficiência, entre o que implica a inclusão versus reforça a exclusão, o que é sustentável e as agressões à natureza. Nem as Forças Armadas escaparam de um processo de politização que as afastou da profissionalização e das características de instituição de Estado.

No poder Legislativo houve a distorção das competências e se constata e inversão do papel do Executivo.

Enquanto que no Poder Judiciário nos documentos públicos registrados em “Justiça em números” se verifica que, em 2021, até novembro, o STF tomou 89.814 decisões, das quais apenas 4.629 pelo pleno de Ministros da Corte, sendo que 75.785 foram decisões monocráticas. Em 2020, havia 75,4 milhões de processos tramitando na Justiça. No STF, uma centena de processos está à espera de decisão há mais de 20 anos, e pedidos de vista remontam a 2014.

Então, a situação do país é desastrosa. Uma grande travessia está esperando a atuação decisiva e resistente de brasileiros(as) que acreditam que o Brasil pode voltar a ser um país democrático e respeitoso dos direitos humanos.

A Grande Travessia

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em um Seminário realizado em junho de 2003, em Brasília/DF, apresentou pela primeira vez a versão preliminar de um Relatório sobre a Situação da Infância e Adolescência Brasileiras.

Graças à contribuição de cerca de 300 participantes no citado Seminário foi tratado o tema da equidade e da diversidade social, regional e cultural do Brasil, indicando a

Latinidade

exclusão dos direitos socioeconômicos, políticos e culturais, de crianças e jovens indígenas, mesmo antes de seu nascimento.

Nesse Seminário, pela primeira vez, o UNICEF contou com a participação de algumas etnias indígenas do Norte (Amazonas), Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás) e Sul (Rio Grande do Sul)⁶.

Merece destaque o pronunciamento de Azelene Kaingang, representante da etnia dos Guarani-Kaingang, que na ocasião atuava como representante dos povos indígenas na Organização dos Estados Americanos (OEA) e relatou que:

“Na aldeia onde eu vivia, quando tinha 5, 6, 7 anos de idade, muitas vezes deixei de fazer uma refeição, porque os brancos que controlavam a aldeia queriam que eu falasse em português. Como eu não falava, ficava sem comer. Seu avô que era o cacique sempre incentivou que ela falasse a língua de origem”.

Todavia, quase 20 anos depois dessa iniciativa do UNICEF, a situação de exclusão de direitos de crianças e adolescentes (jovens) de diferentes etnias indígenas tem sido agravada, principalmente, depois da pandemia da COVID-19.

Mas como disse o Prof. João Paulo Lima Barreto – João Paulo Tucano da Universidade Federal de Manaus na abertura do VIII Congresso Internacional do NUCLEAS,

“Os povos indígenas brasileiros sempre viveram em pandemias”.

Entretanto,

“Os povos indígenas estão cientes de que essa pandemia não é diferente dos outros males e guerras virais que já

⁶ Norte (Tukano), Nordeste (BA - Pataxó), Centro-Oeste (Guarani Kaiowá), Sul (RS – Guarani Kaingang).

suportaram ao longo de sua história, nesses mais de 500 anos de Brasil, terra colonizada e invadida pelos portugueses” (SOS Corpo, As Mulheres Indígenas na pandemia da COVID-19, 2020, p. 29).

Todavia, pode ser destacado que até hoje no Brasil, mesmo antes da pandemia, nascer indígena ou branco, viver na cidade ou no campo, nascer no sul ou no norte, ser menina ou menino, ser filho ou filha de mãe com baixa ou alta escolaridade, ter ou não ter alguma deficiência determina as oportunidades que crianças e adolescentes terão nos primeiros anos de vida no que diz respeito ao acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico ou de não viver em situação de trabalho infantil (UNICEF, 2003). As infâncias e as adolescências brasileiras são plurais, assim como as maternidades e paternidades.

Violência contra os Povos Indígenas

O relatório sobre a Violência contra os Povos Indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2021), contando com dados de 2020, mostra que as violências contra os povos indígenas,

“Refletem a prática de um governo alicerçado em política que tem sistematicamente atuado para a destruição dos povos originários”.

O ano de 2020 contou com um aumento importante de assassinatos, doenças e mortes por doenças absolutamente controláveis e inúmeras outras violações de direitos dessas populações, tais como abuso de poder, ameaça de morte, ameaças várias, assassinatos, homicídio culposo, lesões corporais dolosas, racismo e discriminação étnico-culturais, tentativa de assassinato e violências sexuais (CIMI, 2021).

Latinidade

No entanto, vale registrar as Leis Indígenas que têm sido aprovadas no Brasil, a título de informação e constatar que, de modo geral, o Estado brasileiro indica direitos aos povos indígenas em termos de acordos e tratados, mas continua descumprindo seus compromissos...

1570 – Primeira lei contra o cativo indígena.

1609 – Lei que reafirmou a liberdade dos índios do Brasil.

1686 – Decretação do “Regimento das Missões”.

1755 – Aprovado o Directorio que visava através de medidas específicas, a integração do índio na vida da colônia.

1758 – Fim da escravidão indígena. Directorio foi estendido a toda a América Portuguesa.

1798 – Abolido o Directorio..

1845 – Aprovado o Regulamento das Missões.

1910 – Criado o Serviço de Proteção ao Índio em São Paulo.

1952 – Rondon criou o Projeto Parque Nacional do Xingu.

1967 – Criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

1973 – Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, que não foi aprovado até a presente data.

1979 – Criação da União das Nações Indígenas.

1988 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1989 – Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais.

2007 – Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas..

2016 – Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

2016 – Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI – Decreto nº 8.503/2016.

Mas, como disse Darcy Ribeiro, 2013

Nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pelos dirigentes do País como arma fundamental da construção da nossa história.

Interessa destacar que de acordo com o documento “As Mulheres Indígenas na Pandemia da COVID-19”, apresentado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, sediado em Recife/PE,

Os povos indígenas representam uma população em torno de 820 pessoas de 305 etnias e 274 línguas diferentes, das quais, cerca de 500 mil vivem em zonas rurais e o restante (40%), nas periferias empobrecidas das cidades (dados da Organização das Nações Unidas – ONU, 2020).

São aproximadamente 1.296 terras indígenas existentes no país, ocupando 13% do território nacional, dos quais 98% estão situadas na Amazônia Legal, conforme dados do Instituto Socioambiental (ISA)⁷.

Dados do CIMI informam que, em 2019, houve 256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, em pelo menos 151 terras indígenas de 143 povos em 23 estados, representando um aumento de 134,9% em relação a 2018.

Pandemia atingindo os Povos Indígenas

No Brasil pode ser confirmado, que historicamente, inúmeros direitos não integram o conjunto de regras do contrato social vigente, que nos leva a caracterizar sua sociedade como bastante excludente.

⁷ Amazônia Legal é uma área formada por cidades de 9 (nove) estados do Brasil (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, correspondendo a 58,9% do território brasileiro, de acordo com o IBGE.

Latinidade

Ainda que o país tenha uma Constituição Federal avançada que consagra em grande medida os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, a efetivação da cidadania e da democracia permanece restrita para determinados segmentos da sociedade brasileira, em especial, as crianças e os adolescentes, excluindo ainda mais as crianças e jovens indígenas.

O Estado brasileiro foi, sistematicamente, desde a ocupação pelos invasores portugueses, construído para defender e garantir os interesses de grupos dominantes para produzir formas de vida e formas de relações com vistas à reprodução da sociedade em seus mecanismos estruturais. E, juntamente com a sociedade civil, produz uma superestrutura política, ideológica, coercitiva, repressiva e jurídica, definindo e estabelecendo a ordem. Ao mesmo tempo, capilariza a ideologia das forças dominantes como discurso de verdade. Ou seja, os grupos dominantes hegemônicos no exercício do poder defendem os seus próprios interesses em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade.

Essa situação tem se agravado de forma extremamente acelerada, a partir do atual governo brasileiro, atingindo grande parte da população brasileira, mas com destaque para os povos indígenas.

A exclusão das populações mais desfavorecidas aumentou consideravelmente. Grande parte da população brasileira vive em habitações precárias, sem acesso à saúde, à educação, à assistência social e à segurança e com fome. Nas grandes capitais da região Sudeste onde se concentra o grande capital, há contingentes significativos de populações vivendo nas ruas.

Em relação aos povos indígenas a principal questão está vinculada à questão territorial. Muitas etnias sofrem frequentes invasões que ocasionam mortes, violências e contaminações. A fome tem atingido várias populações

indígenas, principalmente nas regiões do Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

No que se refere às homologações de terras indígenas por gestão presidencial, parece ser interessante registrar os dados, de acordo com os seguintes governos:

No governo de José Sarney foram 67 homologações;

Governo Fernando Collor de Melo foram 112;

Governo Itamar Franco foram 18 (outubro de 1992 a dezembro de 1994);

Governo Fernando Henrique Cardoso foram 145;

Governo Luiz Inácio Lula da Silva foram 79;

Governo Dilma Rousseff foram apenas 21;

Governo Michel Temer foi 1, enquanto que no governo de Jair Bolsonaro não houve nenhuma homologação.

Vale a pena registrar as questões relativas à saúde. De acordo também com o Relatório publicado pelo CIMI em 2021,

Quase vinte anos após a publicação da Lei Arouca, que criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, os povos indígenas seguem incertos e inseguros sobre a atenção à saúde no atual governo brasileiro [...] São desconsideradas as discussões já realizadas na 6ª. Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. [...] Isso só poderia ser garantido com a manutenção e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A pandemia do Coronavírus COVID-19 atingiu o Brasil e contaminou os povos indígenas, que se encontravam vulneráveis devido ao ambiente propício para a instalação da doença. O Governo brasileiro, assim como fez com toda a população brasileira, omitiu-se, manipulou as informações e contribuiu para o número excessivo de mortes, doentes, assim como para as consequências da doença.

Segundo dados da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), pelo menos 900 indígenas morreram na

Latinidade

pandemia em 2020 e, mais de 43 mil casos de contaminação foram confirmados e cerca de 161 povos foram impactados até o final do ano (CIMI, 2021).

Os impactos da pandemia da COVID-19 entre os povos indígenas no Brasil podem ser analisados também no relatório apresentado pelo CIMI, em 2020, p. 49-53.

Os dados da Fundação Oswaldo Cruz (2021), apontaram que 48% de mortes por COVID-19 em pacientes internados(as) estão entre os indígenas, mostrando o alcance da política genocida em funcionamento do Governo federal.

Importa ainda registrar os dados globais de 2020 dos indígenas encarcerados no Brasil. São 1.156 homens presos e 73 mulheres presas, perfazendo um total de 1.229 pessoas. Esta situação requer respostas que garantam o respeito ao exercício da democracia aos povos indígenas que estão encarcerados porque estão lutando pela legalização de suas terras.

Parece ser extremamente pertinente que os movimentos indígenas e indigenistas se mobilizem e se articulem, coletivamente, para a luta pelo respeito aos povos originários para resolver os problemas que persistem na sociedade brasileira desde que este país foi colonizado, pois o genocídio dos povos indígenas tem se mantido de forma mais ou menos intensa, dependendo dos governantes no exercício do poder no Estado brasileiro.

O Presidente da República continua cumprindo a sua promessa eleitoral:

“Não demarcar um centímetro de terra indígena”

Ainda que regularizar e proteger as terras indígenas seja uma obrigação constitucional do Poder Executivo.

A título de exemplo, pode ser indicada a situação dos povos indígenas no Rio de Janeiro nas duas situações, sendo a primeira:

Cinco terras a identificar:

Terra Arandu Mirim (Saco de Mamanguá), no município de Paraty do povo Guarani-Mbya;

Terra Campos novos em Cabo Frio do povo Guarani-Mbya;

Terra Guarani do Rio Pequeno em Paraty do povo Guarani-Mbya e Nhandeva;

Terra Tehoha Jery em Paraty do povo Guarani-Mbya.

Três terras sem providências:

Terra Ara ovy/Sítio do Céu em Maricá do povo Guarani-Mbya;

Terra Camboinhas (Thekoha Itarypu) em Niterói do povo Guarani-Mbya;

Terra Pataxó em Paraty do povo Pataxó Há-Há-Hãe

Casos de Conflitos Territoriais

Os maiores casos de conflitos territoriais devido à invasão de terras indígenas por grileiros, fazendeiros, garimpeiros e omissão ou participação de representantes dos governos federal e estaduais são no Acre (96 casos), Amazonas (18 casos), Pará (11 casos). Em Roraima é um só caso, mas no território dos Yanomami com invasão de garimpeiros e rapto de duas adolescentes (estupro de vulnerável) e estupros de meninas e jovens.

Já as invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio atingiram em 2020, 263 casos, sendo que no Acre foram 13 casos, no Amazonas foram 53 casos (Vale do Javari – povos isolados), Bahia (9 casos), Maranhão (29 casos), Mato Grosso (26 casos), especial caso em Dourados do povo Guarani-Kaiowá que sofreu invasão, incêndio e danos ao patrimônio, Pará – 39 casos e Rondônia – 23 casos (desmatamento, exploração ilegal de

Latinidade

madeira, Roraima (6 casos – exploração ilegal de minérios, desmatamento, danos ao meio ambiente e loteamento – Raposa Serra do Sol – povo Makuxi, Wapixana – invasão, garimpo, danos ao meio ambiente e Tocantins (13 casos).

Mortalidade na Infância

Os dados de mortalidade na infância, segundo o relatório do CIMI (2020), mostram que 776 crianças morreram de causas evitáveis, sendo que o maior número de crianças mortas foi de 250 na Amazônia, 162 em Roraima e 87 em Mato Grosso⁸.

Os 776 óbitos de crianças de zero a cinco anos de idade correspondem a 20,1% das 3.861 mortes de indígenas informadas pela Sesai para o ano de 2020. Entre os óbitos registrados, podem ser verificadas causas evitáveis como anemia, desnutrição, diarreia, infecção por Coronavírus, morte sem assistência e pneumonia entre outras.

Vale ainda registrar que os povos indígenas têm diversos indicadores de saúde piores que a média da população em geral (suicídio, desnutrição, mortalidade infantil e até algumas doenças contagiosas que já foram praticamente controlados no país, como a tuberculose).

⁸ O número de óbitos foi o seguinte: Acre – 44, Alagoas, 2; Amazonas – 250, Amapá – 4, Bahia – 11, Ceará – 8, Maranhã – 44, Minas Gerais – 9, Mato Grosso do Sul – 38, Mato Grosso, 87, Pará – 47, Paraíba – 4, Pernambuco – 15, Paraná – 6, Rondônia – 7, Roraima – 162, Rio Grande do Sul – 12, Santa Catarina – 6, São Paulo – 5 e Tocantins – 15, perfazendo um total de 776 óbitos (SIASI/SESAI/MS – período de referência 01/0a 31/12/2020. Extração em 08/07/2021. Dados Preliminares, sujeito a atualizações.

Relatório Oficial Brasil – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, 2021

O Brasil como Estado membro das Nações Unidas, ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 1990. Todos os Estados-membros que assinam a Convenção se comprometem em apresentar relatórios regulares sobre a situação da criança e do adolescente⁹ ao Comitê dos Direitos da Criança, sediado em Genebra.

O Brasil apresentou o seu quinto ao sétimo Relatórios ao Comitê dos Direitos da Criança, em 2021, descrevendo as ações do Estado brasileiro em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos das crianças, de acordo com as diretrizes específicas do Tratado, nos termos do artigo 44, parágrafo 1º b, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. O relatório foi disponibilizado para consulta pública durante 10 dias.

Convém destacar alguns aspectos do Relatório brasileiro referente a crianças e jovens indígenas.

O CONANDA por intermédio da Resolução nº 214, de 22 de novembro de 2018,

Estabelece recomendações para os Estados, Conselhos Municipais e Estaduais e Distrital da Criança e do Adolescente, visando o aprimoramento da participação de crianças, adolescentes e outras representações de pessoas e comunidades tradicionais no controle social dos direitos das crianças e dos adolescentes.

⁹ De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, crianças são as pessoas de zero a 18 anos, diferentemente do Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera crianças as pessoas com idades de zero a 12 anos incompletos e **adolescentes de 12 anos completos a 18 anos.**

Latinidade

Entretanto, não há nenhum documento que registre o monitoramento e a avaliação dessa recomendação.

O relatório informa que segundo dados do IBGE, 2021 (dados estimados), existem 60 milhões de crianças e adolescentes no Brasil, distribuídos por idade, sendo 14.730.311 de zero a quatro anos; 14.650.311 de cinco a nove anos de idade; 14.805.478 de 10 a 14 anos e 15.790.863 de 15 a 19 anos. Indica que 0,9% são indígenas ou amarelos.

Segundo também o citado Relatório, o Brasil possui um sólido sistema de proteção para crianças e adolescentes e suas famílias (item 63). Mas parece que o Relatório não inclui as crianças, os(as) jovens e as famílias dos povos indígenas.

De acordo ainda com o Relatório, o Censo SUAS (Censo do Sistema Único de Assistência Social, 2019), o serviço de proteção às famílias e aos indivíduos abrangeram 100% do território nacional (item 69). Também parece que o Censo do SUAS não inclui as populações indígenas.

Outra informação do referido Relatório refere-se que de 2014 a março de 2019 (item 80) foram registradas que 5.538 crianças e adolescentes foram adotadas, mas não há registro de crianças e adolescentes adotadas oriundas de povos indígenas.

O número e percentual de crianças e adolescentes com deficiências não se refere a crianças e adolescentes indígenas (CDC, parágrafo 1º, art. 23).

No que se refere ao fornecimento de alimentação para crianças e adolescentes, o Relatório no item 116, informa que

“Deve-se notar que, nas comunidades indígenas, há a preocupação de oferecer alimentos coerentes com seus hábitos alimentares; portanto, ações específicas do PNAE são desenvolvidas para esse público”.

No entanto, Governo federal liberou 474 novas substâncias tóxicas (agrotóxicos) usadas no cultivo de

alimentos em 2019 e, em março de 2020, autorizou mais de 22 novas substâncias, somando-se 150 só no primeiro semestre de 2020, algumas, inclusive, proibidas na União Europeia (clorotalonil, glufosinato e ametrina).

Continuo.

O direito pleno à cultura é protegido no Brasil, que é responsável por apoiar e fomentar a valorização e divulgação das expressões culturais (CFB, art. 215). Dessa forma, o Estado protege as manifestações da cultura popular, indígena e afro-brasileira, bem como as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, garantindo, portanto, a valorização da diversidade étnica e regional. (item 120 e 121). Mas isso não acontece...

Parece que os(as) relatores (as) do citado Relatório não tiveram acesso ou não quiseram verificar a situação de crianças e jovens indígenas antes e durante a pandemia, já que o Relatório é de 2021.

O Relatório também apresenta as matrículas de crianças indígenas, de acordo com os dados coletados e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Do total de 321.175 matrículas indígenas em 2019, 313.562 foram realizadas na rede federal, estadual e municipal regular, e 252.516 no sistema educacional diferenciado (566.078 no total). O número total de escolas em terras indígenas, em 2019 foi de 3.318 escolas.

Interessa também registrar que, em 2021, os recursos financeiros transferidos pelo FNDE para as Secretarias Estaduais e Prefeituras Municipais para a Comida Escolar – Indígena foi no montante de R\$9.399.323,60. Por que as crianças e adolescentes passaram fome?

Enfim, o Relatório brasileiro apresenta muitos avanços em termos legislativos, alguns dados e informações que precisam

Latinidade

ser atualizados, principalmente, dados referentes ao período da pandemia, mas principalmente, maior consistência em termos de análise dos dados apresentados.

Importa ainda registrar o depoimento do indigenista Carlos Lisboa Travassos, demitido da FUNAI, que atuava junto aos povos indígenas isolados.

É importante reforçar a relação dos contextos vividos pelas crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, como os conflitos enfrentados por seus povos, seja pela não demarcação do território, seja pela proteção do território que está garantido no papel, mas não de fato. Sem a plena ocupação indígena do território, não há liberdade, que é a garantia mais importante para um povo se manter e fortalecer (2022).

Carlos Lisboa Travassos continua,

Outro ponto que faço um destaque é no fato da pandemia repercutir de forma diferente no organismo dos povos indígenas. Há dezenas de grupos indígenas recém-contatados e/ou de recente contato, cujos organismos possuem uma memória imunológica diferente dos nossos, e precisam de atenção à saúde específica.

A perda de vida de anciões e anciãs, faixa etária mais afetada, representou um grande impacto sociocultural para esses povos, também citou o indigenista Carlos Lisboa Travassos, 2022.

Mobilização em Defesa dos Direitos das Crianças Indígenas¹⁰

Diante da gravidade da situação que atinge os povos indígenas, em especial, pelas denúncias de doenças que estão

¹⁰ A Nota Pública pela Mobilização em Defesa dos Direitos das Crianças Indígenas está anexada neste texto.

atingindo crianças e jovens da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, um grupo formado por indígenas, deputados federais, personalidades públicas, professores e professoras, estudantes universitários (as), militantes e ativistas, pessoas físicas e jurídicas num total de 82 pessoas se reuniu nos meses de maio e junho de 2022 para organizar a proposição de um conjunto de medidas que visa fortalecer a luta dos povos indígenas na defesa dos direitos de suas crianças e de seus territórios (Nota Pública pela Mobilização em Defesa dos Direitos das Crianças Indígenas, 22/06/2022).

Importa destacar que a Constituição Federal de 1988, a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança (1989), ratificada no Brasil em 1990, Decreto nº 99.710/1990, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Decreto nº 5.051/2004, Declarações dos Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas (2007), Organização dos Estados Americanos (2016), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e nas Resoluções nºs. 181/2016 e 214/2018 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) demonstram que do ponto de vista legislativo os avanços são significativos.

No entanto, apesar de todas essas legislações e normas, os direitos humanos de crianças e jovens dos povos originários deste grande país continuam sendo violados, em termos de políticas públicas e de programas e projetos para o atendimento desses segmentos das populações indígenas.

Recentemente, a Resolução nº 228, de 18 de maio de 2022 dispõe sobre a instituição de Grupo Temático com a finalidade de avaliar, formular e propor estratégias, articulação de políticas públicas e serviços de proteção, prevenção, atendimento e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes de povos originários e comunidades tradicionais.

Latinidade

É preciso acompanhar o funcionamento desse Grupo Temático, a fim de garantir que esses compromissos sejam cumpridos. No entanto, vale sublinhar que apesar das inúmeras e diferenciadas organizações dos povos indígenas, nenhuma representação foi indicada para participar desse relevante Grupo Temático.

No entanto, o grupo pela mobilização em Defesa dos Direitos das Crianças deliberou pela organização de uma mobilização em defesa dos direitos das crianças indígenas, contando com as representações dos povos indígenas, da sociedade civil, do Estado, das universidades e dos organismos internacionais, além de crianças, adolescentes e jovens.

A mobilização em favor da defesa dos direitos das crianças indígenas deve se desenvolver em três eixos, incluindo diversas ações. Neste texto foi selecionada somente uma ação em cada eixo.

Eixo I – Mobilização

Realização de uma campanha nacional e internacional em defesa dos direitos das crianças indígenas.

Eixo II – Diagnóstico

Promover uma consulta com as organizações indígenas que atuam diretamente na defesa das crianças e dos territórios indígenas, em especial a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, objetivando detalhar a situação das crianças e jovens indígenas nas áreas da assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, proteção etc..

Eixo III – Proposições Legislativas

Realização de uma audiência pública na Câmara de Deputados, com a participação de representantes indígenas e

não indígenas, de modo a fortalecer a proposição de medidas legislativas, de políticas públicas e de ações sociais para a defesa dos direitos das crianças indígenas.

Palavras finais

É preciso acreditar que novos ventos de democracia e de respeito aos direitos humanos vão voltar a soprar no Brasil.

Está havendo uma mobilização muito grande de povos indígenas em Brasil; as denúncias sobre o assassinato de Dom e de Bruno, percorreram e escandalizaram o mundo todo; a exposição de Sebastião Salgado tem lotado o Museu do Amanhã; a Marcha de Mulheres Indígenas Território: nosso corpo, nosso espírito em 2019, foi extremamente inovadora; o depoimento de Davi Yanomami que integra a exposição no Museu do Amanhã, tem comovido todos e todas visitantes; a existência de guardiãs da floresta que se consideram a própria floresta; o número de mulheres cacicas que tem aumentado; as protagonistas do ativismo indígena pode demonstrar que a história e a memória dos povos originários estão mobilizando setores da sociedade brasileira que acreditam que os povos indígenas têm o direito à suas terras e, que os direitos previstos nas legislações brasileiras precisam garantir que as crianças e os adolescentes indígenas também tenham o direito de ter direitos.

Por último, mas não menos importante, a mobilização em Defesa dos Direitos das Crianças Indígenas tem avançado e incluído docentes e discentes dos povos indígenas, a Audiência Pública sobre os direitos dos povos indígenas será realizada, assim como Observatório da Criança Indígena, em Brasília/DF será implantado e implementado. O CONANDA e sua

Latinidade

Resolução nº 228, de 18 de maio de 2022, tem assumido o compromisso de atuação de forma mais consistente.

Esperança é possível! De forma crítica e analítica. O Brasil merece ser um país melhor para todos e todas as pessoas. Os Direitos Humanos precisam voltar a ser referência política, econômica, social e cultural.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2022.

Recebido em: Agosto de 2022
Aprovado para publicar em: Setembro de 2022

Das sociedades tradicionais à modernidade - Discussões teóricas sobre a dádiva

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ

Os estudos sobre Modernidade e tradição na América Latina suscitam intensos debates teóricos. Apresentamos neste ensaio a proposta de Jacques T. Godbout(1999) que retomou as discussões de Maurice Godelier (2000) e o tradicional estudo de Marcel Maus (1922) , oferecendo-nos a oportunidade para aprofundar os aspectos teóricos sobre Modernidade e Tradição, temas recorrentes na historiografia latinoamericana.

Para Godbout "os tempos são difíceis, mas modernos", o homem moderno é realista e motivado pela produção e troca de bens, o que o assinala o interesse material, afastando-o do conceito de altruísmo e generosidade. Assim, assumir a modernidade significa, antes de tudo, confessar a inexistência ou a inconsistência da dádiva, elemento básico das relações sociais das sociedades tradicionais, onde predomina a importância do implícito e do não-dito, e onde as regras não são formuladas.

Essa característica, própria das sociedades tradicionais, ainda é percebida na América Latina através das permanências culturais implícitas nas formas de pensar da sociedade, transmitidas pela memória coletiva. Para o Godbout, a dádiva transformou-se em tabu, assunto proibido, e é isso que o instiga na pesquisa, e na expectativa de encontrar algo oculto sobre a dádiva. Ressalta que, como a modernidade se define essencialmente pela sua recusa da tradição, é natural que acredite poder libertar-se dela abandonando a linguagem da dádiva.

As reflexões sobre O enigma do Dom de Godelier auxiliam a análise teórica de Godbout no que diz respeito às discussões sobre

Latinidade

a dívida e suas implicações nas sociedades tradicionais e suas permanências na modernidade.

Godelier, em sua análise, aponta a situação das sociedades capitalistas e se refere à condição dos excluídos, assinalando que a economia capitalista cria excluídos em massa e confere à sociedade a tarefa de reincluí-los, não mais na economia, e sim na sociedade. Afirma, também, que a sociedade possui um “tecido social esgarçado”, decompondo-se em várias sociedades cada vez mais compartimentadas, cabendo ao Estado recompor essa sociedade. Porém, o Estado não é suficiente para executar essa tarefa. A impotência do Estado traz novamente o dom, mas o dom atual é forçado pelo Estado que decreta novos impostos, os quais chama de “solidariedade”. E, para poder cumprir o dom, obriga a maioria a partilhar com os mais necessitados, preenchendo, assim, a brecha produzida pela economia. Godelier enfatiza que, desobrigando-se da economia, o Estado desobriga-se também de outros aspectos da vida social.

Nesse contexto, aponta o autor, surgem nas ruas, no metrô e em outros lugares públicos milhares de mendigos – os SDFs (indivíduos sem domicílio fixo), aqueles que generalizaram o apelo a dar, a partilhar. A demanda do dom torna-se organizada e, assim, surgem inúmeras organizações “caritativas”, que pedem ao doador, generoso e solidário, que partilhe, não o seu dinheiro, mas o que foi adquirido com o dinheiro que se destinava ao seu próprio consumo.

Esta é a explicação encontrada por Godelier para o retorno da caridade, que inspirou Mauss a escrever em 1922 o “*Essai sur le don*”. Como pedir é humilhante, prefere-se viver dissimulando que se ganha a vida vendendo jornais que nunca serão lidos, conclui Godelier. A caridade está de volta, não como virtude, mas por solidariedade, devido à existência de um número cada vez maior excluídos, pois o Estado é incapaz de acabar ou diminuir as injustiças.

Essa questão aflige a América Latina devido à intensa desigualdade social e à miséria que atinge todos os países do continente, no momento em que conduz a discussão para a pós-modernidade.

Nesse contexto, Godbout propõe sua análise sobre o homem moderno, considerando-o é realista, motivado pelo interesse material, ao contrário das sociedades tradicionais que contemplavam o altruísmo e a generosidade para a produção e troca de bens.

A dádiva é analisada por Godbout como tabu, isto é, assunto proibido e que deve ser pensada não como coisa, mas como relação. A partir dessa premissa, ele construiu um percurso para o que chama de dádiva verdadeira. Resumindo, no início nada existe além do indivíduo e seus próprios interesses; aparece a dádiva que cria um sentimento de obrigação e ao se assumir a obrigação de retribuir, estabelece-se um círculo de relações. Essas premissas o aproximam de Mauss, que também trata a dádiva como relação.

Para Mauss, cria uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe, isto é uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha aquilo que possui, com aquele a quem dá, e estabelece uma relação de superioridade, pois quem recebe o dom e o aceita fica sendo devedor daquele que o deu. Através dessa dívida ele se torna dependente até o momento em que pode restituir o que lhe foi dado.

Godbout parte do pressuposto que, apesar de todos os bons motivos que teríamos para crer no desaparecimento definitivo e inelutável da dádiva, a encontramos em toda parte, pois nos tempos atuais nada se pode iniciar ou empreender, crescer e funcionar, se não for alimentado pela dádiva. Dessa forma, a dádiva constitui o sistema das relações sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder.

Latinidade

E, alerta, para três razões, que considera fundamentais, para a ocultação da realidade da dádiva na sociedade capitalista, a) primeira é que a dádiva é atribuída à tarefa impossível de encarnar a esperança ausente de um mundo sem esperança, a alma inalcançável de um mundo sem alma, b) Além desta, as teorias que apresentam o ser humano como um egoísta natural, e também as que pretendem ver nele um ser sedento de poder e, c) como terceira razão, a de que as sociedades primitivas e tradicionais pensavam na linguagem da dádiva, e como a modernidade se define essencialmente pela sua recusa da tradição, é natural que acredite poder libertar-se dela abandonando a linguagem da dádiva.

Para Godbout estende o sentido da dádiva, das sociedades primitivas às contemporâneas. A idéia central do seu texto é abrangente, assim, o desejo de dar é tão importante para compreender a espécie humana quanto o de receber, sendo a dádiva caracterizada como forma de circulação de bens a serviço dos vínculos sociais, constituindo um elemento essencial a toda sociedade.

Essa abordagem o aproxima de Godelier, pois o dom pode ser encontrado em toda parte, ele não é apenas uma maneira de compartilhar o que se tem, mas também uma maneira de combater com o que se tem¹¹. A sociedade se funda sobre a troca e só existe através da combinação de todos os tipos de trocas – de mulheres (parentesco), de bens (economia), de representações e de palavras (cultura).¹²

¹¹ era a idéia que ele atribuía a Mauss - de que a lógica dos dons e contradons culmina com o *potlach* (dom de caráter sagrado que constitui, para quem recebe, um desafio a dar um presente equivalente);

¹² - Assim, Godelier desenvolve seus estudos entre os *baruyas* e pôde observar a prática do dom e do contradom na troca de mulheres, mas nada de *potlach*. Ao contrário, nessa sociedade a lógica excluía que se pudesse adquirir poder através de dons e contradons de riquezas. Godelier observou que entre os

Essa concepção, o aproxima tanto de Godelier como de Annette Weiner¹³ ao observar que ela descobrira fatos novos que esclareciam problemas deixados sem resposta por Mauss e Malinowski. Weiner afirmava que se podia conservar um objeto e ao mesmo tempo dá-lo. Era parte de um *enigma do dom* que assim estava resolvida. Godelier percebeu que havia algo que ameaçava a prática do dom e penetrava no domínio do sagrado apenas para profaná-lo e destruí-lo: o dinheiro, ou os bens materiais adotados pelo homem moderno “realista, confirmando a análise de Godbout” os tempos são difíceis, mas modernos”, e o objeto que motiva a produção e troca de bens para o homem moderno não é o altruísmo e a generosidade, mas o interesse material.

Godbout distingue três formas de vínculos sociais: a esfera do mercado, a esfera do Estado e a esfera doméstica. Enquanto o princípio que define a esfera mercadológica é a possibilidade e a facilidade de sair relação social, a esfera do Estado se caracteriza pela discussão e pelo debate. E a lealdade constitui o princípio básico da esfera doméstica, sendo considerada, geralmente, o lugar natural da dádiva na sociedade moderna.

Ao analisar a família, conclui que na esfera doméstica a possibilidade de romper os laços é bastante mais difícil e dramática do que em outras situações e, às vezes, nula. A obrigação é mais presente, sendo a forma que mais se aproxima da dádiva tradicional.

baruyas confrontavam-se coisas que não podiam vender ou dar, e que deviam guardar. Essa experiência, o autor analisa em sua obra “La Production des Grans Hommes”(1996).

¹³ Annette Barbara Weiner (1933 - 7 de dezembro de 1997) antropóloga americana, conhecida por seu trabalho etnográfico nas Ilhas Trobriand e seu desenvolvimento do conceito de riqueza inalienável na teoria antropológica social.

Latinidade

Em relação à esfera doméstica, Godbout explica que a rede de obrigações que nos impomos para com nossos amigos, nossos vizinhos, nosso "próximo", tende a formar sistemas modernos de dádiva, no sentido de dádiva livremente consentida. Dessa forma, o que circula entre os amigos diz respeito ao sistema da dádiva. Apoiado em Florence Weber (2014), ele destaca as características do sistema de cooperação informal, dentre elas a reciprocidade diferida no tempo, a crença na gratuidade necessária à reciprocidade diferida, a cadeia ininterrupta formada pela dádiva, a espiral de generosidade que consiste em retribuir mais do que recebeu e o prazer da dádiva.

Entre os elementos essenciais para a permanência da dádiva, o Godbout destaca a família como o lugar básico para a dádiva em qualquer sociedade, o lugar onde é vivida com mais intensidade e onde se faz o aprendizado dela. Isto porque a família se fundamenta numa dádiva, sendo a união de dois estranhos para formar o núcleo familiar. Na interpretação moderna e utilitarista, a dádiva é excluída da família em nome da divisão. Para o autor, esta argumentação é ilegítima, uma vez que o sistema utilitarista só se aplica quando a relação não funciona mais como casal. Outros autores fundamentam na relação de dívida a relação do casal.

Para ele a família faz parte das instituições que buscam a segurança em detrimento da liberdade tradicional. É por causa da falta de escolha que as relações familiares atravessam classes sociais, e o meio profissional, inclusive a região.

Destaca também o papel da mulher na esfera doméstica e conclui que existe um vínculo especial entre a mulher e a dádiva, pois o universo da dádiva é a competência da mulher. É ela que manipula as relações sociais. Por esse motivo, para ele a relação com os filhos possui a característica da dádiva e inclui algum sentido de obrigação. Assim, o nascimento é considerado uma dádiva. O filho é o ser a quem devemos tudo dar. É a única pessoa

a quem a sociedade moderna permite dar sem receber. A qualquer outra categoria de pessoas, dar demais se torna suspeito, estranho, anormal. O filho na sociedade moderna encontra-se em situação única: de um lado, nunca foi tão bem considerado, porém jamais foi tão ameaçado de transformar-se em objeto. Ou seja, o filho-deus, a quem podemos tudo dar e o filho-objeto, de quem podemos dispor como quisermos.

Em relação ao Natal, Godbout ressalta o fato de que os reais ofertantes estejam mascarados, como se desejassem subtrair-se a quaisquer gratidão e introduzindo um personagem mítico, estranho e evanescente, o personagem do Papai Noel. A manifestação do prazer de quem dá é essencial; mas ela está dissociada, por meio do Papai Noel, do reconhecimento para com o verdadeiro ofertante. Como na relação do casal, delineia-se a presença do estranho, onde menos se esperava. As características do personagem permitem formular a hipótese da inserção da dádiva na filiação. Ele restabelece a filiação, o vínculo com os ancestrais que a modernidade rompe constantemente, a referência com a qual rompemos. Papai Noel abre o universo fechado da família moderna, restabelece um elo com o passado, no tempo, mas também une as crianças ao espaço, ao resto do universo.

Ele também constata que em relação à herança, a primazia do "dar" sobre o "receber", a importância da submissão do bem ao vínculo. Trata-se, pois, de um sistema de dádiva. A herança faz parte dos sistemas de dádivas não circulares, mas é uma forma de entregar o que se recebeu, mesmo que não seja pela restituição à fonte.

Ao refletir sobre a figura do esbanjador, explica que este, como o seu oposto, o avaro, é incapaz de fazer circular as coisas no ciclo "normal". O avaro as retém, o esbanjador as expulsa do circuito em que deveriam circular. O esbanjamento é uma dádiva perdida, mesmo como dádiva.

Latinidade

Godbout salienta que a dádiva toca no que há de mais essencial no vínculo social e que ela será influenciada pelas relações entre as pessoas. A circulação da dádiva no campo familiar constitui um vasto campo de pesquisas.

Outro ponto que se deve destacar em sua análise são as relações com o Estado. O autor explica que o Estado previdenciário foi visto como um feliz substituto para a dádiva. Ele não nega o altruísmo, como o mercado; ele reparte, organiza, distribui entre os membros da sociedade. Entretanto, Godbout defende a idéia de que a esfera do Estado se baseia em princípios diferentes do universo da dádiva. Além de não pertencer a este setor, o Estado pode até exercer efeitos negativos sobre a dádiva. Exemplifica com a questão da doação de sangue, ressaltando a inexistência da gratidão do receptor pelo doador. Entretanto, é fundamental que o doador saiba que o sangue será doado. A doação de sangue é um ato individual cujo "produto" é gerido pelo Estado. A intervenção do Estado sempre tenderá a transformar o ato gratuito em trabalho não pago, mudando o sentido da dádiva. Pela seguridade social, passa-se de um sistema de dádiva para um sistema de direitos. Cria relações entre estranhos, diferente do mercado, mas também diferente da dádiva. A dádiva é um sistema livre, ao passo que o Estado recolhe contribuições obrigatórias automáticas dos cidadãos.

Outro aspecto destacado por ele refere-se a questão da dádiva entre estranhos. Ele considera que as associações beneficentes asseguram grande parte dos serviços pessoais, sendo seu campo de ação delimitado pelo Estado, de um lado, e pelas redes familiares, de vizinhança e de amizade, do outro. As ações desses organismos estão próximas do espírito da dádiva, por serem atos livres de seus membros e não objetivarem lucro. Um segundo critério é o da não-remuneração pelo trabalho.

Godbout exemplifica com o trabalho dos Alcoólicos Anônimos, que são regidos pelo princípio da reciprocidade, mas

abertos à alteridade. Seus membros, logo que se encontrem curados, devem se integrar a cadeia da dádiva, transmitido a outrem aquilo que recebeu.

Dessa forma, Godbout distingue duas categorias de organizações: organismos baseados na beneficência, que prestam serviço sem reciprocidade, e organismos de ajuda mútua, baseados na reciprocidade, porém aberta. Em ambos o serviço é prestado para o exterior, mas somente no segundo há reciprocidade.

Considerações finais

Para Godbout, o Estado está mais interessado nos organismos beneficentes do que os grupos de ajuda mútua, mas reconhece que importância desses grupos e seu funcionamento eficaz. São grupos que intervêm nos problemas sociais mais graves, como alcoolismo, toxicomania, depressão, visando mais a solução dos problemas do que o prazer do vínculo, embora, na maioria das vezes no próprio vínculo que encontram a solução dos problemas.

Para ele os Alcoólicos Anônimos são pioneiros e o modelo dos grupos de ajuda mútua e seu crescimento, mesmo sem acompanhar de estruturas burocráticas, são eficazes e mais bem sucedidos que qualquer outra abordagem ou tratamento de alcoólatras. Conclui que se trata de um sistema de dádiva, tanto na filosofia dos grupos quanto no seu modo de funcionamento, ao mesmo tempo moderno e bastante tradicional. Moderno pela liberdade de seus membros, e, ainda, porque os grupos não se baseiam num passado comum, na comunidade territorial ou cultural dos membros, mas num problema específico. Possui, entretanto, traços tradicionais: não há ruptura nem intermediários neste sistema.

Latinidade

A dívida pode circular num sistema que se apóia no princípio comunitário e na democracia direta. Recusam qualquer quantia do exterior e nenhuma publicidade é feita. A necessidade de que o membro se abandone a uma força superior da qual irá receber coragem para parar de beber é simultaneamente tradicional e moderna. Moderna porque se trata de um Deus pessoal, tal como cada um o concebe; mas tradicional porque é necessário crer numa força que liberte o membro do narcisismo característico do indivíduo moderno. O membro experimenta a extensão da consciência que acompanha a conexão com um sistema de dívida e que proporciona a força necessária para lutar contra a sua doença.

Os Grupos Alcoólatras Anônimos AA são revolucionários pela nova forma de pensar o social, um modelo de como pode funcionar hoje em dia um sistema de dívida, que nos oferece talvez uma prévia daquilo que poderão ser a sociedade moderna e as relações humanas se algum dia conseguirmos sair do paradigma do crescimento.

Godbout relaciona as principais características das associações que atuam na maioria dos setores sociais, que as distinguem das instituições públicas: a ausência de ruptura entre quem presta serviço e quem o recebe, a importância da pessoa e o prazer como uma das motivações principais de sua ação são modernos e ao mesmo tempo tradicionais, pois ocorrem entre estranhos, onde a motivação religiosa não é essencial e abrange o conjunto dos meios sociais.

Na sociedade liberal, o indivíduo moderno está constantemente envolvido em relações de dívida. A relação de dívida é antes de mais nada um fenómeno de reciprocidade. A essência da dívida é não ser uma dívida. Não é pela característica do não retorno que ela se define. São muitas as diferenças entre a dívida e o sistema mercantil: não há sempre retorno no sentido mercantil do termo, como ilustra a dívida unilateral a

desconhecidos. Em contrapartida, muitas vezes o retorno é maior do que a dádiva. Se ampliarmos a definição de retorno para incluir os retornos que ultrapassam a circulação material de objetos e serviços, então há sempre retorno, e ele é considerado importante para a maioria dos que dão. Muitas vezes o retorno está na própria dádiva, na inspiração do artista, na transformação pessoal por que passa os que dão, espetacular no caso dos que doam seu rim, e, é claro, em menor grau em outros casos. Esse retorno, inexistente nas outras formas de circulação das coisas, está no próprio gesto de dar.

Para ele os três momentos do ciclo da dádiva consistem em dar, receber e retribuir e muitas vezes se confundem. A distinção entre dar e retribuir é analítica, porque quem retribui está dando também. Ao analisa características importantes da dádiva moderna conclui que a dádiva tende a fazer que o desconhecido seja o menos estranho possível, mas a dádiva a desconhecidos é uma característica moderna. A liberdade está presente em todo lugar onde haja dádiva e, se não existe dádiva gratuita, existe pelo menos gratuidade na dádiva. É o caráter espontâneo que se encontra em toda parte, pois a dádiva não obedece a nenhuma imposição, mas a um "movimento da alma". A dívida é onipresente, mas diferente da dívida mercantil. Existe o retorno, sendo o mais surpreendente a transformação induzida no ofertante.

Modernidade e Tradição coexistem como paradigmas na América Latina, onde a dádiva, como permanência cultural, perpassa pelas estruturas impostas pela colonização e continua até os dias atuais, dominando as relações entre os membros da mesma comunidade, fortalecendo os laços de compadrinho e lealdade, sobretudo nas sociedades onde predominam as formas de pensar das sociedades tradicionais.

Por isso, ao distinguir a esfera do mercado da esfera do Estado e da esfera doméstica, Godbout analisa a modernidade como um

Latinidade

modelo onde as permanências culturais atrelam as tradições ao avanço das estruturas capitalistas utilitárias e definem as relações na América latina

Bibliografia

Donzelot, Jacques 1991 'Le social du troisième type'. Em *Face à l'exclusion. Le modèle français*. Paris, Éditions Esprit.

Godbout, Jacques T. 1999- *O espírito da dádiva*. - Trad. de Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 272p.

Godelier, M. 2001. O enigma do Dom. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

Mauss, Marcel - 1922. Essai sur le don -Forme et raison de l'échange

dans les sociétés archaïques.
<http://bibliotheque.uqac.quebec.ca/index.htm>,2002

Paiva, Carlos H. Assunção.1999 *Solidariedade: uma abordagem teórica dos vínculos sociais modernos*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IMS/UERJ.

Recebido em:

Questão Social e a Centralidade na Família: a “feminização da pobreza” em cenário ultraneoliberal

Natalia da Silva Figueiredo¹⁴
PPGSS/UERJ - PROEALC

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção de políticas centralizadas nas famílias pobres, em especial nas mulheres, ou nas famílias por ela chefiadas em um determinado momento. A presença majoritariamente feminina acompanha a política de assistência social desde a sua gênese alicerçada por meio da responsabilização pela reprodução social e o reforço de papéis de gênero.

Palavras-Chave: Assistência Social – Familismo – Questão Social.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la construcción de políticas centradas en las familias pobres, especialmente las mujeres, o las familias encabezadas por ella en un momento dado. La presencia mayoritaria de mujeres acompaña la política de asistencia social desde su génesis basada en la rendición de cuentas para la reproducción social y el fortalecimiento de los roles de género.

¹⁴ Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)
Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC)

Palabras clave: Asistencia Social - Familismo - Cuestión Social.

Abstract

This article aims to analyze the construction of policies centered on poor families, especially women, or the families headed by them at a given time. The predominantly female presence accompanies the social assistance policy since its genesis, based on accountability for social reproduction and the reinforcement of gender roles.

Keywords: Social Assistance – Familism – Social Question.

Introdução:

O presente artigo, tem por finalidade, analisar a historicidade do conceito de “feminização da pobreza”, sua ampla divulgação e funcionalidade para as novas formas de intervenção na “questão social”, surgidas como resposta à crise do sistema capitalista pós 1970.

A desigualdade social e suas demais expressões vem se apresentando como um importante debate político e teórico na contemporaneidade, sendo foco de análise no âmbito da construção do conhecimento em diferentes abordagens em relação a intervenção no cenário atual.

Nas últimas três décadas multiplicaram-se os estudos de gênero, em um contexto de ofensiva ultraneoliberal e de contra-reforma do Estado, associado ao refluxo dos movimentos sociais, da consolidação do terceiro setor e o voluntariado. Desta forma, a intervenção as expressões da “questão social” se dão pela via da privatização, focalização e descentralização das políticas sociais.

Neste cenário, tem sido debatida as particularidades das expressões da “questão social” na vida das mulheres pobres, podendo citar a pauperização, a parca ou nenhuma participação na política, economia e ciência, o controle da sexualidade e de seus corpos e o uso da violência, resultando em estudos e discussões voltados para a ‘feminização da pobreza’ e a consequência destas desigualdades para as mulheres pobres.

Todavia, podemos aferir, que nas últimas três décadas, vê-se o conceito de “feminização da pobreza” sendo utilizado indiscriminadamente, transformando-se em uma linha de acesso restrita a recursos e base de sustentação para a focalização das políticas de combate à pobreza, especificamente para as mulheres pobres – objeto destas pesquisas.

“Feminização da pobreza”: a origem deste conceito

O conceito de “feminização da pobreza” foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga estadunidense Diana Pearce, em seu artigo publicado na Revista da Mudança Urbana e Social, cujo título principal é “Feminização da Pobreza”, seguido pelo subtítulo “mulher, trabalho e assistência social”, com o objetivo de retratar a tendência nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre pobres e do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres entre pobres (COSTA, 2005, p.8).

Este fenômeno estava associado ao aumento de famílias pobres chefiadas por mulheres, as quais a autora define como aquelas onde há apenas um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino. E, embora a autora reconheça que também existam mulheres pobres que convivam em famílias chefiadas por homens que também são pobres, ela vai concentrar sua análise nas mulheres “que são pobres porque

Latinidade

são mulheres” (PEARCE, 1978, p. 28). Seu pressuposto era o de que “a pobreza está rapidamente se tornando um problema feminino” (idem), o que significa que a autora investiga quais são as consequências econômicas e sociais de ser mulher, sem apoio de um companheiro, e que acabam por conduzir à pobreza. Nestes estudos, a chefia feminina é considerada indicador de pobreza.

Segundo Novellino, a “feminização da pobreza” é um:

“Processo que se inicia quando a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família; e tem que, sozinha, manter a si e a seus filhos. Por este motivo, os estudos sobre feminização da pobreza tomam como objeto as mulheres chefes de domicílio com filhos menores sob sua guarda” (NOVELLINO, 2004, p. 1).

Para Pearce, o processo de pobreza das mulheres estaria ligado com as fontes de renda dessas mulheres chefes de família e os resultados que as políticas públicas propõem para auxiliar na redução da pobreza. As fontes de renda estariam categorizadas em: salário; transferência privada (como a pensão alimentícia) e transferência pública, que pode ser via segurança social, como os casos de licença ou aposentadoria; ou aquelas recebidas através de programas de redução da pobreza que fazem parte das políticas públicas do Estado.

Em relação as políticas públicas, Pearce acredita que seu papel é de verificar se tais políticas auxiliam na superação da situação de extrema pobreza das mulheres chefes de família ou se acabam por perpetuá-la. Outros fatores que também contribuem para a “feminização da pobreza” seriam a falta de acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos. Portanto,

“De acordo com os estudos sobre a feminização da pobreza, este é um fenômeno que tem início quando as mulheres pobres com filhos menores se vêem forçadas a entrar para o mercado de trabalho para sustentar a si e a seus filhos, sem ter se preparado para tal. Tal assertiva fundamenta-se no seguinte: (a) há uma tendência das mulheres, por demanda de suas funções reprodutivas, trabalharem em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) há discriminação salarial, isto é, estudos demonstraram que, na média, os salários dos homens são maiores que os das mulheres; (c) há uma concentração de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são mais baixos, e (d) há uma maior participação feminina nos mais baixos níveis da economia informal” (NOVELLINO, 2004, p. 5).

Após o conceito surgir nos Estados Unidos na década de 1970, a “feminização da pobreza” posteriormente passou a ser discutida na América Latina, em especial no Brasil por órgãos governamentais. Portanto, passou-se a discutir os conceitos de gênero e pobreza, o significado da “feminização da pobreza” e as políticas sociais voltadas para o combate à desigualdade de gênero.

Atualmente, o conceito de “feminização da pobreza” vem sendo compreendido e relacionado diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho – articulado aos efeitos das políticas econômicas de corte ultraneoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. Desta forma, a “feminização da pobreza” é relacionada ao aumento das mulheres chefes de família e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma subalternizada – postos de trabalho mais precarizados e com menores rendimentos.

Hirata (2003) destaca que houve uma ampliação do trabalho remunerado das mulheres, seja nos setores formais ou informais. Todavia este crescimento foi acompanhado de

Latinidade

degradação e precarização desses empregos, através da flexibilização, terceirização e da desregulamentação das leis trabalhistas e sindicais. Tal realidade reforça a tendência das mulheres em se situar em atividades e empregos precários, com baixos rendimentos e pouca capacidade gerencial, aprofundando a condição histórica de pauperização das mulheres.

É importante considerar que essas abordagens têm como pressuposto a necessidade de comprovar ou refutar a “feminização da pobreza” para a formulação de políticas sociais, ora focalizadas nas mulheres pobres, ora universais para homens e mulheres pobres. Para tal, empreende-se esforços para estabelecer linhas de pobreza, tipologias e indicadores acerca do empobrecimento feminino. E transforma-se em linhas de acesso a recursos que implicam na construção de estratégias voltadas para o “empoderamento, autonomia individual, protagonismo, cooperação e integração social” (SOARES, 2011, p. 2). Não por acaso, que o conceito de gênero e de “feminização da pobreza” foi incorporado como base ou tema transversal das ações e políticas sociais dos últimos governos, podendo citar a política de transferência de renda, denominada de “Bolsa Família, como uma dessas expressões.

A “feminização da pobreza” e as políticas sociais focalizadas nas mulheres

Segundo Soares (2011) a partir da década de 1970, com o processo de reestruturação do sistema do capital, se dimensiona uma forte preocupação teórica e política com o aprofundamento da chamada “questão social”, e por conseguinte, com a expansão da pobreza como um elemento

capaz de ameaçar a retomada do ciclo expansivo e acumulativo capitalista. Nos deparamos no campo teórico com a elaboração de conceitos travestidos de categorias articulados a perspectivas teóricas funcionalistas, estruturalistas e pós-modernas.

Destarte, a pobreza recebe status de centralidade nos discursos das agências internacionais, podendo ser observadas nos relatórios anuais do Banco Mundial e nas indicações sobre políticas de desenvolvimento. Tal contexto, propicia a formulação de políticas sociais fragmentadas, focalizadas e de transferência de renda, com direcionamento de grande volume de recursos estatais (SOARES, 2011, p. 6). Desta maneira, a “questão social” passa a ser compreendida como,

“Um problema relacionado à ruptura com os vínculos familiares e sociais, capaz de desequilibrar a coesão social. Por essa via, a “questão social” deve ser enfrentada por meio do incentivo ao empreendedorismo, empoderamento, integração social e solidariedade mútua. Ou seja, como uma questão do campo individual, em que os indivíduos podem superar a situação de vulnerabilidade e alcançar o sucesso por meio da sua autodeterminação e vontade. Essa análise desconsidera a compreensão que a desigualdade social é um elemento constitutivo e constituinte da lógica de acumulação capitalista” (SOARES, 2011, p. 6).

Carlos Montano (2006) defende que as novas configurações do modo de produção capitalista no pós-1970 demandam novas formas de tratar as expressões da “questão social”, com o fortalecimento do terceiro setor e diluição das responsabilidades do Estado, com alteração significativa na orientação das políticas sociais.

Importante considerar que o conceito de “feminização da pobreza” fortalece essas alterações na formulação e execução destas políticas, ao passo que o investimento deve ser

Latinidade

direcionado nas políticas de combate à pobreza das mulheres – alicerçado por meio de recomendações de organizações internacionais, em especial do Banco Mundial. O que pressupõe a comprovação de renda, a contrapartida de beneficiários e a responsabilização das mulheres no gerenciamento e pela eficiência destas políticas. De acordo com Soares (2011):

“O que temos são políticas com centralidade na família, especialmente nas mulheres, em que se transfere a responsabilidade do Estado com o enfrentamento da “questão social” para a sociedade civil e a unidade familiar. Neste horizonte, a mulher passa a ter responsabilidade pela eficiência das políticas sociais, assim com a ser compreendida como um instrumento do desenvolvimento social” (SOARES, 2011, p. 7).

Cabe destacar que as políticas sociais focalizadas nas mulheres, instrumentalizam papéis sociais atribuídos socialmente às mulheres, principalmente os que tangem a esfera reprodutiva e reforçam habilidades conservadoras e ditas adequadas às mulheres – mães – donas de casa.

Autoras como Lavinias (1996) e Castro (2001) são contrárias a essa perspectiva e apontam a necessidade da defesa de políticas públicas universais, que visem a redução da pauperização da classe trabalhadora e não de grupos específicos de pobres, mesmo que sejam mulheres. No entanto, compreendem que há desigualdades entre homens e mulheres que devem ser analisadas e consideradas na elaboração e execução de políticas sociais e de programas governamentais. Uma vez que políticas sociais direcionadas a grupos específicos, “aprofunda o processo de pauperização crescente da classe trabalhadora, e, das particulares formas de pauperização das mulheres, assim como obstaculiza a compreensão do fenômeno de forma profunda e crítica” (SOARES, 2011, p. 8).

Considerações Finais:

A discussão exposta demonstra que a “feminização da pobreza” é um conceito polissêmico e palatável que precisa ser teorizado de forma crítica.

Concordamos com Soares (2011) que o conceito de “feminização da pobreza” possui uma interpretação ambígua e fetichizada, que não analisa a dominação e exploração das mulheres de forma aprofundada, e, vem sendo utilizado por forças sociais contraditórias, cuja funcionalidade é direcionada para a lógica do modo de produção capitalista, que justifica a necessidade de políticas fragmentadas, desarticuladas e focalizadas nas mulheres. E por essa razão, este conceito não analisa a relação intrínseca entre o aprofundamento da pobreza feminina e a crise do modo de produção capitalista.

Um conceito que à primeira vista parece ser de cunho progressista, mas na realidade está em consonância com o projeto ultraneoliberal em curso, que prevê a desarticulação e parcos investimentos na Seguridade Social, o desmonte dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora e a privatização dos bens e serviços sociais.

Neste sentido, é de suma importância a defesa da (re)atualização e análise crítica deste conceito, bem como da defesa dos direitos sociais e de políticas universais de redistribuição de riqueza.

Referências:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BEHRING, Elaine; BOSHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo. Ed. Cortez, 2006.
- BRASIL. Caderno: SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília, MDS/UNESCO, 2008.
- BRASIL. Capacita SUAS. Brasília. MDS/UNESCO, 2008.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.
- BRASIL. Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, Brasília, 2004.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- CASTRO, Mary Garcia. Feminização da Pobreza em cenário neoliberal. In Galeazzi, Irene. M.S (org). Mulher e Trabalho. Porto Alegre: PED-RMPA. 2001.
- COSTA, Joana Simões. A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, DF. IPEA. 2005.
- COUTO, Brenenice Rojas (ET AL). O Sistema Único de assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.
- HIRATA, Helena. Por que os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Godinho, Tatau. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial para as mulheres, 2003.
- LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. Estudos Feministas, vol.4, num.2, pp.464-479, 1996.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. (mimeo), pp.1-10, 2003.
- _____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. IN: Política Social Família e Juventude: uma

questão de direitos. SALES, Mione Apolinário (et al). São Paulo. Cortez, 2008.

MONTANO, Carlos. Um projeto para o serviço social crítico. Revista *Katálysis*. V. 9, n.2. Florianópolis, jul/dez. 2006.

NOVELLINO, Maria Salet F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2004.

PEARCE, Diane. A feminização da pobreza: mulheres, trabalho e bem-estar. Revisão da *Mudança Urbana e Social*, 1978.

SOARES, Suamy Rafaely. A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado?. Trabalho apresentado V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 23 a 26 de agosto de 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista de Políticas Públicas*, vol. 13, num.2, pp.255-264, julho-dezembro, 2009.

_____. Política Social Contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. IN: *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. Regina Célia Tamasso Miotto, Marta Silva Campos, Cássia Maria Carloto (orgs). São Paulo : Cortez, 2015.

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022

Sujeitos sem direito: a negação da dignidade humana na lógica capitalista e a fome na dimensão dualística entre privilégio e carência

Pâmella Menezes Santos de Campos
Bolsista EIC - PROEALC/CCS-UERJ

Vitor de Araujo Ferreira
Pesquisador - PROEALC/CCS-UERJ

Resumo

O presente estudo é resultado das reflexões realizadas pelo grupo de pesquisadores bolsistas do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) do Centro de Ciências Sociais (CCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde se realiza o monitoramento diário e a análise da questão social no território latino americano e caribenho. Diante das pesquisas realizadas, buscou-se investigar o crescimento da insegurança alimentar no período pandêmico a partir do aumento da precariedade da condição social no Brasil. Desse modo, objetivamos destacar o crescimento da insegurança alimentar no Rio de Janeiro dentro do contexto da pandemia de COVID-19 - relacionando esta com o panorama político-econômico característico dos desdobramentos de um neoliberalismo extremo e do contínuo desmonte de políticas públicas e dos direitos sociais.

Palavras-chave: Desigualdade. Neoliberalismo. Fome.

Resumen

Este estudio es el resultado de las reflexiones realizadas por el grupo de investigadores del Programa de Estudios de

América Latina y el Caribe (PROEALC) del Centro de Ciencias Sociales (CCS) de la Universidad Estatal de Río de Janeiro (UERJ), donde diariamente se realiza monitoreo y análisis de la problemática social en territorio latinoamericano y caribeño. En vista de la investigación, buscamos investigar el crecimiento de la inseguridad alimentaria en el período de pandemia a partir del aumento de la precariedad de la condición social en Brasil. Por lo tanto, nuestro objetivo es destacar el crecimiento de la inseguridad alimentaria en Río de Janeiro en el contexto de la pandemia de COVID-19, relacionándolo con el panorama político-económico característico del despliegue del neoliberalismo extremo y el continuo desmantelamiento de las políticas públicas y los derechos sociales.

Palabras clave: Desigualdad. Neoliberalismo. Hambre.

Abstract

The present study is the result of reflections carried out by the group of researchers from the Latin American and Caribbean Studies Program (PROEALC) of the Social Sciences Center (CCS) of the Rio de Janeiro State University (UERJ), where monitoring is carried out on a daily basis and the analysis of the social question in Latin American and Caribbean territory. In view of the research carried out, we sought to investigate the growth of food insecurity in the pandemic period from the increase in the precariousness of the social condition in Brazil. In this way, we aim to highlight the growth of food insecurity in Rio de Janeiro within the context of the COVID-19 pandemic - relating it to the political-economic scenario of extreme neoliberalism and the continuous dismantling of public policies and social rights.

Keywords: Inequality. Neoliberalism. Hungry.

Introdução

A desigualdade social é parte da estrutura da sociedade brasileira e cresceu exponencialmente como consequência da crise sanitária, política e econômica que o Brasil vivencia. A disseminação de COVID-19 no Brasil, que se iniciou em fevereiro de 2020 e ainda está em curso, foi um fator decisivo para o aprofundamento de vários indicadores dentre eles o da pobreza e da fome. Nesse sentido, o presente artigo confeccionado com base em notícias de jornais nacionais de grande circulação, coletadas pelos autores, e somadas as referências do GEP, grupo de estudo do PROEALC, partiu das manchetes midiáticas que transformaram em notícia a tragédia da fome como resultante da crise pandêmica.

É preciso destacar, também, que o objetivo deste artigo não é apresentar as consequências da desigualdade como um elemento novo da realidade social brasileira, mas sim expor como a população do país - em geral - e o território do Rio de Janeiro - em particular, sofreu com a ampliação da insegurança alimentar no contexto pandêmico. Esta percepção se deu através do aumento de notícias que apontam a situação de fome extrema vivenciada por parte da população: manchetes que relatam parcelas da população em disputa por pelancas e ossos rejeitados pelo supermercado, ou supermercados que passaram a vender os restos de alimentos, por exemplo. Esta situação de carência alimentar não se dá em um contexto de falta de comida no país, pelo contrário, o agronegócio brasileiro bateu reiteradas vezes - ao longo da pandemia - recorde de exportação e faturamento; o que evidencia o problema de distribuição de alimentos no Brasil. Diante disto, é importante discutir a relação antagônica que existe entre o privilégio das classes dominantes e a carência das classes

Latinidade

dominadas, estas que são diretamente afetadas com o problema da fome.

Segundo o artigo 6 da Constituição Federal, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição” (BRASIL, 2016). No capitalismo periférico tardio brasileiro¹⁵, existe um impasse para a efetivação da alimentação como um direito social a ser garantido à toda população. Isto porque, apesar do arcabouço jurídico que concebe os direitos como lineares e inerentes à toda pessoa humana, a realidade demonstra que tais direitos não são desfrutados por todos.

Dessa forma, é necessário perceber a tragédia oculta nos dados que expõem os impactos que a pandemia da covid-19 causou na vida dos brasileiros, sobretudo os que compõem a classe trabalhadora, indicando que estes não são vistos como sujeitos detentores de direito e, com isto, tem sua dignidade e o acesso à alimentação negado. O processo de supressão dos direitos se relaciona de forma direta com a exploração imposta pelo capital, já que o aumento da carência acontece simultaneamente ao crescimento da concentração de renda dos mais ricos, em um evidente aprofundamento das expressões da questão social.

¹⁵ Segundo João Manuel Cardoso de Mello em seu livro “O Capitalismo Tardio”, existe uma propagação desigual do progresso técnico, que se traduz como uma determinada estrutura da economia mundial, de certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais (1991, p. 14).

Assim, pretendemos analisar não apenas os rumos que a questão da fome tomou no Brasil ao ponto de culminar nos números alarmantes aqui apresentados, mas também a forma como o enfrentamento ao problema acontece. Por fim, no contexto do Rio de Janeiro, buscamos investigar os motivos que fizeram com que o estado apresentasse um crescimento desenfreado da desigualdade social.

A Pandemia do Covid-19 e a desigualdade social no Brasil

A COVID-19 foi identificada em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, e era, inicialmente, um problema nacional, com desvalorizações locais e particulares, e não sistêmicas (HARVEY, 2021). Foi no início de 2020 que a doença se tornou global e, chegando no Brasil em fevereiro do mesmo ano, escancarou ainda mais a desigualdade social no território brasileiro.

O impacto da pandemia foi mostrado, principalmente, nas pesquisas feitas durante o ano de 2021. Segundo levantamento do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a proporção de pobres subiu de 7,6% da população em 2020 para 10,8% em 2021, um aumento de 42,11%. O contingente de pessoas vivendo na pobreza alcançou cerca de 23 milhões, o maior patamar da série histórica iniciada em 2016. Em 2021, o rendimento médio do 1% da população mais rica era 38,4 vezes maior que o rendimento médio dos 50% que ganham menos. Essa diferença, em 2020, era de 34,8 vezes¹⁶. O Brasil também atingiu o pior rendimento domiciliar per capita desde 2012. A renda média por pessoa passou de R\$ 1.454 em 2020 para R\$

¹⁶ No segundo ano de pandemia, mais 7,2 milhões de pessoas são ‘engolidas’ pela pobreza no Brasil. InfoMoney. 16 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/no-segundo-ano-de-pandemia-brasil-registra-mais-72-milhoes-de-pessoas-na-pobreza/>> Acesso em: 19 de agos. de 2022

Latinidade

1.353, em 2021. No Sudeste, esse número foi de R\$ 1.417 para R\$ 1.353¹⁷.

Além disso, a desigualdade cresceu em 2021 segundo o índice de Gini, após estabilidade em 2019 (0,544) e queda em 2020 (0,524). O índice de 2021 foi de 0,544, mesmo valor de 2019. A escala do índice Gini varia de 0 (distribuição mais igualitária) a 1 (distribuição mais desigual). Quanto maior o Gini, maior a desigualdade. No Sudeste, o valor passou de 0,517 em 2020 para 0,533 em 2021. A queda do rendimento mensal por pessoa também foi maior entre as faixas com menor rendimento. Entre os 5% de menor renda (R\$ 39) caiu 33,9% e entre os de 5% a 10% (R\$ 148) caiu 31,8%. Já entre o 1% com maior renda (R\$ 15.940) caiu 6,4%. A inflação brasileira também cresceu, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechando em 10,06%. É a maior taxa acumulada no ano desde 2015, quando o IPCA foi de 10,67%¹⁸.

Os dados citados demonstram que a COVID-19 foi muito mais prejudicial às classes mais empobrecidas da população, contra o mito de que as doenças infecciosas não veem barreiras ou limites sociais (HARVEY, 2021). Muitos perderam seus empregos formais devido à pandemia e ao *lockdown*, e, quando continuavam empregados, não tinham a opção de trabalhar de forma remota, em suas próprias residências, e precisavam utilizar o transporte público para a locomoção, o que aumenta

¹⁷ ALMEIDA, Tamiris. 1% dos mais ricos ganham 38,4 vezes mais renda do que 50% mais pobres. Fundação Roberto Marinho. 04 de agos. de 2022. Disponível em: <<https://www.frn.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/rendimento-dos-brasileiros-e-o-menor-desde-2012>> Acesso em: 19 de agos. de 2022

¹⁸ NITAHARA, Akemi. IBGE: inflação oficial fecha 2021 com alta de 10,06%. Agência Brasil. 11 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/ibge-inflacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de-1006>> Acesso em: 19 de agos. de 2022

as chances de obtenção do vírus. Um dos exemplos citados pelo autor são os das profissionais da saúde, principalmente enfermeiras: “a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é tipicamente altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo” (p. 21). Além disso, podemos citar exemplos como motoboys, motoristas de ônibus, motoristas de aplicativos como o Uber e outros.

Dessa forma, a divisão social do trabalho é ainda mais evidenciada nesse tempo de crise, assim como explicita ANTUNES:

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (2022, p. 15).

Ao mesmo tempo que a pandemia de COVID-19 atinge, em maior grau, a classe trabalhadora, os mais ricos foram beneficiados pela acumulação do capital. A fortuna dos bilionários cresceu 60% durante a pandemia e os 10 homens mais ricos do mundo viram sua riqueza coletiva mais que dobrar, ganhando cerca de R\$ 7 bilhões por dia¹⁹.

Tais dados evidenciam como a crise pandêmica não é apenas sanitária, mas também capitalista. O momento atual é

¹⁹COOBAN, Anna. Fortuna de bilionários do mundo cresceu 60% durante a pandemia. CNN Brasil. 17 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/fortuna-de-bilionarios-do-mundo-cresceu-60-durante-a-pandemia/>> Acesso em: 26 de agos. de 2022

Latinidade

revelador da dinâmica do sistema capitalista em sua face mais cruel: a “escolha do lucro em detrimento da vida em dimensão proporcional ao seu caráter destrutivo, que lhe é constitutivo” (PINTO e CERQUEIRA, 2020, p. 40). E uma das maiores consequências da pandemia e da crise capitalista-sanitária foi, exatamente, o aumento de um problema social que assombra o Brasil desde seus primórdios: a fome.

Insegurança Alimentar e ineficácia das políticas assistencialistas

O aumento da desigualdade e da pobreza no país causa, inevitavelmente, o aumento da insegurança alimentar e da fome. Mas, mesmo que pareçam sinônimos, a insegurança alimentar e fome têm significados diferentes. A insegurança alimentar, segundo a nutricionista Caroline Dalabona:

É um termo utilizado quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para sua sobrevivência. Quem está em insegurança alimentar não tem quantidade e qualidade suficiente de alimentos para sua vida. Isso significa uma violação de direito. A alimentação adequada e saudável, em quantidade e de forma permanente, é um direito de todo ser humano. A fome crônica é uma violação de direitos. [...] também está relacionada à variedade e a qualidade daquilo que é consumido. Assim, é possível que uma pessoa até tenha acesso a alimentos, mas eles são tão pobres em nutrientes que ainda assim ela fica em uma condição de insegurança nutricional, formando os chamados ‘desertos alimentares’ (que) são lugares onde não chegam alimentos saudáveis, só os ultraprocessados, que não nos fornecem todos os nutrientes que precisamos. Aí ocorre a fome oculta: a pessoa tem acesso a alimentos, mas muitos industrializados ou sem a variedade necessária. Ela consome a mesma coisa

diariamente e isso faz com que ela não consiga ter acesso a todos os nutrientes, em especial os micronutrientes.²⁰

Já o conceito de fome é mais abrangente. “Quem passa fome devido a questões sociais sem dúvida está em insegurança alimentar. Esse termo acaba sendo mais amplo porque abrange toda questão de direito a alimentação”. Segundo VALENTE (2003)

O conceito de fome, no Brasil, utilizado por diferentes setores da população, abarca desde aquela sensação fisiológica ligada à vontade de comer, conhecida de todos nós, até as formas mais brutais de violentação do ser humano, ligadas à pobreza e à exclusão social. Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome, mesmo que a causa principal não seja falta de alimento (p. 56-57).

O combate à insegurança alimentar é pauta no governo federal desde o Decreto-Lei n° 399, de 30 de abril de 1938, que estabeleceu a chamada ração essencial mínima, composta, em quantidade e qualidade, dos alimentos necessários ao atendimento das necessidades nutricionais de um trabalhador adulto. Mesmo assim, na década de 40, Josué de Castro alertava a sociedade brasileira sobre o silêncio intencional do poder público acerca da fome, denunciando-a como um fenômeno de ordem social e não natural (CASTRO, 2008).

A partir disso, políticas públicas foram criadas com o intuito de diminuir a insegurança alimentar e/ou a fome.

²⁰ O que é insegurança alimentar? Brasil de Fato. 29 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/29/a-inseguranca-alimentar-e-uma-violacao-de-direitos-diz-nutricionista>> Acessado em: 19 de ago. de 2022.

Latinidade

Destacamos aqui o Fome Zero, criado pelo governo de Inácio Lula da Silva em 2003, com o objetivo de substituir o Programa Comunidade Solidária, instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. O Fome Zero chama atenção por ter sido o momento em que o combate à fome se torna prioridade na agenda governamental.

[...] a partir dos anos 2000, com a vitória presidencial de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, observamos a mudança na perspectiva do enfrentamento à fome no Brasil. O combate à fome passou a ser prioridade na agenda de governo, tornou-se compromisso político da referida gestão e ganhou status de política pública, com infraestrutura administrativa no interior de uma pasta ministerial. (CRUZ, 2021, p. 3)

O programa é formado por diversas ações, que incluem a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, a implementação de restaurantes populares e o combate à seca por meio da construção de cisternas. Uma dessas ações é o Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, que consiste na ajuda monetária a famílias pobres.

A maior crítica ao programa Bolsa Família é a de que, ao invés de diminuir a desigualdade de maneira permanente, o programa apenas gerencia a pobreza. Ou seja, ao invés da superação da pobreza, temos apenas seu gerenciamento. Segundo GALVÃO E SANTOS (2015):

Ancorados nas discussões antepostas, temos que a estruturação do capitalismo e as demandas por respostas sociopolíticas geram uma necessidade de reordenamento do capital que incide diretamente na forma de condução das políticas sociais. Desse modo, ao invés de se constituir estratégia de superação da

pobreza, o PBF aponta para o seu gerenciamento de forma a impingir uma política focalizada e direcionada a manutenção do status social das famílias beneficiadas, uma vez que, não viabiliza a ascensão social ou minimamente caminha para um modelo de redistribuição equitativo de renda (p. 8).

Porém, o gerenciamento e a política assistencialista não é algo exclusivo do Bolsa Família ou do Fome Zero. Historicamente, as políticas públicas nessa temática no Brasil não contam com resultados expressivos a longo prazo.

Os demais programas arrolados, particularmente aqueles destinados à assistência alimentar e nutricional do grupo materno infantil (gestantes, nutrizes e crianças menores de cinco anos de idade), caracterizaram-se como experiências efêmeras, cujas vigências se localizaram apenas em determinados governos ou conjunturas. De forma semelhante, cabe apontar o processo de descontinuidade e alternância verificado entre as agências condutoras da política de alimentação e nutrição (SAPS, CNA e INAN), analisadas ao longo do período. Observa-se, portanto, que o período de vigência dessas três agências, entre 25 a 27 anos, denota, por si mesmo, o processo de instabilidade institucional da política social de alimentação e nutrição do país (VASCONCELOS, 2005, p.15).

Mesmo assim, é comum o discurso que o programa foi responsável pela saída do Brasil do mapa da fome da ONU. "O Brasil deixou de aparecer no mapa da fome com sua área pintada em cores quentes em 2014, ou seja, deixou de ter a fome considerada problema estrutural", afirmou o José Graziano da Silva, ex-ministro, ex-diretor-geral da FAO

Latinidade

(Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e atual diretor do Instituto Fome Zero²¹.

Com o governo de Jair Bolsonaro, desde 2019, a política de combate à fome foi negligenciada. Segundo a FAO, voltar às taxas da fome no mundo que existiam antes da pandemia não ocorrerá antes de 2030. A FAO também apurou que existem 8% da população brasileira que vive uma insegurança alimentar grave e 24% de insegurança moderada e grave. Tal estatística não inclui a insegurança alimentar leve, que é quando a pessoa não tem dinheiro para comprar os produtos que usava normalmente e substitui por outros de qualidade inferior²². De acordo com Graziano, isso acontece por causa da falta de crescimento econômico, com o desmonte das políticas sociais compensatórias para os mais pobres e das políticas de segurança alimentar e nutricional, agravados pela maior inflação dos alimentos e combustíveis que vimos na última década.

Além disso, falta uma política de combate à fome hoje no Brasil. O que ainda resiste dos programas existentes, como a merenda escolar, está sendo gradualmente dilapidado. O foco do governo, segundo Graziano, são políticas casuais com o objetivo de ganhar a eleição de 2022, como Auxílio Brasil ou o Programa Comida no Prato, que não trazem nada de novo, sendo apenas “maquiagem” de programas que já existiam anteriormente, como o próprio Bolsa Família.

²¹ PAJOLLA, Murilo. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? Brasil de Fato. 30 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>> Acessado em: 19 de agos. de 2022.

²² CHADE, Jamil. 'Não há política de combate à fome hoje no Brasil', diz pai do Fome Zero. Uol. 28 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/28/nao-ha-politica-de-combate-a-fome-hoje-no-brasil-diz-pai-do-fome-zero.htm>> Acessado em: 19 de agos. de 2022

O maior “trunfo” do atual governo no momento pandêmico foi a instituição da Lei n. 13. 982 de 2 de abril de 2020, com o pagamento do auxílio emergencial que consistiu em cinco parcelas de R\$ 600 reais para as pessoas em situação de vulnerabilidade e limitado a 1.200 por núcleo familiar, o valor foi repassado de abril até agosto de 2020. Depois, diminuiu a quantia para R\$ 300 reais até dezembro do mesmo ano. O programa aumentou a avaliação popular do governo Bolsonaro, que abaixou, novamente, quanto o valor do auxílio foi cortado pela metade. Em 2021, uma nova série do auxílio foi aprovada, com pagamentos de R\$ 150 até R\$ 375 reais.

É importante apontar que apesar do benefício ter sido útil para o acesso à alimentação, os valores repassados não eram suficientes para suprir todas as necessidades da população, prova disso é que, durante a vigência do auxílio, famílias brasileiras estiveram diante do crescimento de carestia que continua a assolar o povo. Sendo a insegurança alimentar e a fome problemas sociais constantes, não se pode acreditar que uma solução emergencial e imediatista seria capaz de se tornar uma solução definitiva.

Dessa forma, a insegurança alimentar no Brasil se mostra, também, como um fenômeno histórico, agravado por diversos fatores, entre os quais estão a pandemia de COVID-19, as altas taxas de desemprego e a inflação com o aumento do preço dos alimentos. Diante de tantos impasses e da barbarização da questão social, as políticas assistencialistas, não se mostram capazes de promover soluções duradouras para a sociedade brasileira.

O Crescimento da insegurança alimentar no Rio de Janeiro

Uma notícia foi reproduzida incessantemente na mídia, em setembro de 2021, no Rio de Janeiro: um caminhão, com

Latinidade

restos de carne e ossos, no bairro da Glória, virou ponto de distribuição para moradores que têm fome e não possuem dinheiro suficiente para comprar alimento. Esses restos, que anteriormente eram dados para cachorros, no contexto atual, são para consumo próprio. Depois da distribuição, os restos seguem para uma fábrica no bairro de Nova Iguaçu. Lá, parte do material vira ração para animais e a outra é utilizada para fazer sabão em barra²³. Essa notícia não é exceção: imagens de supermercados, que também vendem carcaças e ossos, inundaram as redes sociais durante o mesmo ano.

O Levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, que comparou dados de 2018 com os de 2022, indicou que houve um aumento de 400% no número de pessoas que não têm o que comer no Rio de Janeiro. A fome atinge 2,8 milhões de pessoas, correspondendo ao percentual de 15,2% da população do Estado, segundo levantamento que integra o segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)²⁴. Os dados também expuseram que 70% dos desempregados sofrem insegurança alimentar ou passam fome.

²³ SOUZA, Rafael Nascimento de; SABÓIA, Gabriel. Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados. *Jornal Extra*. 29 de set. de 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216735.html>> Acesso em: 26 de agos. de 2022.

²⁴ Fome aumenta 400% e atinge 2,8 milhões de pessoas no estado do RJ, aponta pesquisa. *Brasil de Fato*. 23 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/25/fome-aumenta-400-e-atinge-2-8-milhoes-de-pessoas-no-estado-do-rj-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 19 de ago. de 2022.

Diante do surgimento de uma pandemia extremamente violenta, os impactos gerados pelo Covid-19 se projetaram com força devastadora para a classe trabalhadora.

O Rio de Janeiro foi o estado mais afetado em relação ao mercado de trabalho no primeiro ano da pandemia, com queda de 14,28% no emprego entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020²⁵, culminando, também, no aumento do trabalho informal e precarizado. No final de 2021, o Estado do Rio teve o pior desempenho do país no que se refere à renda, trabalho, desemprego e informalidade.

A informalidade também estaria associada à institucionalização de uma cidadania regulada, ou seja, a um estado de direito não-generalizado para todos. Não é, portanto, o excesso de Estado, mas sua incompletude, sua abrangência parcial e restrita que vai contribuir para a existência de privilégios e a reprodução da desigualdade (BELTRÃO, 2009, p.52).

Inserido em um contexto de aprofundamento da violência, exploração, opressão e degradação do trabalho, o Estado do Rio de Janeiro também está diante do aumento da desigualdade. Isto afirma-se de acordo com a pesquisa realizada pelo Centro de Políticas, a partir do terceiro trimestre de 2021, que aponta o Estado como o mais desigual do país²⁶. O que o aumento da desigualdade revela é a disparidade cada

²⁵ Rio é o estado com maior queda de ocupação no mercado de trabalho. Brasil de Fato. 07 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/07/rio-e-o-estado-com-maior-queda-de-ocupacao-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 19 de ago. de 2022.

²⁶ MIRANDA, Eduardo. RJ é o estado mais desigual do país, puxado por desemprego, baixos salários e informalidade. Brasil de Fato. 15 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2021/12/15/rj-e-o-estado-mais-desigual-do-pais-puxado-por-desemprego-baixos-salarios-e-informalidade>> Acessado em: 19 de ago. de 2022.

Latinidade

vez maior entre a classe que explora e a classe que é explorada, esta que - diante do desmantelamento dos direitos - está destinada à condição desumanizadora da fome.

Mas uma questão permanece: por que o Rio de Janeiro obteve índices tão alarmantes durante a pandemia? O que diferencia o Rio de Janeiro dos outros estados do Brasil?

A resposta para essa questão é complexa. Em primeiro lugar, é importante frisar que o Rio de Janeiro é um polo de cobertura jornalística. Diversos jornais têm suas sedes no Rio de Janeiro e diversas pesquisas são feitas com o foco em sua população, ou seja, é mais fácil demonstrar com imagens midiáticas a fome e desigualdade no Rio de Janeiro do que em alguma cidade do interior do país, por exemplo.

Além disso, nas eleições de 2018, os diversos candidatos de direita e extrema direita foram eleitos, a maioria com apoio do atual presidente da República, considerado de extrema direita e conservador. A maioria desses políticos apoiam projetos neoliberais, como a privatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), por exemplo.

Nesse contexto, o conservadorismo se encontra fortemente presente no estado, visando a manutenção do *status quo* e sendo um instrumento de dominação capitalista, antagoniza-se ao progresso, suprimindo direitos e atacando as políticas sociais. Os governantes, imbuídos pela ideologia conservadora, ignoram os problemas que atingem a população fluminense na tentativa de manter a hegemonia neoliberal e a atual ordem vigente. Dessa forma, o avanço do desemprego é, em parte, produto dessa indiferença do poder público em relação a vida da classe trabalhadora do Rio de Janeiro. Como já mencionado, o Estado teve, no último ano, o pior índice de desemprego e informalidade, demarcando uma rota de precarização do trabalho e aumento da exploração no território fluminense. Assim,

Considera-se que o conservadorismo, ao recuperar argumentos de ordem moralizadora e advogar em prol da metrificação do acesso a direitos humanos a partir de outros atributos que não a simples condição humana, apresenta-se como um embaraço prático que se interpõe à universalidade que teoricamente orienta os direitos humanos, sendo mobilizado para legitimar a subversão prática da dita universalidade a partir da reintrodução de quesitos outros tidos como justificadores de um acesso diferenciado a direitos. (RAMOS, 2020, p. 30).

O Rio de Janeiro também foi sede de diversos eventos internacionais de destaque, como as Olimpíadas, em 2016, e a Copa do Mundo, em 2014, que teve sua final no Maracanã. Estes eventos custaram enormemente aos cofres públicos, com as Olimpíadas custando R\$ 41 bilhões²⁷. Ainda assim, não foram criados empregos a longo prazo com o empreendimento. Além disso, tais eventos promoveram, também, a desterritorialização:

[...] a repetição de casos de expropriação de territórios ocupados por grupos que são tradicionalmente marginalizados social e economicamente. Os exemplos mais grotescos são das expropriações conduzidas para a implantação dos portos Sudeste (Itaguaí) e Açú (São João da Barra), mas também tivemos milhares de tomadas de lotes urbanos na cidade do Rio de Janeiro para a realização dos megaeventos esportivos, começando com os Jogos Panamericanos de 2007, passando pela Copa do Mundo de 2014 e desembocando nas Olimpíadas de Verão de 2016. Em todos estes casos, o Estado agiu para desterritorializar os

²⁷ FILIPO, Leonardo. Custo dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões. Globo. 14 de jun. de 2017. Disponível: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos-olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml>> Acesso em: 26 de agos. de 2022.

Latinidade

pobres para entregar suas terras aos ricos, fossem eles indivíduos ou grandes corporações multinacionais²⁸.

Assim, fica evidente como a questão é uma soma de diversos fatores, que ganharam uma lente de aumento, a partir da pandemia. Essa lente de aumento escancarou diversos problemas, como o sucateamento da saúde pública, a desigualdade social e, também, a fome.

Sujeitos sem direito e a dualística entre privilégio e carência

A partir de 2010, a alimentação foi incluída no rol dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Contudo, tornar a alimentação um direito previsto no âmbito jurídico não se mostrou suficiente para garantir que a população brasileira tenha acesso a uma alimentação adequada e saudável. Isto se evidencia através dos números obtidos em pesquisas que afirmam que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no Brasil e 125 milhões vivem com algum grau de insegurança alimentar²⁹. Neste sentido, percebe-se que o núcleo jurídico tende a forjar a defesa dos direitos humanos, trazendo a pressuposição de que toda pessoa humana é - na realidade - um sujeito de direito, que dispõe de liberdades e garantias de maneira igualitária. Contudo, o que a realidade indica é que os direitos dispostos são abstratos, não sendo assegurados para todos de maneira concreta.

²⁸ PEDLOWSKI, Marcos. Rio de Janeiro como principal laboratório neoliberal da América Latina. 27 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/2017/07/27/rio-de-janeiro-como-principal-laboratorio-neoliberal-da-america-latina/>> Acesso em: 27 de agos. de 2022.

²⁹ II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> Acesso: 23 de agos. de 2022.

Assim, há pessoas que não dispõem de liberdades e garantias, tendo sua dignidade negada pela lógica do capital. Essas pessoas são as pessoas que definimos como os sujeitos sem direitos. Esses sujeitos não são alcançados pelos direitos humanos em sua totalidade, o que caracteriza uma relativização da humanidade. Não se renega aqui a proteção jurídica dos direitos humanos, mas, como afirma Alysso Mascaro “os direitos humanos não podem ser tomados acriticamente, como escudo de resistência total à barbárie ou como atributo imediato, imparcial e neutro da dignidade humana” (2017, p. 111).

Além disso, é possível levar em conta a constatação de Chauí (2008) sobre a estrutura tirânica que bloqueia a instituição e consolidação da democracia firmada pela polarização econômica-social entre a carência e o privilégio. Nesse sentido, a autora afirma que

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor (de escravos)-cidadão, e que concebe a cidadania com privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem. É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência. Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outras, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, autônomas e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos. É exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural.

Latinidade

Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional” (2008, p.18).

A afirmação de Chauí é importante, já que evidencia que as relações sociais e pessoais são transformadas em desigualdade e hierarquia, dependência, tutela, concessão e favor; o que, em última instância, significa que as pessoas não são vistas como portadoras de direitos. No Rio de Janeiro, isso acontece de forma expressiva, como já demonstrado anteriormente. Entre políticas assistencialistas de gerenciamento da pobreza, a insegurança alimentar e a desigualdade continuam acontecendo. É nesse sentido que se enquadra o conceito de polarização entre o privilégio e a carência, aqui aqueles que têm acesso a alimentação podem ser considerados como privilegiados por terem o que comer de forma plena, quando todos deveriam ter os direitos firmados de forma igualitária.

Compreendendo que a alimentação é parte dos direitos estabelecidos juridicamente, mas não assegurada no plano concreto, pode-se refletir a falta de acesso permanente e regular à alimentação suficiente e adequada da qual parte a população brasileira sofre. Assim sendo, procuramos mapear quem são os sujeitos que têm sua dignidade negada, através de notícias, pesquisas e dados divulgados na mídia. Manchetes como “A fome não voltou, sempre esteve entre nós, mas agora grita pela boca das mulheres”³⁰ apontam a feminilização da fome no Brasil. As pesquisas divulgadas confirmam que a questão de gênero se relaciona à situação da fome. O Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar aponta que os lares

³⁰ Nascimento, Monalisa. A fome não voltou, sempre esteve entre nós, mas agora grita pela boca das mulheres. Brasil de Fato. 02 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/02/a-fome-nao-voltou-sempre-esteve-entre-nos-mas-agora-grita-pela-boca-das-mulheres>> Acesso: 02 de jul. de 2022.

comandados por mulheres foram os mais afetados do que os comandados por homens e 6 entre cada 10 lares que possuem a mulher como referência, convivem com a distinção de fome³¹. O levantamento mostra ainda que, na população negra, houve um aumento de mais de 60% na proporção daqueles que convivem com a fome. A insegurança alimentar é maior nos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara preta ou parda; 65% dos lares da população negra do Brasil é atingida pela fome.

A fome no Rio de Janeiro segue, também, vinculada às questões de gênero e raça; neste sentido, as mulheres, os pretos e pardos são os mais afetados. 37,6% dos pretos e pardos, 38,6% das mulheres; são atingidos pela insegurança alimentar grave - que indica a fome. Os dados da pesquisa coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, a partir da realização de entrevistas em domicílios, em áreas urbanas e rurais do estado do Rio, pela Ação Cidadania, apontou que a fome cresceu e atingiu o Estado com força brutal e, ainda, que o cerceamento do acesso à alimentação não é fator isolado, mas, que se vincula com outros problemas sociais.

Neste sentido, negros e mulheres pobres seguem sendo os mais submetidos a violências sociais, entre elas o não direito à alimentação adequada e saudável. Com isto, sob as condições de negação da dignidade humana e de uma lógica capitalista neoliberal, certos sujeitos, atravessados por gênero, classe e cor de pele, estão mais propensos a serem sujeitos sem direitos e, entre as contradições de um sistema que prioriza o lucro em detrimento da vida.

³¹ II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> Acesso: 23 de agos. de 2022.

Considerações Finais

A pandemia do Coronavírus se consolidou no Brasil diante de um contexto de crise política e econômica. Nesse sentido, a análise do problema exposto está intrinsecamente ligada à crise do capital e a agudização do neoliberalismo, que prioriza o lucro e o âmbito privado e a individualidade em detrimento da preservação da saúde pública e da vida. A desigualdade, então, é consequência direta dessa lógica desumanizadora e perversa.

Nesse sentido, procuramos destacar, através de dados noticiados pela grande mídia, o crescimento da precariedade social, com a evidente acentuação da desigualdade e da insegurança alimentar, durante os dois primeiros anos da pandemia de COVID-19 no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, em um contexto ultraneoliberal. Reiterando e aprofundando a questão da desigualdade social no Brasil no contexto pandêmico, o histórico das políticas sociais relacionadas à fome no Brasil, o aumento da insegurança alimentar no Rio de Janeiro pandêmico e a dualidade entre privilégio e carência, fica evidente que nem uma pandemia de alcance global foi suficiente para parar o avanço do neoliberalismo e, muito pelo contrário, serviu a favor do mesmo, com as camadas mais altas da sociedade se tornando mais detentoras ainda do capital, enquanto as camadas mais baixas sofrem ainda mais com as consequências da desigualdade, como a vulnerabilidade alimentar e a fome.

Em um estado democrático de direito, onde a igualdade é prezada e destacada pela lei, é de suma importância destacar como determinadas partes da sociedade são mais afetadas do que outras. Apesar da doença não distinguir o rico do pobre ou o branco do negro, o neoliberalismo o faz. Na dualística entre privilégio e carência, ter o suficiente para se alimentar de

maneira satisfatória se torna privilégio, quando, na realidade, deveria ser o básico para cada ser humano.

As expressões atroz da fome e da insegurança alimentar que perpassam questões de classe, gênero e raça em um contexto atípico de disseminação da COVID-19 foram de suma importância para analisar como os impactos sociais são mais graves para os grupos sociais desumanizados. Com isto, a falta de acesso à alimentação adequada foi percebida como um problema ampliado em momentos de crise e relacionado a fatores que não se curvam a políticas assistencialistas.

Como direitos não são garantidos apenas pelas leis e estão em constante luta, o levantamento do debate sobre a efetivação da alimentação plena é uma forma de enfrentamento dos tempos sombrios, para que a negação da dignidade humana possa ceder lugar à concretização dos direitos humanos a todos, principalmente aos que hoje são desumanizados pela fome.

Referências:

ABREU, M. Evolução urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALMEIDA, Tamiris. 1% dos mais ricos ganham 38,4 vezes mais renda do que 50% mais pobres. Fundação Roberto Marinho. 04 de agos. de 2022. Disponível em: <<https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/rendimento-dos-brasileiros-e-o-menor-desde-2012>> Acesso em: 19 de agos. de 2022

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo Pandêmico. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo, 2022.

BARBOSA, Rafael; NUNES. Auxílio elevou aprovação de Bolsonaro só após 4 meses em 2020. Poder360. 07 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/auxilio-elevou-aprovacao-de-bolsonaro-so-apos-4-meses-em-2020/>> Acessado em: 19 de agos. de 2022

Latinidade

BELTRÃO, Myrian Matsuo Affonso. Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades Sociais. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/constituicaoof.nsf/0/841b0ec1d0898d330325675400629339?OpenDocument>> Acesso em: 19 agos. 2022.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome –9ª edição. –Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHADE, Jamil. 'Não há política de combate à fome hoje no Brasil', diz pai do Fome Zero. Uol. 28 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/28/nao-ha-politica-de-combate-a-fome-hoje-no-brasil-diz-pai-do-fome-zero.htm>> Acessado em: 19 de agos. de 2022

CHAUÍ, Marilena. A covardia é a mãe da crueldade. In: REVISTA DO NESEF: Filosofia e Ensino. Filosofia e Esclarecimento: razão pública e análise de conjuntura. V.7., n.2 (2018). Curitiba-PR: UFPR, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Crítica y Emancipación, (1): 53-76, junio 2008.

COOBAN, Anna. Fortuna de bilionários do mundo cresceu 60% durante a pandemia. CNN Brasil. 17 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/fortuna-de-bilionarios-do-mundo-cresceu-60-durante-a-pandemia/>> Acesso em: 26 de agos. de 2022.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública [online]. 2020, v. 54, n. 4 [Acessado 19 Agosto 2022], pp. 969-978. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>> <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170x>>.

FILIPO, Leonardo. Custo dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões. Globo. 14 de jun. de 2017. Disponível: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos->

olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml> Acesso em: 26 de agos. de 2022.

Fome aumenta 400% e atinge 2,8 milhões de pessoas no estado do RJ, aponta pesquisa. Brasil de Fato. 23 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/25/fome-aumenta-400-e-atinge-2-8-milhoes-de-pessoas-no-estado-do-rj-aponta-pesquisa>>. Acessado em: 19 de ago. de 2022.

GALVÃO, Felipe dos Santos; SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: os conflitos da universalização, focalização e gerenciamento da pobreza. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 2015.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p.13-23.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 8ª edição. Editora Brasiliense. 8ª edição, 1991.

MIRANDA, Eduardo. RJ é o estado mais desigual do país, puxado por desemprego, baixos salários e informalidade. Brasil de Fato. 15 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2021/12/15/rj-e-o-estado-mais-desigual-do-pais-puxado-por-desemprego-baixos-salarios-e-informalidade>> Acessado em: 19 de ago. de 2022.

NASCIMENTO, Monalisa. A fome não voltou, sempre esteve entre nós, mas agora grita pela boca das mulheres. Brasil de Fato. 02 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/02/a-fome-nao-voltou-sempre-estteve-entre-nos-mas-agora-grita-pela-boca-das-mulheres>> Acesso em: 02 de jul. de 2022.

NITAHARA, Akemi. IBGE: inflação oficial fecha 2021 com alta de 10,06%. Agência Brasil. 11 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/ibge-inflacao-medida-pelo-ipca-fecha-2021-com-alta-de-1006>> Acesso em: 19 de ago. de 2022

No segundo ano de pandemia, mais 7,2 milhões de pessoas são ‘engolidas’ pela pobreza no Brasil. InfoMoney. 16 de jun. de 2022. Disponível: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/no->

Latinidade

segundo-ano-de-pandemia-brasil-registra-mais-72-milhoes-de-
pessoas-na-pobreza/> Acesso em: 19 de agos. de 2022.

PAJOLLA, Murilo. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? Brasil de Fato. 30 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>> Acessado em: 19 de agos. de 2022.

PEDLOWSKI, Marcos. Rio de Janeiro como principal laboratório neoliberal da América Latina. 27 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/2017/07/27/rio-de-janeiro-como-principal-laboratorio-neoliberal-da-america-latina/>> Acesso em: 27 de agos. de 2022.

Rio é o estado com maior queda de ocupação no mercado de trabalho. Brasil de Fato. 07 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/07/rio-e-o-estado-com-maior-queda-de-ocupacao-no-mercado-de-trabalho>> Acessado em: 19 de ago. de 2022.

RAMOS, Guilherme Antunes. Bolsonarismo, conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/48071/35878>>.

RODRIGUES DA CRUZ, Samyra. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do Covid-19. Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/11104>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SOUZA, Rafael Nascimento de; SABÓIA, Gabriel. Garimpo contra a fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados. Jornal Extra. 29 de set. de 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216735.html>> Acesso em: 26 de agos. de 2022

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saúde e Sociedade [online]. 2003,

Sujeitos sem direito: a negação da dignidade humana na lógica capitalista..

v. 12, n. 1 [Acessado 19 Agosto 2022], pp. 51-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100008>>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Rev. Nutr., Campinas, 18(4):439-457, jul./ago., 2005.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise; 1) PDF Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> Acesso: 23 de agos. de 2022.

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022

Recado confidencial a los Chilenos: resistencia cultural y memorias originarias

Paulo Henrique Portugal³²
IM/UFRRJ

Ximena Antonia Díaz Merino³³
IM/UFRRJ - UFPA

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a obra *Recado confidencial a los Chilenos* (1999), de Elicura Chihuailaf, como um projeto decolonial. Consideramos a obra um projeto decolonial porque cruza a história do autor com a de seu grupo original, o Mapuche, tornando-se porta-voz desse povo, confronta a subjetividade colonial através dessa intersecção entre individual e coletivo, e apresenta seu texto como um diálogo entre o Mapuche e os chilenos sem idealizar ou ignorar as marcas da colonialidade. A importância do trabalho é tornar conhecida a história desse grupo que, como outros, tem sido silenciado desde a implantação do colonialismo em suas terras. Apoiamos nossa pesquisa em Estudos Descolonias (MIGNOLO, 2010; WALSH, 2017; CUEVAS MARÍN, 2017) e Literatura Decolonial (CARRASCO, 2000), buscando definir a descolonialidade e expor os aspectos que compõem um projeto e obra literária decolonial.

³² Instituto Multidisciplinar/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro IM/UFRRJ

³³ Instituto Multidisciplinar/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ) e Universidade Federal do Pará (UFPA)

Palavras-chave: Descolonialidade; Literatura descolonial; Estudos descoloniais.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la obra *Recado confidencial a los Chilenos* (1999), de Elicura Chihuailaf, como un proyecto decolonial. Consideramos la obra un proyecto decolonial porque intersecciona la historia del autor con la de su grupo originario, los Mapuche, haciéndose portavoz de ese pueblo, confronta la subjetividad colonial por medio de esa intersección entre individual y colectivo, y presenta su texto como un diálogo entre los Mapuche y los Chilenos sin idealizar, ni ignorar las marcas de la colonialidad. La importancia del trabajo está en dar a conocer la historia de ese grupo que, como otros, ha sido silenciado desde la implantación del colonialismo en sus tierras. Amparamos nuestra investigación en los Estudios decoloniales (MIGNOLO, 2010; WALSH, 2017; CUEVAS MARÍN, 2017) y la Literatura decolonial (CARRASCO, 2000), buscando definir decolonialidad y exponer los aspectos que componen un proyecto y una obra literaria decolonial.

Palabras-clave: Decolonialidad; Literatura decolonial; Estudios decoloniales.

Abstract

This article aims to present the work *Recado confidencial a los Chilenos* (1999), by Elicura Chihuailaf, as a decolonial project. We consider the work a decolonial project because it intersects the history of the author with that of his original group, the Mapuche, becoming a spokesperson for that people, confronts colonial subjectivity through that

intersection between individual and collective, and presents his text as a dialogue between the Mapuche and the Chileans without idealizing or ignoring the marks of coloniality. The importance of the work is to make known the history of that group that, like others, has been silenced since the implantation of colonialism in their lands. We support our research in Decolonial Studies (MIGNOLO, 2010; WALSH, 2017; CUEVAS MARÍN, 2017) and Decolonial Literature (CARRASCO, 2000), seeking to define decoloniality and expose the aspects that make up a decolonial literary project and work.

Keywords: Decoloniality; Decolonial literature; Decolonial studies.

Recado confidencial a los chilenos (1999), del poeta Elicura Chihuailaf, es una obra poética de doble registro mapuche que expresa las memorias personales del autor y las de su pueblo con intención de cercar los Chilenos de los Mapuche, hablando de las injusticias sociales que su pueblo sufrió para que aquellos conozcan su historia, su modo de vida, sus conocimientos, para “[...] establecer puntos comunes de conversación, en dualidad del acuerdo y del disentimiento.” (CHIHUAILAF, 1999, p. 10).

Como tradición literaria, el pueblo Mapuche tuvo como rasgo el monolingüismo-oral, es decir, tenían apenas la oralidad en su lengua. Entretanto, a partir del siglo XX, como resultado de la colonización hispánica en su territorio, los Mapuche pasaron a hablar castellano en paralelo con su lengua original, el mapudungun (o mapuzungun), haciendo desde entonces uso de la escrita en ambas lenguas, transformándose en, más que bilingües, biculturales. Así, como parte de su nueva

tradición, surgió una tradición literaria de poesía de doble registro.

La poesía de doble registro, o poesía etnocultural, según el teórico literario Iván Carrasco, “[...] es un discurso de la reciprocidad, del diálogo interétnico, más que del combate, la negación o la separación.” (2000, p. 198). Para Carrasco, Elicura hace de su lenguaje “[...] gesto, de carácter mediador, [que] conforma una postura intercultural.” (2000, p. 204). Mientras tanto, Chihuailaf no ignora las marcas que la colonización legó a su pueblo, donde la marginación y la borradura fueron (y aún las son) reglas, y aún propone su texto como una forma de no ignorar tales marcas. Como dice Iván,

“[...] no significa proponer una interpretación de la literatura etnocultural como un espacio reconciliado, idealizado o idílico, [...] sino como la de una pluralidad étnica y cultural heterogénea en interacción, que pone en evidencia sus conflictos, denuncia sus asimetrías sociales, económicas y culturales, pone a menudo la historia como testimonio de atrocidades, injusticias, masacres y marginaciones cometidas por los colonos y la sociedad global contra los grupos minoritarios.” (2000, p. 198).

Carrasco dice aún que

“[...] Chihuailaf toma como base la situación de interculturalidad asimétrica que soportan los mapuche y elabora una lúcida reflexión histórico-cultural sobre ella, como fundamento de su poesía. Su proyecto es constituir su escritura como el registro de la memoria histórica y étnica de la comunidad mapuche, ‘a orillas de la oralidad aún vigente’.” (2000, p. 203-204).

En su *Recado*, Elicura hace una escrita personal de las memorias de su pueblo, tratando, por extensión, de las suyas, trazándose como un narrador-interlocutor. Así, las subjetividades personal

y colectiva interseccionan. Es como dice el crítico literario Hugo Achúgar y John Beverly, “[...] el testimonio supone la coincidencia del uno y del Otro en un mismo espacio.” (2002, p. 74). Así, la obra de Chihuailaf se traza como un testimonio porque “[...] se dirige e interpela a un público ‘nacional’ o regional en una relación de compromiso y solidaridad con sus hablantes.” (BEVERLEY & ACHUGAR, 2002, p. 19). Y este se traza como un narrador testimonial porque este es aquel que

“[...] ha experimentado en propia persona [...] los acontecimientos que narra. Lo que da forma y sentido a esos acontecimientos — es decir, lo que los hace historia — es la relación entre la secuencia temporal de los acontecimientos y la secuencia de [su vida], plasmada en la estructura verbal del texto testimonial.” (BEVERLEY & ACHUGAR, 2002, p. 10).

Observamos así que, como dice la poeta Margaret Randall, “Hay una estrecha relación entre el testimonio y la historia. [...] Posiblemente es ahora que tenemos la oportunidad de hacer historia ‘por primera vez en la historia.’” (grifo nuestro, 2002, p. 35). Como antedicho, es inherente de la colonización la marginación y la borradura de las voces otras. Por lo tanto, los testimonios son esenciales para cesarla.

Por extensión, este compromiso de mediar una postura intercultural, esta reflexión histórico-cultural, y, especialmente, esta subjetividad interseccionada que Elicura trae en su obra rompe con las categorías de la colonización. Según el teórico literario Walter Mignolo, “[...] el pensar descolonial emerge del reconocimiento de espacios de experiencias y horizontes de expectativas atravesados por la colonialidad.” (2010, p. 10).

Según Mignolo (2010), “La colonialidad del poder está atravesada por actividades y controles específicos tales [...] [que, en suma, remiten] a la compleja matriz o patrón de poder

sustentado en dos pilares: el conocer (epistemología), entender o comprender (hermenéutica) y el sentir (*aesthesis*).” (p. 12) Es decir que la colonialidad es responsable por una compleja estructura entrelazada que subsume a una excluyente noción de totalidad de las diferentes formas de pensar y creer (epistemologías y cosmovisiones) y de vivir (subjetividades). Mignolo aún dice que el proyecto del sociólogo peruano Aníbal Quijano hacia el descolonizar se articula en dos direcciones simultáneas; analítica, en que la preocupación está en criticar “[...] la Totalidad desde la perspectiva de la colonialidad” (grifo nuestro, 2010, p. 14), y programática, en que la preocupación está en programarse hacia un “[...] proyecto de ‘*desprendimiento*’ o ‘*delinking*’” (grifo nuestro, 2010, p. 14) y, por extensión, que importa a este proyecto, a este conjunto de “procesos ética y epistémicamente orientados, políticamente motivados y económicamente necesarios, [encuentre] en la *damné* la figura política y filosófica *central*.” (grifo del autor, 2010, p. 31) A ese desprendimiento llamamos decolonialidad.

Es a partir de la comprensión de que el descolonizar se articula analítica y programáticamente que se provocó los

[...] movimientos de teorización y reflexión, movimientos no lineales sino serpentinos, no anclados en la búsqueda o proyecto de una nueva teoría crítica o de cambio social, sino en la construcción de caminos — de estar, ser, pensar, mirar, escuchar, sentir y vivir con sentido o horizonte de(s)colonial. Me refiero a caminos que necesariamente evocan y traen a memoria una larga duración, a la vez que sugieren, señalan y requieren prácticas teóricas y pedagógicas de acción, caminos que en su andar enlacen lo pedagógico y lo decolonial. (WALSH, 2013, p. 24-25)

Para Walter (2010), la decolonialidad se hace fundamentalmente a partir de una corpopolítica del conocimiento (p. 94), es decir, desde un desprendimiento

epistémico “[...] que por una parte denuncia la pretendida universalidad de una etnicidad en particular (biopolítica) localizada en una región específica del planeta (geopolítica) [...].” (MIGNOLO, 2010, p. 17)

A estas teorías críticas decoloniales, a estos *camino*s que evocan y traen las memorias suprimidas, al que Catherine Walsh llama pedagogías decoloniales, “[...] prácticas, estrategias y metodologías que se entretajan con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición [...]” (WALSH, 2013, p. 29) y que ponen “[...] en escena los actos de deshumanizar, desarticular, silenciar, objetivar, cosificar y mercantilizar, a la vez que da presencia vital a estrategias decoloniales de resistencia, insurgencia, re-existencia y re-creación.” (WALSH, 2013, p. 58), se lo llamamos proyectos decoloniales.

Según Catherine, los proyectos decoloniales

“[...] Se construyen en distintas formas dentro de las luchas mismas, como necesidad para críticamente apuntalar y entender lo que se enfrenta, contra qué se debe resistir, levantar y actuar, con qué visiones y horizontes distintos, y con qué prácticas e insurgencias propositivas de intervención, construcción, creación y liberación.” (WALSH, 2013, p. 63-64)

A esta dupla articulación se relaciona el *Recado* de Elicura, porque el texto, “[...] lleno de cifras y de datos jurídicos necesarios — por lo mismo, inevitables — [establece] puntos comunes de conversación, en la dualidad del acuerdo y del disenso.” (grifo nuestro, CHIHUAILAF, 1999, p. 10) Es decir que, mientras denuncia la distancia existente entre los Chilenos y los Mapuche, su pueblo, o mismo el intento de borrar este pueblo —

“Un estudiante me dice: "¿pero por qué usted insiste tanto en hablar de los chilenos y de los mapuche? ¿acaso usted no es

chileno o no se siente chileno?". Le digo: yo nací y crecí en una comunidad mapuche en la que nuestra mirada de lo cotidiano y lo trascendente la asumimos desde nuestra propia manera de entender el mundo: en mapuzugun y en el entonces obligado castellano; en la morenidad en la que nos reconocemos; y en la memoria de la irrupción del Estado chileno que nos regaló su nacionalidad. Irrupción constatable "además" en la proliferación de los latifundios entre los que nos dejaron reducidos." (CHIHUAILAF, 1999, p. 12) —

propone un camino de diálogo, un *mensaje verbal de confianza* en "La paradoja implícita en la coexistencia de nuestras culturas, de nuestros Pueblos." (1999, p. 11).

Además de ese diálogo, por ser una obra de testimonio, el autor hace la historia de su pueblo la suya, no generalizando su vida, sino demostrando su vivir como el común de su pueblo, como más que "[...] una historia particular dentro de la historia general de [su] Pueblo [...]" (CHIHUAILAF, 1999, p. 23), sino que una "[...] expresión de su diversidad." (CHIHUAILAF, 1999, p. 25) Con esa intersección, el texto presenta una subjetividad que subvierte la colonial, además de un modo de contar historia y de pensar propio, confrontando las categorías coloniales.

Así, podemos concluir que la obra se traza como un proyecto decolonial porque además presentar su texto con intento de diálogo entre su pueblo y los Chilenos, cuenta la historia de su pueblo y la suya como una sola, propia de un sujeto y una sociedad que sufrió y sufre con el colonialismo y sus raíces, desprendiéndose de "[...] la Totalidad desde la perspectiva de la colonialidad" (MIGNOLO, 2010, p. 14), y justamente por medio de esa intersección, presenta una subjetividad otra, ajena de la colonial.

Referencias

BEVERLEY, John & ACHUGAR, Hugo. La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. 2a e. Ciudad de Guatemala: abra palabra, 2002.

CARRASCO, Iván. Poesía Mapuche etnocultural. Anales de Literatura Chilena, [Chile], año 1, ed. 1, p. 195-214, 2000.

CHIHUAILAF, Elicura. Recado confidencial a los chilenos. Chile: LOM Ediciones, 1999. 68 p.

CUEVAS MARÍN, Pilar. MEMORIA COLECTIVA: Hacia un proyecto decolonial. *In*: WALSH, Catherine (ed.). Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. cap. 1, p. 69-103.

MIGNOLO, Walter D. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.

RANDALL, Margaret. Que es, y como se hace un testimonio? *In*: BEVERLEY, John & ACHUGAR, Hugo. La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa. 2a e. Ciudad de Guatemala: abra palabra, 2002. p. 33-57

WALSH, Catherine. LO PEDAGÓGICO Y LO DECOLONIAL: Entretejiendo caminos. *In*: WALSH, Catherine (ed.). Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. Introducción, p. 23-68.

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022.

Uma análise sobre o fluxo migratório do Brasil no contexto da pandemia da Covid-19 (abril de 2020 a abril de 2022): os imigrantes advindos da Bolívia e a participação do estado do Rio de Janeiro neste cenário.

Ricely Pinheiro Souza³⁴

Nucleas/UERJ

O fluxo migratório é caracterizado pela presença econômica e social de imigrantes e emigrantes em um país onde “apesar de ser fácil distinguir, em certos contextos, um ‘migrante’ de um ‘não migrante’, a quantidade de situações ‘mistas’ coloca problemas inesperados a uma definição do termo”³⁵. O debate em torno da conceptualização destes termos é extenso de forma que em alguns casos estes “banalizaram-se ao ponto de, em muitas circunstâncias, serem assumidos de forma acrítica e simplista, com a consequência de reduzir a complexidade do fenómeno migratório a um simples movimento de pessoas”³⁶. Em relação ao aspecto social desta temática é fundamental considerar que os imigrantes são “pessoas que mudam de casa e de local de residência, num processo em que a mudança de local de trabalho surge de braço

³⁴ ricelypinheiro@gmail.com

³⁵ PEIXOTO, 1998, p. 13.

³⁶ NOLASCO, 2016, p.1.

Latinidade

dado com a quebra de antigos laços sociais e a constituição de novos”³⁷.

A construção do fluxo migratório segundo Cierco (2017) é um processo que contempla múltiplos contextos que envolve as escalas social, cultural, política e econômica tendo nas “migrações laborais”³⁸ e no “refúgio”³⁹ os principais motivos para o deslocamento de pessoas. Existe um debate em torno da motivação voluntária e involuntária destes tipos de movimentos migratórios pois na migração as pessoas “têm tendência a deslocarem-se para junto de parentes ou de amigos já instalados noutros países ou onde as suas aptidões profissionais correspondam a uma certa procura”⁴⁰ e no refúgio “os refugiados, no momento da partida, nem sempre estão certos quanto ao seu destino [...] podem mesmo deslocar-se para regiões totalmente desconhecidas, onde as comunidades locais lhes podem ser hostis”⁴¹.

É importante ressaltar que apesar da existência de acordos internacionais sobre a recepção de migrantes em suas “respectivas categorias”⁴² cada país tem sua política migratória

³⁷ JACKSON, 1991, p. 2.

³⁸ A migração laboral está relacionada a ida de pessoas, de forma legal ou ilegal, para outros países em busca de melhores condições de emprego.

³⁹ Uma das definições de refugiado é que são “[...] pessoas que tenham fugido de seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos, ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”. (Declaração de Cartagena, 1984).

⁴⁰ CIERCO, 2017, p. 13.

⁴¹ CIERCO, 2017, p. 13.

⁴² “[...] temporárias; permanentes; legais; irregulares; espontâneas; forçadas; trabalhadores indiferenciados; especialistas altamente qualificados;

constituída a partir de seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais o que pode gerar em alguns contextos situações como deportação e xenofobia. A partir destas características específicas surgem, por exemplo, restrições que geram situações de “ilegalidade”⁴³ e “irregularidade”⁴⁴ no processo de migração.

No começo do século XXI o Brasil no cenário das migrações internacionais se apresenta “como o maior polo de atração de imigrantes do Hemisfério Sul”⁴⁵ chegando ao número de “[...] 1,9 milhão de imigrantes no período que compreende os anos de 2007 a 2014, período este que coincide com uma renovação da política externa brasileira em relação aos seus vizinhos latino-americanos e com os recentes parceiros africanos e asiáticos [...]”⁴⁶. Com o objetivo de analisar a evolução dos fluxos migratórios no Brasil ao decorrer do começo do século XXI UEBEL (2015) propõe uma análise nos dados vindos dos recenseamentos de estrangeiros, do Conselho Nacional de Imigração e da Polícia Federal nos anos de 2000, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Na análise do recenseamento dos anos de 2000, 2010 e 2014 foi perceptível ao pesquisador que os dados estão alinhados com as “[...] teorias

reagrupamento familiar; mobilidade estudantil; migrantes em trânsito; migrantes retornados, entre outros”. (CMMI, 2005, p. 7).

⁴³ “[...] refere-se àqueles imigrantes que entraram num determinado território sem qualquer tipo de documento legal (visto) [...] surge quando se atravessa uma fronteira sem respeitar a regulamentação legal estabelecida”. (CIERCO, 2017, p. 20-21).

⁴⁴ “[...] compreende todos os imigrantes que entraram de forma legal num território e cuja permanência no território se tornou irregular quando deixaram passar a validade dos seus documentos”. (CIERCO, 2017, p. 21).

⁴⁵ (Organização Internacional para as Migrações & Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2009).

⁴⁶ UEBEL, 2015, p. 2.

contemporâneas de que as imigrações não são mais restritas ao movimento norte-sul, mas também enfatizam fortemente as migrações sul-sul, em especial no caso Bolívia-Brasil e Angola-Brasil⁴⁷. A vinda de bolivianos ao Brasil se deve principalmente “as instabilidades econômicas, laborais e sociais vividas naquele país, além do emprego destes em confecções e indústrias de mão de obra barata no Brasil (muitas vezes sob forma de trabalho escravo e ilegal – não autorizado)”⁴⁸. A vinda de imigrantes de outros países andinos como Chile, Peru e Colômbia também está associada em alguns casos a “atratividade econômica do país exclusivamente nas áreas de indústria, finanças e ensino, ou seja, uma mão de obra mais qualificada, combinada com o desempenho econômico fraco aliado aos baixos índices de emprego naqueles países”⁴⁹.

A comparação dos números de migrantes no ano 2000 e no período de 2007 á 2014 os números demonstram que “ao invés de seguir uma linha de tendência com crescimento contínuo [...] o país experimentou um primeiro boom migratório a partir de 2010 com posterior declínio e um segundo boom no biênio 2013-2014, muito acima das projeções estatísticas [...]”⁵⁰.

Uma comparação entre as nacionalidades presentes no fluxo migratório brasileiro nos períodos de 2000, 2010 e 2014 demonstrou em número a presença de migrantes de países andinos “que buscam no Brasil, um *emerging power*, de acordo com a literatura de Relações Internacionais, melhores condições sociolaborais que não encontram em seus países de

⁴⁷ UEBEL, 2015, p. 4.

⁴⁸ UEBEL, 2015, p. 15.

⁴⁹ UEBEL, 2015, p. 15.

⁵⁰ UEBEL, 2015, p. 5.

origem, mesclados por oportunidades laborais qualificadas”⁵¹. Estes países “se diferenciam por distintas ordens: as redes fronteiriças são compostas por fluxos de diversas ordens (econômicos, culturais e políticos) [...] esses diversos níveis de mobilidade variam de acordo com as classes sociais, os produtos e as informações”⁵².

Com base nas informações disponíveis no relatórios mensais produzidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) sobre o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) do Brasil será realizado um comparação entre os dados de abril de 2020, abril de 2021 e abril de 2022 com o objetivo de compreender como a pandemia da Covid-19 afetou o fluxo de imigrantes para o Brasil. Em conjunto com a Polícia Federal do Brasil o OBMigra formulou as seguintes categorias para registro de imigrantes: “residentes, temporários e fronteiriços”⁵³.

Em abril de 2020 os dados SisMigra demonstram que a pandemia da Covid-19 afetou de forma drástica o registro de imigrantes com uma redução de 97,3%. Uma novidade no período foi a grande utilização do “Acordo de Residência Brasil-Uruguaí”⁵⁴ de forma que o número de registro de

⁵¹ UEBEL, 2015, p. 9.

⁵² BÁRBARA, 2005.

⁵³“Residentes – registros para imigrantes com previsão de estada de mais longa duração, abarcando as classificações permanentes, residentes, provisórios, outros, asilados; Temporários – registros de entradas tipicamente de curta duração; Fronteiriços – registros para residentes na fronteira, com permissão de acessar o mercado de trabalho, comércio e serviços no Brasil, nas cidades contíguas aos limites territoriais. (CAVALCANTI, OLIVEIRA, FURTADO, DICK, QUINTINO & MACEDO, 2020, p.9).

⁵⁴ “DECRETO Nº 9.089, DE 6 DE JULHO DE 2017”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9089.htm>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Latinidade

uruguayos superou o número de venezuelanos e haitianos que anteriormente eram as nacionalidades que mais apareciam nos registros (imagem 1). O estado do Rio Grande do Sul foi a região que mais solicitou a regularização de imigrantes, espaço anteriormente ocupado pelo estado de Roraima, com destaque para as cidades de Aceguá, Chuí e Santa Vitória do Palmar.



Imagem 1 - Número de registros de imigrantes, segundo Unidades da Federação, abril de 2020. Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra 2020.

No mês de abril de 2021 o processo de regularização de imigrantes apresentou uma tendência de lenta recuperação em direção aos números existentes antes da pandemia da Covid-19. As principais nacionalidades que tornaram-se residentes brasileiros no período foram os venezuelanos e haitianos (imagem 2), há também a presença da França entre as dez nacionalidades que mais obtiveram registro de residência no período, “reforçando a alteração no eixo da migrações

19, em abril de 2021 os registros começaram a apresentar um aumento e em abril de 2022 este aumento já estava muito bem consolidado.

Latinidade

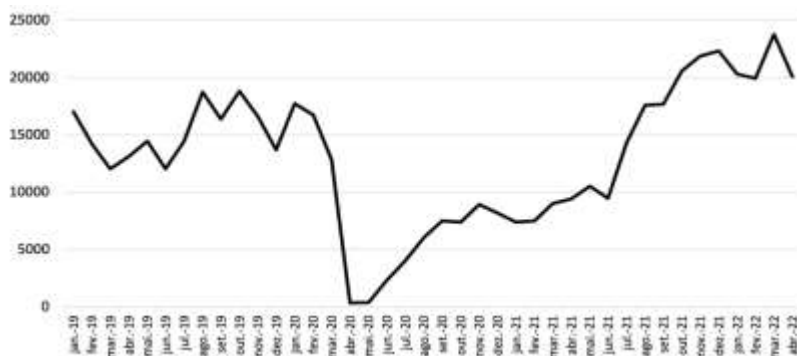


Imagem 4 - Número de registros de imigrantes, por mês de registro - Brasil, 2019/2022. Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra 2022

Em relação ao estado do Rio de Janeiro, que é o recorte espacial desta pesquisa, segundo dados dos arquivos de tabulação produzidos nos relatórios mensais da OBMigra é notório a seguinte divisão: abril de 2020 - 16 registros de migrantes, abril de 2021 - 426 registros de migrantes e abril de 2022 - 720 registros migrantes. Seguindo assim a tendência do cenário nacional.

Referencial bibliográfico

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; FURTADO, A; DICK, P; QUINTINO, F; MACEDO, M. Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. Brasília: Relatório Mensal do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), ano 1, número 4, 33 p. abr. 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorios_mensais/2020/OBMigra_Abril_2020.pdf>. Acesso em 22 jun. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; FURTADO, A; DICK, P; QUINTINO, F; MACEDO, M. Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. Brasília: Relatório Mensal do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), ano 2, número 4, 16 p. abr. 2021 Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios->

mensais/2-sem-categoria/401415-ano-2-numero-4-abril-2021>.
Acesso em: 22 jun. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; FURTADO, A; DICK, P; QUINTINO, F; GUIMARÃES, B. Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. Brasília: Relatório Mensal do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), ano 3, número 4, 9 p. abr. 2022. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais/2-sem-categoria/401517-ano-3-numero-4-abril-2022>>.
Acesso em: 22 jun. 2022.

CIERCO, T. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. Portugal: Universidade do Porto, 2017. 15 p. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111036>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

NOLASCO, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 434, p. 1-29. 2016. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-434>>.
Acesso em; 21 jun. 2022.

Recebido em Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022.

A barbarização da questão territorial (2018-2021) no Brasil: um estudo sobre a mídia

Mateus Marinho Annis Araújo Oliveira
Bolsista de Pesquisa - PROEALC/CCS-UERJ

Silene de Moraes Freire
Profa. Titular da FSS/UERJ - Coord. PROEALC

Thaís Lopes Cortes
Doutoranda do PPGSS - Pesquisadora PROEALC

Resumo

O presente estudo é fruto das reflexões do Observatório de Direitos Humanos da América Latina do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Objetivamos a partir do mesmo realizar uma análise do processo de barbarização da questão territorial (no campo e na cidade) a partir de dados coletados na mídia no período de 2018 a 2021, buscando destacar os nexos do debate no ano eleitoral de 2018 até o auge da consolidação regressiva ultraneoliberal do que se convencionou chamar de bolsonarismo. Trata-se de estudo sustentado nos conceitos gramscinianos que revelam os nexos dos processos hegemônicos recentes, com destaque para o papel da mídia nesse contexto de retrocessos que abalam diretamente a garantia dos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Mídia. Território. Direitos Humanos.

Resumen

Este estudio es el resultado de reflexiones del Observatorio de Derechos Humanos de América Latina del Centro de Ciencias Sociales de la Universidad Estatal de Río de Janeiro

(UERJ). Nuestro objetivo es analizar el proceso de barbarización de la cuestión territorial (en el campo y en la ciudad) a partir de datos recopilados en los medios de comunicación en el período 2018 a 2021, buscando resaltar los desafíos de discusión de la discusión en el año electoral 2018 hasta el apogeo de la consolidación regresiva ultraneoliberal de lo que se llamó bolsonarismo. Este estudio se basa en los conceptos gramscinianos que revelan la relación de los procesos hegemónicos recientes, con énfasis en el papel de los medios de comunicación en este contexto de retrocesos que sacuden directamente la garantía de los derechos humanos en Brasil.

Palabras clave: Medios de comunicación. Territorio. Derechos humanos.

Abstract

The present study is the result of research by the Observatory of Human Rights of Latin America of the Center for Social Sciences of the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ). We aim from the same to carry out an analysis of the process of barbarization of the territorial issue (in the countryside and in the city) from data collected in the media from 2018 to 2021, seeking to highlight the nexuses of the debate in the electoral year of 2018 until the height of the debate of the consolidation ultra-neoliberal regressive of what is conventionally called Bolsonarism. It is about studies sustained in Gramscianos concepts that revel the nexus of recent processes hegemonics, with the enphase of role of the media in this context that affect setback directly the guarantee of human rights in Brazil.

Keywords: Media. Territory. Human rights.

1. Introdução

As reflexões ora apresentadas foram construídas a partir dos estudos desenvolvidos no âmbito do Observatório de Direitos Humanos na América Latina (ODH), vinculado ao Centro de Ciências Sociais (CSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Partimos do pressuposto que a questão territorial, tanto no campo, quanto na cidade se agravou, como resultado da própria dinâmica do processo de reprodução social do capitalismo, o qual convencionou-se denominar como ultraneoliberal.

Optou-se por trabalhar com a análise da mídia *on-line* acerca da questão territorial no país, uma vez que ela nos permite revelar os nexos dos processos hegemônicos recentes no campo e na cidade com os direitos humanos. O que, por sua vez, permite observar a barbárie que segue sendo efetivada.

Nossos estudos compreendem o espaço temporal de 2018 a 2021. O ano de 2018 é tomado como ponto de partida, justamente porque se constitui num marco significativo para o Brasil, em função das eleições que levaram à presidência da república Jair Messias Bolsonaro. O governo Bolsonaro consolidou a avalanche ultraneoliberal⁵⁷, que vem incidindo sobre os direitos humanos e sobre as políticas públicas, que norteiam os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, dentre os quais, o direito à terra e à moradia.

Não por acaso, a discursividade midiática contribui para manter a reprodução da dominação burguesa neoconservadora, anti-direitos sociais e a favor da

⁵⁷ Para aprofundamento, consultar: FREIRE, Silene de Moraes e CORTES, Thaís Lopes. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio de; FREIRE, Silene. (ORGs.). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Navegando. Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>>. Acesso em: dez. 2020.

Latinidade

mercantilização recorrente do território, seja ele no espaço citadino, representado pelas inúmeras remoções e despejos ou aquelas que incidem sobre as terras dos povos ribeirinhos, dos quilombolas ou dos indígenas a partir da violência e do massacre contra as suas vidas e as suas terras, como amplamente divulgado. Essa notoriedade se tornou maior, especialmente nos últimos meses, dado a repercussão internacional do crime bárbaro que envolveu os desaparecimentos e as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, em junho de 2022, no Amazonas.

Os dados analisados nos permitem observar que, ao mesmo tempo em que cresceu o apetite voraz do capital sobre a terra urbana e rural, também houve a ampliação dos movimentos de luta e de resistência da população brasileira, face a barbárie engendrada pelo Brasil ultraneoliberal. Quadro este que se intensificou no curso da crise pandêmica da Covid-19, quando fora passada a boiada nos direitos, aprofundando a já dramática questão territorial no país e consolidando o fenômeno conhecido como o bolsonarismo.

A partir da coleta e da sistematização de notícias na mídia *on-line*, pode-se observar o enfoque dado a luta pela terra e pela moradia, que se expressam na barbarização da questão territorial. O que, por sua vez, nos termos de Paulo Netto (2013), vem agravando a regressão civilizatória do capital.

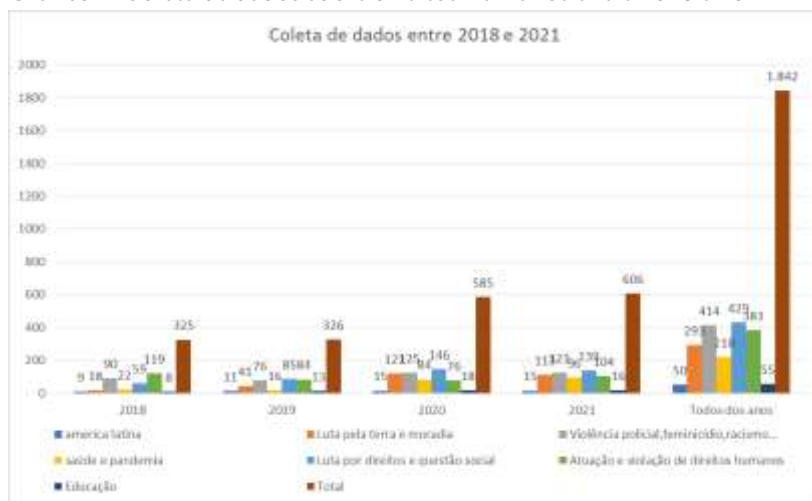
2. A questão territorial no campo e na cidade a partir da mídia: a agenda regressiva bolsonarista

Conforme já mencionado, desde que chegou a presidência da república, Jair Messias Bolsonaro vem implementando um largo leque de medidas contrárias aos direitos humanos, que corroboraram para o adensamento dos conflitos acerca da questão territorial no campo e na cidade. O que por sua vez vem

conformando um cenário altamente destrutivo e bárbaro para o conjunto dos brasileiros. Mas, na realidade, é preciso que se tenha a clareza de que não se trata de algo novo, pois, conforme bem notado por Mészáros (2009), a barbárie faz parte do quadro disjuntivo do capital, que, não pode separar avanço de destruição.

A partir da sistematização e da coleta das notícias com o tema de direitos humanos, realizada no âmbito do Observatório de Direitos Humanos na América Latina, foi possível fazer um estudo sobre os principais assuntos divulgados pela mídia e as formas pelas quais os direitos humanos vêm sendo abordado. Como já sinalizado, os dados abrangem o período de 2018 até 2021, datando do final do governo de Michel Temer até o terceiro ano de governo de Jair Messias Bolsonaro. Foram coletados ao todo 1842 notícias. Observemos a tabela abaixo:

Gráfico 1: Coleta de dados sobre direitos humanos entre 2018 e 2021



Fonte: elaborado pelos autores no âmbito do Observatório de Direitos Humanos.

Latinidade

Note-se que do total das 1842 notícias, 293 delas estão relacionadas diretamente ao tema “Luta pela terra e moradia”, ou seja, tem como ênfase a questão territorial. Os conflitos que envolvem o acesso e a posse pela terra e pela moradia não se trata apenas de um fenômeno isolado destes tempos que fizeram emergir uma onda neoconservadora e ultraneoliberal. Ao contrário, data de longo período. Desde a colonização brasileira por Portugal, os povos aqui residentes têm lutado pela sua sobrevivência e pela preservação de suas terras e de seus territórios, como o caso dos povos indígenas, quilombolas, dentre outros (PRADO JÚNIOR, 2011). E, também da terra urbana e da moradia, haja vista que, desde o início do século XIX iniciaram-se os processos de remoções compulsórias das melhores residências, para abrigar a família real portuguesa, que chegara ao país, fugindo de Napoleão, em 1808 (MARICATO, 2003).

Como podemos observar os conflitos territoriais não é um tema recente entre nós. Entretanto, vem ganhando maior notoriedade na mídia, como consequência de inúmeros conflitos e disputas que envolvem o território, neste contexto do capitalismo monopolista altamente desenvolvido. Nesta quadra, assistimos a busca incessante e desenfreada por terras rurais e urbanas, como um dos elementos imprescindíveis para a ampliação das fronteiras necessárias a expansão do capital financeiro.

Tomemos inicialmente, como centro de nossas reflexões, a questão territorial no campo. O avanço dos domínios do capital sobre o campo vem sendo sistematicamente elaborado, exemplo disso é que durante o governo de Michel Temer, o Brasil liderou por dois anos seguidos o topo do ranking em

mortes de ambientalistas⁵⁸, que se mobilizaram contra empresas de mineração. Durante este governo iniciou-se um projeto que visava enfraquecer cada vez mais as leis que garantem a segurança e o acesso à terra para indígenas, para quilombolas e para camponeses. Projeto este que seria intensificado por seu sucessor, Jair Messias Bolsonaro.

As notícias da “luta pela terra e moradia”, durante os anos de 2020 e 2021 são em maioria sobre o conflito entre indígenas e assentamentos contra a invasão de suas terras por grileiros, policiais a mando do Estado. Além de registrar as políticas que visam o avanço de práticas de grilagem, desmatamento e despejos em massa.

Fato é que, durante os anos de 2019 e 2020 os conflitos representados pelas invasões às terras indígenas foram aprofundados em 137%, como mencionado no relatório do Conselho Indigenista Nacional (CIMI). O que corroborou para que fossem efetivados inúmeros episódios violentos. Tal barbárie pode ser evidenciada na reportagem do Brasil de Fato, de 18 de abril de 2022:

casos de morte brutais de crianças: duas sugadas pelas dragas usadas por garimpeiros e outras duas afogadas na fuga de ataques dos criminosos ambientais. Além disso, três indígenas isolados morreram em um massacre promovido por garimpeiros em agosto de 2021. Testemunha do caso, um indígena descreveu que as mortes foram resultado da investida dos isolados contra um garimpo que se aproximava do seu local de moradia⁵⁹.

⁵⁸ CARTA CAPITAL. *Brasil lidera ranking de mortes de ambientalistas, com 57 assassinatos*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-lidera-ranking-de-mortes-de-ambientalistas-com-57-assassinatos/>. Acesso em: jun. 2022.

⁵⁹ PAJOLLA, Murilo. *Garimpo ilegal provocou 90% das mortes por conflitos no campo em 2021, aponta CPT*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/18/garimpo-ilegal-provocou->

A violência contra os povos do campo seguiu a mesma tendência. Nessa direção, podemos citar o emblemático relatório produzido pelo Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (CEBRASPO) e pela Associação Brasileira de Advogados do Povo Gabriel Pimenta (ABRAPO), em conjunto com 18 entidades democráticas, que objetivava averiguar a extrema violência oriunda dos conflitos agrários em Rondônia, em 2021. Este relatório expôs os relatos dramáticos dos camponeses residentes nas áreas⁶⁰ “Tiago Campin dos Santos” e “Ademar Ferreira”⁶¹, acerca das constantes ameaças e ataques por parte dos agentes do Estado. Objetivou-se ainda divulgar amplamente as denúncias acerca da violação dos direitos humanos e apresentar a situação aos órgãos do Estado, a fim de buscar a garantia dos direitos da população residente nessas 2 ocupações, que passou por inúmeras situações de violência, pela remoção e pela reintegração de posse, no curso da crise pandêmica, quando esta ação havia sido suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (CEBRASPO; ABRAPO, 2021).

A ocupação Tiago Campin foi iniciada em junho de 2020 com o objetivo de pressionar o INCRA a resolver a situação de posses dessas fazendas, uma vez que, desde 2014 essa área é tratada como de conflitos agrários, cuja origem dominial não foi ainda aclarada, podendo se tratar de área pública grilada, dado o histórico do Velho Galo (Antônio Carlos Martins) com

[90-das-mortes-por-conflitos-no-campo-em-2021-aponta-cpt](#). Acesso em: jun. 2022.

⁶⁰ Essas áreas se encontram nas fazendas “NorBrasil” e “Arco-íris”, em Nova Mutum, Distrito de Porto Velho/RO, sendo parte de um latifúndio pertencente a Antônio Carlos Martins, conhecido como “Galo-Velho” que possui um histórico de grilagens de terras com conivência do Estado.

⁶¹ Dado os limites deste artigo, não podemos abordar essa ocupação, que tão bem foi retratada no referido relatório. No entanto, cabe ressaltar que se trata de uma ocupação na fazenda Santa Carmen, em Rondônia, cujos camponeses, diante dos constantes ataques da PM e do BOPE, por medo de serem mortos optaram por fugir para a área Tiago Campin dos Santos.

esse tipo de atividade. Em junho de 2020 foi solicitado ao INCRA o acesso aos processos administrativos da fazenda, mas sem sucesso, conforme consta no relatório.

Em outubro deste mesmo ano, houve o assassinato de um policial da reserva nos arredores da referida ocupação e como consequência os camponeses dessa área passaram a ser acusados sem provas pelo crime. Com isso, se iniciou uma série de ataques por parte da PM a essas famílias camponesas, onde na mesma noite do assassinato do policial, a área ocupada foi cercada por PMs que realizaram diversos disparos, o que terminou com mais um policial morto. A partir deste episódio, os camponeses começaram a receber diariamente ataques da PM. Entre as práticas ilegais, os camponeses alegam que os policiais atiravam nas pessoas na estrada, impediam a entrada de alimentos, voos rasantes de helicóptero onde foram lançados cartuchos deflagrados com o intuito de criminalizar os camponeses da região e outras práticas envolvendo terror psicológico (CEBRASPO; ABRAPO, 2021).

Esses eventos foram aproveitados pelo advogado de Antônio Carlos Martins, que se utilizou de notícias sensacionalistas sobre o ocorrido para convencer o juiz a conceder liminar de reintegração de posse. A concessão de manutenção de posse foi concedida em 09 de outubro de 2020 e cumprida no dia seguinte, sob o manto de segredo de justiça, isto é, sem que as autoridades competentes acompanhassem a ação tomassem ciência e sem a fixação de prazo para os ocupantes deixarem o local.

Em outras palavras, segue a ordem de despejo, uma série de violação de direitos. De acordo com o relato das famílias, houve a destruição de casas, de alimentos, roubo de ferramentas de trabalho e dinheiro, o desaparecimento de documentos, a queima de veículos, além da destruição da cozinha comunitária. Vejamos a importância da mídia neste

Latinidade

quesito, pois contribuiu para propagar sensacionalismo e terror sobre as ocupações no campo, destoando o verdadeiro cerne da questão: a violência no campo está relacionada a grilagem e não as ocupações dos camponeses.

O relatório da missão de solidariedade, organizado pela CEBRASPO e ABRASPO tem uma grande importância, no momento em que se faz compreender como e para quem funciona as práticas de garimpo e despejo, práticas essas que resultam no aumento de violentos conflitos por disputa de terras, que se intensificaram durante o governo Bolsonaro. O relatório nos ajuda a compreender também todo o processo que acontece antes, durante e depois de uma ordem de despejo no campo. Antes mesmo que ocorra a ordem de remoção, aqueles que vivem da terra recebem constantes ataques de membros da força repressora do Estado que se encontra aliada com pistoleiros e latifundiários da região, ficando evidente como o Estado atua em conjunto aos interesses das classes dominantes.

Este fato, amplamente divulgado, reforça que este é o retrato do que vem ocorrendo de norte a sul e de leste a oeste do Brasil. E isso se evidencia no relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado em 18 de abril deste ano, quando indica que o governo Bolsonaro (2019 - ainda em curso) já registrou o maior número de conflitos por terra, desde a redemocratização em 1985.

No que tange as notícias relacionadas aos conflitos que envolvem os povos indígenas, parte das reportagens destacaram episódios que resultaram em mortes. Assim, é importante destacar que de acordo com os dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra (2022), os mais afetados pelas mortes registradas no campo foram os povos indígenas, que representam 26% dos casos notificados. Houve um aumento de 1.110% no número de mortes por conflitos contra indígenas,

totalizando 109 mortes, das quais 101 delas foram de indígenas Yanomamis, cuja execução foi realizada por garimpeiros ilegais que atuam na região (CPT, 2022). Supõe-se que os aumentos desses conflitos estejam relacionados ao interesse empresarial pela terra⁶².

Os dados da CPT (2022) indicam ainda que, foi registrado um crescimento de 28% das ameaças aos líderes indígenas e aos servidores indigenistas, que correspondem respectivamente a 32 e a 4 ameaças. Algumas delas foram concretizadas, como as mortes de Bruno Pereira e de Dom Philips, este primeiro já havia sofrendo constantes ameaças, por tentar coibir as invasões de caçadores, de pescadores e de garimpeiros, na região do Vale do Javari.

Para o antropólogo João Nunes Cruz, da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Programa Povos Indígenas do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em entrevista ao Correio Brasiliense, o aumento da violência nas terras indígenas está diretamente relacionado ao protagonismo do governo Bolsonaro:

Essa coletânea vasta de preconceito, ataques, declarações antirrepublicanas inspira ações de criminosos nas pontas, nas bases. Quando [Bolsonaro] fala para pegar uma arma e defender os seus direitos, eles acham que podem invadir as terras indígenas, sobretudo, usando a violência. As pessoas se sentem empoderadas pelo discurso do maior líder da nação (NUNES CRUZ, 2022 *apud* CORREIO BRAZILIENSE, 2022, s/p).

Esse cenário, na verdade, não se trata de nenhuma novidade, pois, desde o período eleitoral, o presidente já se manifestava contra a demarcação das terras indígenas. Em fala

⁶² MANSUR, Vinícius. Assassinatos no campo subiram 105% desde 2013, aponta CPT. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/16/assassinatos-no-campo-subiram-105-desde-2003-aponta-cpt/>. Acesso em: jun. 2022.

no clube A Hebraica⁶³ no Rio de Janeiro, em 03 de abril de 2017, afirmou que em um possível governo “não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”, e, acrescentou ainda que, as áreas de demarcação indígena atrapalhavam a economia: “onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”. E, de fato, vem cumprido o que prometeu.

Não obstante, neste interstício de tempo, em fins de 2019 e início de 2020, o mundo foi assolado pelo vírus Sars-Cov-2⁶⁴, ocasionando a pandemia da Covid-19, que se espalhou com grande velocidade e letalidade, obrigando os países a agirem rapidamente. Alguns países aplicaram o *lockdown*, também conhecido como o “*fique em casa*” ou como o *isolamento social*, em busca de conter o avanço do vírus.

Entretanto, no Brasil foi implementada uma política genocida, incentivando o não uso de máscaras e a não vacinação da população. O vírus, inclusive foi tratado pelo presidente da república como uma simples “gripezinha”⁶⁵, para a qual, foi amplamente divulgado por esta figura política o uso da hidroxicloroquina, medicamento não comprovado

⁶³YAHOO NOTÍCIAS. *Relembre 7 vezes em que Bolsonaro atacou direitos dos indígenas*. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/relembre-7-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-direitos-dos-indigenas-162258426.html>. Acesso em 27.jun. 2022.

⁶⁴A primeira notificação do vírus Sars-Cov-2 foi na cidade de Wuhan, na República Popular da China, em 31 de dezembro de 2019. Em 11 de março de 2020, a Covid-19, doença causada pelo vírus supramencionado foi caracterizada como pandemia pela OMS. Para mais, consultar: SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE SANTA CATARINA. *Saiba mais sobre o Coronavírus*. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/doenca.html>. Acesso em: maio, 2022.

⁶⁵SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE SANTA CATARINA. *Saiba mais sobre o Coronavírus*. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/doenca.html>. Acesso em: maio, 2022.

cientificamente para o tratamento da doença. O país seguiu a contra tendência das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Outra constatação igualmente indelével é que, o governo federal se utilizou da pandemia para avançar com suas políticas em favor do capital, em suas diferentes frações, consolidando a agenda ultraneoliberal.

Quando a preocupação mundial era a preservação das vidas humanas, o governo brasileiro se aproveitou da pandemia para avançar com as políticas relacionadas ao agronegócio, ou como o antigo ministro do meio ambiente Ricardo Salles afirmou, era tempo de “passar a boiada”⁶⁶. A notícia do G1, intitulada “*Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19*” registrou que:

Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça.

Nessa direção, o passar da boiada no campo, pode ser vislumbrado por meio do Projeto de Lei nº 2.963/2019⁶⁷, que versa sobre a facilitação da aquisição de terras indígenas, quilombolas e da União, sobretudo ao capital estrangeiro, sob a justificativa de que ajudaria na reversão da crise econômica vivenciada no país.

⁶⁶G1. *Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

⁶⁷BRASIL. *Projeto de Lei nº 2.963, de 2019*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136853>. Acesso em: 27. jun. 2022.

Latinidade

Como resultado dessa política genocida que a longo tempo vem sendo construída, podemos destacar que, o garimpo ilegal apenas nas terras Yanomamis cresceu 3.350%, entre os anos 2016 a 2021. Este cenário corroborou para um aumento exponencial do desmatamento e da poluição dos rios, próximos às comunidades e uma maior proliferação de doenças infectocontagiosas, tais quais, a malária. Além de ter proporcionado um recrudescimento da violência física e sexual. Os efeitos das invasões ilegais foram a ainda são extremamente letais para cerca de 56% dos Yanomamis, isto é, para aproximadamente 16 mil indígenas, localizados em 273 comunidades, como nos elucida o Relatório *Hutukara Associação Yanomami* (2022).

As ações do governo Bolsonaro não terminaram por aí, a Fundação Nacional do Índio (Funai) recentemente teve um de seus coordenadores preso por arrendar terras indígenas para fazendeiros⁶⁸. Não somente isso, grupos indígenas declararam em diversas ocasiões que a Funai vem se omitindo⁶⁹ e contribuindo com os interesses capitalistas.

Ricardo Antunes ao abordar os primeiros anos do governo Bolsonaro, afirma que as classes burguesas se aliaram a Bolsonaro, pois como não tinham a capacidade de vencer a esquerda nas urnas, tiveram que optar por apoiá-lo, para que fosse possível seguir com as reformas neoliberais iniciadas por

⁶⁸PAJOLLA, Murilo. *Preso por arrendar terra indígena, coordenador da Funai era considerado “modelo” pelo governo*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/17/preso-por-arrendar-terra-indigena-coordenador-da-funai-era-considerado-modelo-pelo-governo>. Acesso em: jun. 2022.

⁶⁹SCOFIELD, Laura. *“A Funai parou de ajudar as pessoas que estão defendendo a floresta”, diz líder Kayapó*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/a-funai-parou-de-ajudar-as-pessoas-que-estao-defendendo-a-floresta-diz-lider-kayapo>. Acesso em: jun, 2022.

Temer. Portanto, Bolsonaro foi eleito com o intuito de intensificar ainda mais o projeto neoliberal da classe dominante, hoje reconhecido como ultraneoliberal. Este, por sua vez, se relaciona com o enfraquecimento de leis que visam garantir o acesso à terra para os grupos que encontram nela a sua subsistência e até mesmo o incentivo de práticas como a invasão de terras por garimpeiros e latifundiários. Em relação ao meio ambiente, o autor afirma que:

Tanto na política interna, quanto na externa, Bolsonaro combate, desde sua atuação como parlamentar, as ações de preservação ambiental e defesa da natureza. Incontáveis vezes, dados seus compromissos com *agrobusiness*, ele e seus ministros ironizaram o movimento ambientalista e trataram com desdém a luta e ação pela preservação da natureza. Além disso, defendem maior “flexibilidade e liberdade” para as grandes corporações desenvolverem a produção de *commodities*, como é o caso das mineradoras e dos grandes proprietários rurais (ANTUNES, 2022, p. 65).

Isto posto, notamos que, de fato, se encontra em curso uma barbarização da questão territorial no campo, que se expressa ainda na criação e na redefinição de leis, que buscam garantir condições favoráveis a ampliação dos limites de acumulação do capital, donde as principais frações que lucram são aquelas ligadas ao agronegócio, à mineração, às madeireiras, dentre outras. Tal política tem como um de seus reveses, o aumento da violência, dos conflitos e das mortes de indígenas, como foi possível observar a partir da sistematização das notícias.

No que se refere a questão territorial na cidade, o cenário bárbaro não se diverge. O Estado brasileiro impreterivelmente buscou atender os interesses do capital financeiro e especulativo, por meio da atuação do poder legislativo, que efetivou uma série de reintegrações de posse e de despejos,

Latinidade

desconsiderando o curso da crise pandêmica que tem como *slogan* de combate à Covid-19, o “*fique em casa*”.

No Brasil houve um nítido descompasso entre a atuação do governo Bolsonaro em relação as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Inúmeras vezes buscou-se a aprovação da continuação dos despejos na pandemia. Foi tardiamente que o Projeto de Lei nº 1684/2020⁷⁰, que versava sobre a suspensão temporária da reintegração de posse, durante a pandemia foi aprovado. Isso consequentemente assegurou que muitas remoções forçadas⁷¹ fossem efetivadas. Notícia difundida em agosto de 2020, pela Agência BBC demonstra essa questão:

De acordo com o levantamento, nos meses de abril, maio e junho foram realizadas seis remoções na Região Metropolitana, afetando 1,3 mil famílias. O número de casos, no período, é o dobro do registrado no trimestre anterior, janeiro, fevereiro e março, em que ocorreram três (...). A maior parte dessas remoções foi feita sob ordens do Poder Judiciário.

Observa-se que durante o período mais crítico da pandemia, onde ainda se desconhecia não somente a sua causa, como também as suas consequências, as remoções e os despejos

⁷⁰Brasil (2021). In: BRASIL. Lei N° 14.216, de 7 de outubro de 2021, Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-Cov-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14216.htm. Acesso em: 23. abril. 2022.

⁷¹Por remoções compreendemos a “retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das suas casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção de seus direitos” (ONU, 2010, p. 08).

se intensificaram. O que pode ser vislumbrado em notícia difundida pelo site G1, intitulada “Cresce 655% o número de famílias ameaçadas de perder a moradia no país desde início da pandemia”. Para ilustrar a barbárie da questão territorial na cidade, resultado das remoções, recuperamos um trecho da reportagem, donde lê-se:

Das 569.540 pessoas que vivem sob ameaça de remoção, 87.391 são crianças e 95.113 idosos, de acordo com o balanço das instituições. As mulheres representam mais de 341 mil pessoas do total. De acordo com o levantamento realizado de março de 2020 a maio de 2022, quase 21 mil idosos foram despejados de casa. O número de crianças removidas chega a 21.492. Os dois grupos representam 33% das pessoas que sofreram com o despejo ou são ameaçadas no Brasil (RIBEIRO, 2022)⁷².

Percebe-se que a barbárie também dá o tom da questão territorial no espaço citadino, quando os idosos e as crianças, grupos prioritários na Constituição Federal de 1988 representam 33% das pessoas que sofreram com as perversas consequências das remoções durante a pandemia.

Ao mesmo tempo em que os despejos aumentaram, houve também o início de muitas outras ocupações, como reflexo do agravamento da crise econômica e social e como consequência do desemprego e da diminuição da renda dos trabalhadores, como demonstra a notícia acerca da Ocupação Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes, no Norte do Estado do Rio de Janeiro:

Sou doméstica, mas fui demitida por conta da pandemia. Como morava de aluguel e passei a não ter dinheiro para pagar, entreguei a casa que morava com meu marido, dois filhos e duas netas no

⁷² RIBEIRO, Joyce. Cresce 655% o número de famílias ameaçadas de perder a moradia no país desde início da pandemia. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/cresce-655-o-numero-de-familias-ameacadas-de-perder-a-moradia-no-pais-desde-inicio-da-pandemia-20072022>. Acesso em: jun. 2022.

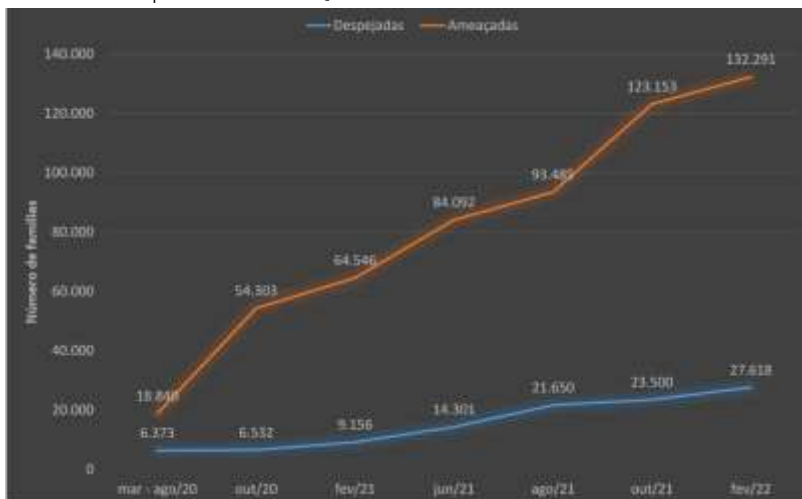
Latinidade

Parque Aeroporto e vim para cá”. Silvana da Conceição, 45 anos (RODRIGUES, 2021)⁷³.

Um minucioso detalhamento sobre as remoções no Brasil foi realizado pela Campanha Despejo Zero e nos ajuda a compreender o agravamento da barbárie expressa nas remoções. O estudo aponta que de março de 2020 a fevereiro de 2022, os despejos aumentaram em 333% no Brasil, o que representa a efetivação de cerca de 27.618 remoções. Parte significativa dos despejos foram realizados nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Amazonas. O estudo demonstra ainda que cresceu em 602% a possibilidade de despejo, especialmente nos estados de São Paulo, Amazonas e Pernambuco, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

⁷³ ASCOM. *Minha Casa Minha Vida contempla 772 famílias de Campos*. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/09/06/minha-casa-minha-vida-contempla-772-familias-de-campos/>. Acesso em: jul. 2021.

Gráfico 2: Despejos e ameaças de despejos durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, no período de março de 2020 – fevereiro de 2022



Fonte: Despejo Zero. Despejos e ameaças durante a pandemia. Brasil: Despejo Zero, 2022, p. 3.

A pesquisa realizada no Observatório de Direitos Humanos na América Latina conseguiu reunir o mapeamento dos processos de remoções realizados durante a pandemia, a partir da sistematização das notícias divulgadas pela mídia. Dentre as reportagens divulgadas, podemos citar a remoção ocorrida na ocupação Nova Conquista, em Vila Sônia, Zona Sul de São Paulo. Cerca de 248 famílias foram despejadas, menos de 24 horas após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso ter prorrogado até março de 2022 a suspensão das remoções durante a pandemia.

Tal processo de remoção ocorreu sob a execução da polícia militar, sob forte violência contra os ocupantes dos quase 30 mil quilômetros quadrados de terreno pertencente a uma construtora, que estava inativa há mais de uma década. As remoções da Ocupação Nova Conquista foram realizadas na contramão das recomendações da ONU, que considera ilegais

Latinidade

as remoções com o uso da força física e da violência (ONU, 2010).

A barbárie segue sendo efetivada nas cidades, quando os sujeitos são despejados, em plena pandemia, cujo grau de letalidade é alto, sem que haja atendimento adequado as famílias. Em outras palavras, sem que elas sejam inseridas em programas de habitação de interesse social, como o auxílio aluguel ou direcionadas ao Programa Casa Verde e Amarela, dentre tantos outros que possam existir em âmbito municipal e estadual.

Outrossim, cabe sinalizar que, para efetivar as remoções, muitas vezes os poderes locais contam com importantes agentes e estratégias, donde podemos destacar a zeladoria urbana, os projetos urbanísticos e as obras públicas. E isso se ocorre para buscar a legitimação do consenso, por parte dos sujeitos removidos e da população em geral.

Ainda no que tange a questão territorial na cidade, visualizamos durante o período supramencionado, a tenebrosa arquitetura que vem sendo criada para afastar a população em situação de rua de áreas valorizadas do espaço urbano, donde assume destaque a gestão de Bruno Covas na cidade de São Paulo. Neste sentido, não podemos deixar de considerar ainda, o protagonismo do padre Júlio Lancellotti, que quebrou a marretadas os blocos de paralelepípedos instalados sob viaduto na Zona Leste, conforme amplamente divulgado na mídia, a exemplo da reportagem do G1, intitulada *“Padre Júlio Lancelotti quebra a marretadas pedras instaladas pela Prefeitura sob viadutos de SP”*⁷⁴.

⁷⁴ REIS, Vivian. *Padre Júlio Lancelotti quebra a marretadas pedras instaladas pela Prefeitura sob viadutos de SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancelotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em: abril, 2022.

Não obstante, o governo federal vem sucateando as políticas urbanas e habitacionais. A política de habitação encontrou o seu ocaso máximo em 2019, quando o Governo Bolsonaro extinguiu o Programa Minha Casa Minha Vida, substituindo-o pelo Programa Casa Verde e Amarela, que no seu primeiro ano de existência, já alcançou o exorbitante corte de 98,2⁷⁵ do seu financiamento. O que também se expressa em forma de barbárie, haja vista que, a redução do acesso ao direito à habitação afeta especialmente os trabalhadores pertencentes as camadas mais subalternizadas, que perderam os subsídios antes ofertados a denominada faixa 1 do programa. À vista disso, nota-se que a população tem vivido nos limites de sua sobrevivência, dado que o desmantelamento da política de habitação se deu no período em que atravessávamos a maior crise pandêmica das últimas décadas, que tem como recomendação o “*fique em casa*”. Face a isso nos questionamos, mas que casa?

Conforme podemos perceber, a partir da análise acerca da questão territorial no campo e na cidade, durante o período de 2018 a 2021, o que temos experimentado é essa perniciosidade do capital liberal (MÉSZÁROS, 2009), ou se preferirmos, ultraneoliberal, que acirrou uma série de conflitos e de despejos, em nome do lucro e da sua reprodução continuada. Cenário este que encontrou terreno favorável dado a ascensão da moralidade neoconservadora, anti-direitos humanos e criminalizadora dos movimentos de lutas e de resistências, que se instaurou com o bolsonarismo, somada a crise de hegemonia das esquerdas. Outrossim, é neste contexto que a questão

⁷⁵ UOL. *Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 03. out. 2021.

territorial no campo e na cidade, notadamente reconhecida por sua barbarização vem não somente se efetivando, como também se naturalizando.

3. Considerações Finais

Ao passo que tais conflitos territoriais ocorrem em pleno século XXI, há mais de 30 anos da instituição da Constituição Federal de 1988, que assegura, como um direito social, o direito à terra e à moradia, em seus artigos 5º e 6º, respectivamente, podemos notar que há um agravamento da barbárie já engendrada há muito tempo em território brasileiro.

Entendemos que a barbárie se expressa nitidamente não só nos conflitos territoriais no campo e na cidade, mas também no trato que o governo Bolsonaro vem conferindo as políticas públicas voltadas a garantia do direito à terra e à moradia.

A ênfase da mídia nas reportagens acerca da questão territorial, de certo modo, pode contribuir para reforçar a criminalização dos movimentos sociais, difundindo a hegemonia burguesa anti-direitos e neoconservadora. Mas não podemos nos esquecer que essa visibilidade midiática também pode contribuir, através da sua ramificação nas redes sociais, para propagar os movimentos de resistências e dar notoriedade a violação dos direitos humanos, expressas na questão territorial no campo e na cidade.

Fato é que isso ocorreu durante o período analisado, quando inúmeras denúncias foram realizadas por organizações ligadas a defesa dos direitos humanos, quando a própria ONU fez interpelo ao Brasil, face a barbárie engendrada no curso da crise pandêmica (ONU, 2022)⁷⁶.

⁷⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de política do ONU-Habitat sobre a prevenção de despejos e remoções durante a*

Neste sentido, concordamos com Freire (2014, p. 79), quando menciona que “na atualidade, a luta em defesa e pela garantia desses direitos se tornou um campo de tentativa de proteção e denúncia contra a situação de barbárie que vivemos”. E, acreditamos que, os direitos humanos, para além de ser um campo de denúncias da letal situação vivenciada no campo e na cidade, trata-se também de um campo de resistências.

Por uma razão claríssima, entendemos que os movimentos urbanos e rurais devem se articular num movimento mais amplo, através de uma luta anticapitalista. Isto é, em defesa da própria vida das classes trabalhadoras, que vem sendo duramente penalizadas pelo insaciável apetite voraz do capital, que desconhece qualquer limite civilizatório.

E isso se expressa, conforme foi possível observar, no largo leque de conflitos territoriais no campo e na cidade. No entanto, não podemos nos conformar, tampouco podemos sucumbir a barbárie, só há um caminho: lutar pela construção de um novo modo de vida, diferente deste que é pautado, nas palavras de Antunes (2022) num metabolismo antissocial do capital, que aprofunda e naturaliza a barbárie.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. 1ª Ed. São Paulo : Boitempo, 2022.

CENTRO BRASILEIRO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS (CEBRASPO); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ADVOGADOS DO POVO (ABRAPO). *Relatório: Missão à Nova Mutum, Porto Velho,*

COVID-19. 2020. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/un-habitat-policy-statement-on-the-prevention-of-evictions-and-relocations-during-covid-19-ppt-br.pdf>.

Acesso em: 22. abril. 2022.

Latinidade

Rondônia, com o Objetivo de Avaliar as Condições dos Camponeses das Áreas Tiago Campin dos Santos e Ademar Ferreira da Liga dos Camponeses Pobres – 25 a 27 de outubro de 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1wohPqGQKwixADEo mgVm-MeL1Z3Sad-u7>. Acesso em: maio, 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020*. Brasília. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2021*. Brasil: CPT, 2022.

FREIRE, Silene. Direitos Humanos no Brasil: aportes para compreensão das ambiguidades e armadilhas persistentes. *Em Pauta*, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V. 12, n. 34, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, p. 71 –89, 2. sem. 2014.

HUTUKURA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. *Relatório Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*. Boa Vista, Editoras Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: jun. 2022.

MARICATO, Ermínia. “Metrópole, Legislação e desigualdade”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.48, 2003.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*. ONU, 2010. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Housing/Guide_forced_eviction_portuguese.pdf. Acesso em: maio. 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022

A normalista do Espírito Santo sob o olhar da revista *Vida Capichaba* (1ª República)

Sônia Maria da Costa Barreto

*Universidade Federal do Espírito Santo
Centro Universitário Vale do Cricaré*

Resumo

Esta pesquisa analisou a forma pela qual a revista *Vida Capichaba* construiu representações da Escola Normal D. Pedro II, na década de 1920, e das alunas dessa tradicional instituição de ensino. As imagens, que eram dadas a ver e a ler na mídia, se constituíam num processo de construção de sentidos. Tendo em vista a complexidade desse objeto de estudo, será necessário fazer um breve resgate do contexto político, social, econômico e cultural do Espírito Santo, nos anos 1920, além de mostrar como a imprensa, em particular a revista *Vida Capichaba*, vinha contribuindo para formar e reafirmar concepções e imagens de um modelo de educação republicano.

Palavras-chave: Educação. Normalistas. Revista *Vida Capichaba*.

Resumen

Esta investigación analizó la forma en que la revista *Vida Capichaba* construyó representaciones de la Escuela Normal D. Pedro II, en la década de 1920, y de los estudiantes de esta institución educativa tradicional. Las imágenes, que fueron dadas para ver y leer en los medios de comunicación, constituyeron un proceso de construcción de significados. En vista de la complejidad de este objeto de estudio, será

Latinidade

necesario hacer un breve rescate del contexto político, social, económico y cultural de Espírito Santo en la década de 1920, además de mostrar cómo la prensa, en particular la *revista Vida Capichaba*, había contribuido a formar y reafirmar concepciones e imágenes de un modelo de educación republicana.

Palabras clave: Educación. Normalistas. Revista *Vida Capichaba*.

Abstract

This research analyzed the way in which *the magazine Vida Capichaba* built representations of the Normal School D. Pedro II, in the 1920s and of the students of this traditional educational institution. The images, which were given to see and read in the media, constituted a process of constructing meanings. In view of the complexity of this object of study, it will be necessary to make a brief rescue of the political, social, economic and cultural context of Espírito Santo in the 1920s, in addition to showing how the press, *in particular the magazine Vida Capichaba*, had been contributing to form and reaffirm conceptions and images of a model of republican education.

Keywords: Education. Normalists. *Vida Capichaba Magazine*.

De acordo com a disponibilidade do material pesquisado e considerando a revista *Vida Capichaba* um meio de comunicação importante para entendimento do imaginário sociopolítico, econômico e cultural do Espírito Santo, procuramos reconstruir imagens e representações da normalista e da Escola Normal D. Pedro II, nos anos 1920, mostradas pela mídia impressa na década de 1920,

representada pela revista ora referida. Também nos propusemos, na medida do possível, a recompor o quadro histórico, no qual as forças políticas e econômicas estavam sempre presentes, atendendo aos interesses dos movimentos das classes dominantes.

A revista foi editada inicialmente na Rua José Marcelino, nº 56. Posteriormente foi estabelecida na Avenida Capichaba, nº 28, hoje Avenida Jerônimo Monteiro, no centro da ilha de Vitória. O magazine também se comunicava por meio da Caixa Postal nº 3853 e pelo telefone nº 117. Suas instalações ocupavam um edifício triangular com três compartimentos. Em dois deles, era feita a composição dos textos e no terceiro funcionavam a direção e a redação da revista. O prédio, de esquina, na entrada do centro da cidade, conserva até hoje a sua imponência em estilo neoclássico. Nesse local, funciona atualmente o Museu de Artes do Espírito Santo.

Figura 1- Prédio que abrigou a *Revista Capichaba* em 1923



Fonte: Secretaria de Estado da Educação (2001).

A revista *Vida Capixaba* circulou de 1923 a 1957. Não existe a coleção completa em arquivos públicos e nem em arquivo particular. Para estudar essa revista, buscamos um conjunto de textos desde o seu primeiro número publicado, em 1923, até 1929. A maioria dos números ainda existentes encontra-se na Biblioteca Pública Estadual e no Arquivo Público Estadual, em Vitória/ES⁷⁷; na seção de Obras Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito (Ufes), *campus* de Goiabeiras, e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, sob a condição de não empréstimo, apenas consultas.

Abordando temas variados, a revista *Vida Capixaba* mostrou ao seu leitor a sociedade capixaba e os interesses da elite, conquistando o público de três décadas. A revista circulava na capital e no interior do Estado, onde mantinha representantes. Ela também era vendida de forma avulsa no Rio de Janeiro, capital federal, nos jornaleiros da Galeria Cruzeiro e do Largo São Francisco de Paula, esquina da rua do Ouvidor.

As suas matérias trouxeram à tona valores e concepções acerca do ensino naquela época e sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, que dividia as suas obrigações de esposa, mãe e dona-de-casa com a profissão de professora, a considerar as reportagens e fotografias divulgadas na revista.

A publicação da revista *Vida Capixaba* faz parte da história da imprensa no Espírito Santo. Se constituiu, em 1840, com o aparecimento da primeira tipografia em Vitória, tornando viável, embora de forma precária, a fundação da imprensa escrita. Os pasquins manuscritos que circulavam até

⁷⁷ O Espírito Santo (ES) com os estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) formam a região Sudeste. A capital, a cidade de Vitória, é constituída por uma área continental e por várias ilhas, abrangendo 81 km² de área física. É conhecida como Cidade Presépio. Também foi chamada de Ilha do Mel pelos indígenas que aqui habitavam.

então deram lugar à publicação do primeiro jornal impresso — *O Estafeta*.

Muitos jornais marcaram presença na história da imprensa capixaba. O professor Heráclito Amâncio Pereira, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, apresentou uma pesquisa acerca da imprensa no Espírito Santo, no período de 1840 a 1926⁷⁸, relatando publicação de jornais, almanaques, periódicos, anais oficiais e particulares. Apesar, de para a época, a mídia impressa era significativa, muitos deles não passaram da publicação de um único número.

Das revistas publicadas nesse período, a *Vida Capixaba* foi a que permaneceu mais tempo no mercado e, por sua característica literária, noticiosa e de mundanismo, consolidou formas de ver a sociedade, contribuindo para a formação de um certo imaginário social. Circulou por mais de três décadas e deu visibilidade à figura da normalista da Escola Normal D. Pedro II na década de 1920.

Em seus textos verbais e visuais, além de dar ao leitor condições de obter informações, hoje ela é um arquivo raro que documenta parte da história dos meios de comunicação social e da historiografia do Espírito Santo. Teve vida longa, apesar das dificuldades de editar-se e manter-se uma revista com o seu padrão. O seu Editorial n. 1 justifica a fase organizacional e experimental da revista, almejada para ser duradoura, e não efêmera, quanto tantas que lhe antecederam.

⁷⁸ A referida pesquisa foi publicada na íntegra, em ordem cronológica, com detalhes acerca das características, período de permanência, localização, direção, editoração, número de páginas e outras peculiaridades, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. VI. Victoria – Typographia Coelho – 1927”.

EDITORIAL N. 1

A Vida Capichaba ahi está. Não é ainda a revista que idealizamos. Do terceiro numero em deante é que ella vestirá a sua roupagem definitiva.

Por enquanto, ainda estamos na trabalhosa phase de organização. Passada, porém, essa época de singulares tropeços, a Vida Capichaba estará em condições de realizar os seus grandes ideaes, de vencer as terríveis hostilidades que se nos prophetizam [...].

Não se justifica a falta de uma revista nesta Capital, que já é uma linda e encantadora cidade de muitos milhares de habitantes [...].

Embora pessoas experimentadas, embora velhos peregrinos da chimêra, que ficaram pelo caminho, nos digam que a nossa iniciativa, devido á famosa indiferença do publico espírito-santense pelas cousas de arte e literatura, terá ephemera duração, aqui estamos para enfrentar o monstro [...].

Não acreditamos, porém, na má vontade do nosso publico com a revista que hoje começa a desempenhar a função que lhe cabe na vida espiritosantense.

O Espírito Santo não pode ser pessimista, não tem essa tão salientada ogeriza pelo progresso literario [...].

Dedicamos a nossa revista á mulher espírito-santense. A mulher ainda é, na vida, a mais ardente protectora da arte e a mais requintada amiga do sonho [...] (VIDA CAPICHABA, 1923a).

A revista *Vida Capichaba* se impôs como integrante da história da imprensa acompanhando, ao longo de sua existência, as mudanças do mundo moderno. Outras transformações ocorreram nos jornais e revistas na época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), revelando dois poderes

fortes: o da dominação e o da propaganda. As notícias do desenrolar da guerra eram esperadas por todo o mundo, aumentando, de forma considerável, o número de páginas dos jornais e revistas, que elevaram assim o consumo de papel. Após esse período, diminuíram-se as tiragens, sendo reduzidas as páginas das revistas e jornais, com esvaziamento de tipografias e redações, com a consequente redução do número de jornais e revistas em circulação no mundo.

Passada a fase crítica pós-guerra, as mudanças na sociedade, nos anos 1920, provocaram grande avanço na produção de revistas e jornais, bem como nas relações das pessoas. Também o movimento modernista, consolidado com a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922 no “Theatro Municipal”, em São Paulo, apresentou importantes desdobramentos, inclusive no âmbito político e econômico, tendo a imprensa como propagadora desses processos.

A construção histórica da imprensa nos mostra de maneira linear as fases por que passaram os periódicos num determinado espaço social e também possibilita perceber o complexo sistema de relações que envolvem o aparecimento e o desaparecimento das publicações, considerado um elo que vai do produto ao leitor, passando pelas formas de apropriação das mensagens.

No período de 1930-1945 — ditadura Vargas, travestida de Estado Novo —, a imprensa no Brasil esteve sujeita a uma censura rígida, conduzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁷⁹, e a censura se encarregou de invadir as redações dos jornais, fechar as suas oficinas e prender os jornalistas, inclusive do jornal *O Estado de São Paulo*. Apesar

⁷⁹ “A sigla correspondia bem às atividades do órgão, que clandestinamente promovia comícios e manifestações públicas de interesse do Governo, bem como se ocupava com a imprensa procurando mantê-la dentro dos limites do interesse da ditadura” (PESSALI, 1992, p. 14).

Latinidade

desse tumultuado contexto, nasceram os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, que entraram no universo da comunicação num momento de enfrentamento político.

No Espírito Santo, a revista *Vida Capichaba* se manteve no mercado com publicações de assuntos diversos, inclusive de lazer⁸⁰, indo além do registro informativo. Construiu imagens literárias, culturais, festivas e alegres da vida mundana, como as festas carnavalescas, buscando suas relações com a vida social.

A edição comemorativa da revista *Vida Capichaba* (2003, p. 22) registra a sua diversidade nos anos de 1920 a 1940:

A revista *Vida Capichaba* era repleta de informações da sociedade local e de pessoas de destaque no interior do Estado. Tinha muitas fotos das belezas naturais da região, mas, principalmente, das pessoas em evidência na vida política e social da cidade [...]. Outro tema abordado com frequência nos anos 20/30 era o Carnaval. A coluna *Ecos do Carnaval* mostrava fotos e trazia comentários sobre o assunto.

O magazine *Vida Capichaba* ultrapassou quase quatro décadas de publicação. Numa visão avançada, estava sempre acompanhando suas congêneres cariocas: *O Malho*, *A Careta*, *Fon-Fon*, *A Cigarra*, *Jornal das Moças* e *Vida Doméstica*. De certa forma, constituiu-se também como parte da história da imprensa nacional.

A imprensa capixaba viu a fundação e o desaparecimento de muitos jornais e revistas, registrando significativo movimento nas publicações em diversos municípios do estado, nos anos 1920, mas somente o periódico *Vida Capichaba* registrou o cotidiano da alta sociedade e se fez presente no

⁸⁰ O sentido etimológico da palavra “lazer”, criado desde os tempos áureos da civilização romana, designava as práticas culturais alegres e festivas, consideradas lícitas e permitidas.

contexto social e cultural do Espírito Santo de 1923 a 1957. O registro dessas festas possibilitou constatar que a Escola Normal se articulava com vários segmentos da sociedade capixaba por meio das suas atividades escolares e cívicas.

A festa, como prática social e cultural, própria do mundo da escolarização, enseja sentidos e significações, dada a sua carga simbólica representada por rituais de formatura, desfiles escolares, torneios esportivos, apresentação de peças teatrais, gestos das danças e música, constituindo-se em atividades educativas. Tinha como objetivos a participação das alunas, a revelação de talentos e a interação com a sociedade em diversos níveis. Também justificava, de certa forma, mostrar o que se aprendia nas aulas de canto orfeônico e de ginástica.

Figura 2 – Apresentação do Coro Orfeônico das normalistas da Escola Normal D. Pedro II, no Teatro Carlos Gomes, em Vitória, em 5 set.1929



Fonte: *Vida Capichaba* (1929c).

Em Vitória, a revista *Vida Capichaba* circulava entre a elite e a classe média, tornando-se um referencial para seus leitores. Relatava acontecimentos culturais do Brasil, da capital e do interior do Espírito Santo. Festas sociais, como o carnaval, batizados, casamentos, concursos de rainhas e de misses estavam sempre em destaque nas páginas do magazine. Os seus proprietários também promoviam eventos e concursos. Entre os mais concorridos, encontravam-se os de beleza, os concursos infantis e de “fealdade”, abertos à participação da sociedade. A divulgação dos concursos era maciça e competitiva, ocupando uma página inteira. Ainda era uma forma de lazer e os resultados parciais e finais eram divulgados na revista. Havia os cupons para a votação, que poderiam ser remetidos via correio, uma inovação para a época.

Notadamente a disciplina fazia parte da educação formal das alunas da Escola Normal D. Pedro II⁸¹, registrada na maioria das fotografias publicadas na revista *Vida Capichaba* na década de 1920 e que ilustram este trabalho de pesquisa, como também presentes em textos que realçam o caráter disciplinador da escola. A prática disciplinar se fazia por meio de mecanismos de controle de condutas, revelando a exigência da escola, demonstrada por uma prática educativa autoritária e conservadora, que inibia a construção gradual de liberdade, apesar do modernismo instalado nessa década. O silêncio era exigido em todos os ambientes, inclusive nas filas de entrada para as aulas. O horário de entrada era rigoroso, não sendo permitido descumpri-lo.

Na coluna *Notas Soltas* da revista *Vida Capichaba* n^o 129, de 14 de junho de 1928, o autor se refere a uma apresentação das normalistas como “[...] um conjunto escolar assim tão

⁸¹ A escola tinha, em seu quadro de funcionários, a função de inspetora das alunas.

disciplinado e homogêneo [...]” porque excedeu o espetáculo a todas as previsões: “Pelo caráter disciplinador da escola já era esperado, uma apresentação com disciplina, mas esse *espetáculo*, foi além da expectativa do público” (VIDA CAPICHABA, 1928).

De forma específica, o contexto escolar apresenta seu próprio conjunto de padrões de representações, conforme é possível constatar a partir dos registros fotográficos aqui constituídos pela revista *Vida Capichaba*. As fotografias nos oferecem recortes da realidade de acordo com as formas pelas quais as sociedades se permitiram representar. A produção do registro fotográfico obedece ao universo simbólico de cada grupo social, cultural e profissional.

A fotografia permite análise e produz materialização documental no espaço e no tempo. A materialização se resume na relação do/da documento/representação, que é indissociável. Refletir sobre a materialidade escolar significa pesquisar as normalistas e as políticas educacionais que tornaram possível a sua inserção no magistério, tornando-as professoras do ensino primário. Em sua trajetória profissional, a normalista, no exercício de suas funções de professor público, não iria apenas instruir, “[...] mas principalmente educar, tornar o brasileiro apto para concorrer para a prosperidade e grandeza da Patria pelo trabalho e pela pureza de caracter” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1926).

Como fonte documental, a fotografia⁸² pode facilitar a compreensão de questões relativas à determinada época,

⁸² Divulgada oficialmente pelos franceses em 1839, pela Academia de Ciências Francesa, a fotografia, por muito tempo, serviu tão somente para fornecer modelos aos gravadores e litógrafos. A grande tiragem das fotografias ocorreu por meio da fotografia química, em 1850. No Brasil, chegou com a família real. D. Pedro, um grande admirador das artes, adquiriu uma das primeiras câmeras de que se têm notícias e contratou

porque permite múltiplas possibilidades de investigação, constituindo um leque de informações para o pesquisador, e “[...] de todas as estruturas de informação a fotografia seria a única a ser exclusivamente constituída por uma mensagem ‘denotada’ que esgotaria totalmente seu ser; [...] a descrição de uma fotografia é, ao pé da letra, impossível [...]” (BARTHES, 1990, p. 14). A imagem visual vai além dos limites da palavra escrita, convertendo-a em uma forma específica de comunicação. A fotografia, numa reportagem de revista ou jornal, pode constituir-se num testemunho da realidade.

Por sua vez, a educação construía a mulher a partir de suas virtudes: conduta moral que deveria ser ilibada, responsabilidade na formação de caráter dos filhos, exemplar desempenho no magistério — profissão aprovada pela sociedade, porque lhe sobrava tempo para se dedicar à família. Enfim, a imagem da mulher era construída com um misto de doçura, coragem e paciência.

A revista *Vida Capixaba*, em sua Edição Comemorativa (2003, p. 13), reforça essa análise:

[...] O espaço que elas ocupavam na sociedade estava sempre em destaque no periódico, desde o seu surgimento, onde enaltecia os valores culturais e morais delas como formadoras da sociedade, no papel de esposas e mães, como verdadeiros alicerces da família. Mas, quase sempre eram lembradas por sua fragilidade.

As mulheres capixabas, às quais se refere à revista, haviam passado pelos bancos escolares da Escola Normal D. Pedro II, formadora da normalista nos anos 1920. Na Figura 3, observamos que as normalistas buscam, no enquadramento, maneiras de sobressair: olhando diretamente para a câmara

profissionais para fotografar o país. Era uma das grandes novidades surgidas no final do século XIX.

fotográfica ou chamando a atenção por seu comprometimento educacional, profissional e social.

Figura 3 – Normalistas diplomadas pela Escola Normal D. Pedro II, em dezembro de 1924



Professoras diplomadas pela E. Normal em dezembro último

Fonte: Vida Capichaba (1925).

A Escola Normal D. Pedro II era considerada, pelos responsáveis pelas políticas educacionais e pela sociedade, um modelo de educação na formação de professores para a atuação no ensino primário, em substituição aos leigos que ocupavam as cadeiras de professor nesse nível. A escola ainda permaneceu no imaginário daquelas moças que receberam ensinamentos para serem boas esposas, boas mães e professoras responsáveis e cumpridoras de suas atividades na formação escolar, social e cívica dos seus alunos.

A representação da normalista, dada a ler e a ver nos anos de 1920, com a visibilidade estimulada pelo periódico *Vida Capichaba*, favoreceu, no período da pesquisa, o diálogo entre a comunicação e a História em um contexto envolto de pluralidade e contradições, refletido na revista de maior

circulação na época no Espírito Santo, salvaguardando a legislação que regia o ensino.

Com a Lei n. 113, de 12 de junho de 1867, o liceu aqui instalado passou a chamar-se Colégio Espírito Santo, frequentado por 325 meninos. Com novo plano e organização, foi instalado em 2 de março de 1868, até a sua organização definitiva em Escola Normal para a formação do professorado, o que se concretizou pelo Decreto nº 674, de 6 de dezembro de 1869, que o transformou em Colégio Normal Nossa Senhora da Penha⁸³, criando-se o Curso Normal com a finalidade de habilitar professores para o ensino primário, iniciado com 38 meninas.

O presidente da província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, autorizou o contrato de uma senhora de “*exemplar conduta*” para ser “preceptora” das alunas. A partir desse encaminhamento, somando aos esforços dos educadores e dos dirigentes, foi criada a Escola Normal no Espírito Santo. A obrigatoriedade da frequência foi imposta como condição

⁸³ O missionário Frei Pedro Palácios chegou às terras capixabas no ano de 1558, trazendo, segundo a lenda, um manto milagroso com a imagem de Nossa Senhora que trazia num painel, que o acompanhava em sua “gruta”, onde morava levando vida de ermitão. “No sopé do morro da Penha, no lado da enseada de Vila Velha, está a chamada ‘Gruta de Frei Pedro Palácios’. Conta-se, por tradição, que nessa espécie de gruta morava Palácios, enquanto não se construiu o hospício no cume do morro, tendo por únicos companheiros um preto que o servia, um cachorrinho e um gato” (Extratos, 262; efr. Prov. E. Santo, 72, NEVES, 1958, p. 13). “Em 1923, o naturalista alemão Konrad Guenther estava viajando ao longo da costa brasileira. No trajeto da Bahia para o Rio de Janeiro, seu navio ancorou no porto de Vitória, capital do pequeno estado do Espírito Santo: “[...] Se Guenther entrasse na baía de Vitória hoje, veria o primeiro convento que lhe chamou a atenção: o famoso convento de Nossa Senhora da Penha, construído no século XVI, e que fica no município de Vila Velha. É o mais importante santuário do Estado, e Nossa Senhora da Penha é padroeira do Espírito Santo” (BANCK, 1992, p. 18). Ao longo dos anos, atribui-se nome de escola, bairro, avenida e outros lugares em homenagem à santa milagrosa.

aos que aspiravam ao magistério. Não era admitido em concurso aquele que não comprovasse ter frequentado o mínimo de um ano a Escola Normal.

No ano de 1879, Dr. Elizeu de Souza Martins, presidente da província, construiu a Casa de Instrução Pública, instituição laica e pública. Assim, a Escola Normal acolheu a mulher como aluna e futura profissional, valorizando a sua atuação na expansão da escolarização. Nesse contexto, as elites procuram garantir às mulheres o direito à educação.

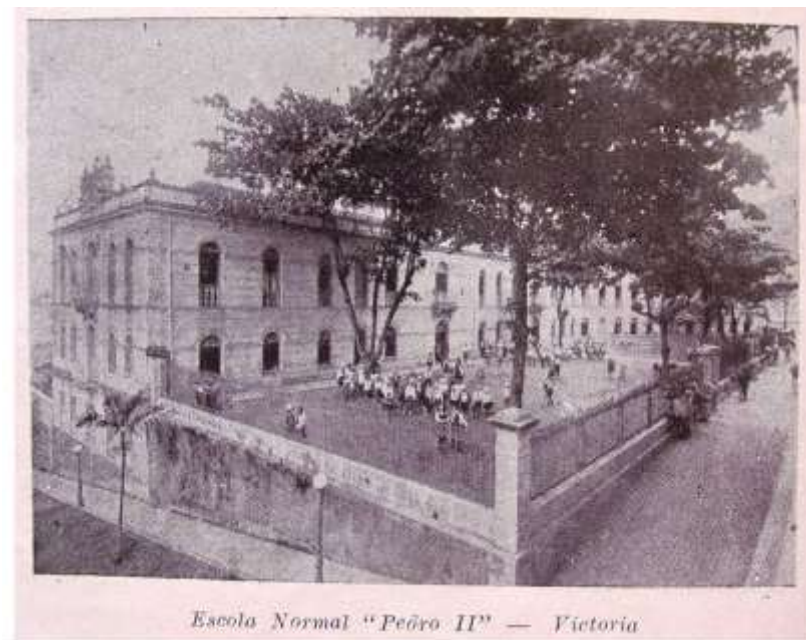
No entanto, segundo a historiografia local, as primeiras leis aplicadas ao ensino no Espírito Santo foram elaboradas pelo presidente da província, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, que governou a província do Espírito Santo de 1892 a 1896, baixou o Decreto nº 4, de 4 de junho de 1892, criando oficialmente a Escola Normal. Tratou o Governo de aparelhar o educandário com material de ensino científico. A Escola Normal, desde a sua criação, enfrentou processos de acertos e desacertos com períodos de expansão e de extinção, estando à mercê dos interesses públicos e das políticas educacionais.

A partir da reforma educacional de Leôncio de Carvalho, as escolas normais começaram a desempenhar, de forma efetiva, o seu papel na sociedade brasileira.

Objeto de várias iniciativas no decorrer do Império, a Escola Normal, firma-se definitivamente nas várias regiões brasileiras, a partir da reforma de Leôncio de Carvalho (1879). Marcada fundamentalmente pelo modelo positivista, sua instalação pelos poderes públicos provinciais teve de se acomodar ao ensino secundário essencialmente masculino e voltado para a preparação para o ingresso no ensino superior, então existente na educação brasileira (BARRETO, 2001, p. 203).

Em 1925, passou a chamar-se Escola Normal D. Pedro II, em homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento se comemorava naquele ano.

Figura 4 - Edifício da Escola Normal D. Pedro II



Fonte: Vida Capichaba (1930).

As práticas e as representações escolares, também entendidas como atividades sociais da Escola Normal D. Pedro II, eram produzidas por professores e normalistas, em relação com a sociedade local, incluindo exposições de trabalhos manuais, descritas a seguir.

Na disciplina Trabalhos Manuais, as alunas tinham de desenvolver certas habilidades práticas no trato com as agulhas, costurando e bordando toalhas, guardanapos, confeccionando cestas, bonecas, objetos do seu ambiente doméstico — donas-de-casa. Dada a importância desses trabalhos produzidos pelas alunas, a Escola promovia uma

exposição⁸⁴ que era divulgada na revista *Vida Capixaba*, marcada pela presença de autoridades e personalidades da sociedade capixaba nos anos 1920. Era um evento muito concorrido e visitado por professores, familiares das alunas e pela sociedade em geral, tornando a escola um lugar frequentado por outros atores sociais.

Geralmente o diretor era fotografado junto aos trabalhos antes da abertura da exposição, que fazia parte do álbum de fotografias e do imaginário social. Em um dia solene, a programação e a arrumação eram elaboradas com esmero, dado o brio dos trabalhos e a importância atribuída aos visitantes. Esses acontecimentos davam visibilidade à escola, pois proporcionavam movimentação interna e externa no contexto social. As atividades curriculares, cívicas e sociais organizadas pela Escola Normal D. Pedro II se constituíram em marcas que se estabeleceram na memória de professores, alunos e de todos que participaram da sua realização.

⁸⁴ As festas escolares e as exposições de trabalhos eram publicadas nos jornais locais que antecederam a revista *Vida Capixaba*, como o *Diário da Tarde*.

Latinidade

Figura 5 – Exposição de trabalhos manuais das alunas da Escola Normal D. Pedro II



Fonte: Vida Capichaba (1929d).

Dessa forma, a escola oferecia às alunas, tidas como moças de famílias, a oportunidade de participarem de eventos que combinassem docilidade e abnegação, embora não fosse o ideal de todas as mulheres da época, suggestionadas pela modernidade que se instalava.

O magazine *Vida Capixaba* permaneceu, por toda a década, construindo imagens de alunas responsáveis e disciplinadas por deixarem “optima impressão” à sociedade capixaba, vestidas de azul e branco.

As alunas da Escola Normal D. Pedro II destacavam-se na sociedade. Por sua vez, Franco (2001, p. 228) chama a atenção para o fato de que as [...] alunas da Escola Normal D. Pedro II destacavam-se na sociedade. “Aluna que usa uniforme da Escola Normal ‘Pedro II’ é um símbolo de disciplina dentro dos quatro cantos do educandário e mesmo nas ruas sempre garbosamente”⁸⁵. Por sua vez, Franco (2001, p. 228) observa que o controle [...] não se restringia à área interna da escola. As alunas eram fiscalizadas até mesmo na rua. Podiam ser repreendidas por ações consideradas não desejáveis em dia e horário fora do ambiente escolar.”

A normalista despertava a atenção pela sua postura de orgulho ao envergar aquela “farda” inconfundível. Nos desfiles escolares e nas apresentações culturais, o uniforme se destacava, pela harmonia na composição de suas peças.

⁸⁵ Recorte do jornal *A Gazeta*, Vitória, ES, [197-], arquivo particular da professora Maria do Carmo Marino Schneider, que foi aluna da Escola Normal D. Pedro II na década de 1960 e diretora nos anos 1970, quando passou a Instituto de Educação “Professor Fernando Duarte Rabello”.

Figura 6 – Alunas da Escola Normal D. Pedro II



Escola Normal de Victoria, diplomandas de 1923.

Fonte: Vida Capichaba (1923).

A revista *Vida Capichaba*, por meio de sua página *Vida Sportiva*, também deu visibilidade às equipes formadas por normalistas que participavam de jogos representando a Escola Normal D. Pedro II em torneios e outras atividades esportivas.

Figura 7 – Texto jornalístico: Uniformes escolares



Fonte: Vida Capichaba (1929b).

As normalistas eram reconhecidas em qualquer parte da cidade pelo seu uniforme e tinham orgulho em usá-lo. Nas comemorações e paradas cívicas, o desfile dessas alunas uniformizadas era destaque e esperado por um grande público. Mesmo nas competições esportivas, o uniforme usado pelas normalistas da Escola Normal D. Pedro II era discreto, tradicional e disciplinador. O estímulo ao desenvolvimento intelectual e físico das alunas e a sua participação em competições era uma motivação que envolvia autoridades, famílias e a sociedade em geral.

Latinidade

A disciplina que a escola exigia das alunas, em qualquer lugar que se apresentassem, era admirada pela sociedade local. Pelas notas jornalísticas, podemos observar que essas ações simbolizadoras eram organizadas com a participação dos professores de Educação Física e contribuíam para o desenvolvimento físico das alunas por meio da prática esportiva.

Figura 8 – Normalista Nair Pereira, *captain* do *team* da Escola Normal D. Pedro II



Fonte: Vida Capichaba (1929a).

O corpo docente era constituído de lentes, catedráticos e professores, que eram vitalícios, quando aprovados em concursos, e recebiam salários superiores aos de um professor primário. Cumpriam as seguintes obrigações: assinar ponto, chegar com antecedência para as aulas, cumprir o programa letivo e manter a sala disciplinada. Ainda tinham o compromisso de “[...] incentivar nos alunos o amor à pátria, a obediência à lei, o respeito às pessoas, o gosto pelo trabalho, o sentimento de justiça, o amor à verdade, enfim, formar o bom caráter dos alunos [...]” (FRANCO, 2001, p. 229).

De acordo com o imaginário social⁸⁶ republicano, a formação da normalista, sob a responsabilidade de lentes e catedráticos, com práticas escolares destinadas à profissão docente, deveria estar sob a responsabilidade da escola pública. As crianças, alunas da escola primária, deveriam receber formação dessas professoras normalistas, segundo preceitos da sociedade moderna, numa expectativa de socialização, o que significa que o campo educacional conservador convivía com ideias renovadoras.

A reorganização da sociedade, agora republicana, possibilitou que a escolarização aparecesse como necessidade e meta almejada por aqueles que viam na formação da normalista uma expansão do ensino, levando a escola elementar ao povo.

O século XX foi uma época de rupturas, quando se procurava construir uma educação menos informativa e mais inovadora, apontando ao ensino, embora com poucos resultados, currículos baseados em valores que fomentavam a criatividade, a iniciativa e a liberdade de expressão. Esses

⁸⁶ Imaginário social é a base, o eixo norteador no qual uma sociedade elabora a imagem de si mesma, do universo em que vive, permitindo discutir suas funções, necessidades e limites. São as representações sociais de um conjunto social e as suas significações.

Latinidade

currículos estariam contribuindo para a formação de profissionais que, além de competentes, perceberiam em seu trabalho uma forma de desenvolverem em seus alunos o gosto pela estética, base cultural para a formação de um novo cidadão.

A inserção da mulher na vida política e nos movimentos modernistas não rompeu o ideário republicano impregnado de contradições e envolto de estereótipos sobre a mulher. Na década de 1920, havia uma campanha nacional em prol da erradicação do analfabetismo no Brasil, como compromisso ético e patriótico. A formação de normalistas, embasada em currículos e nas práticas escolares, estava prevista nas políticas públicas. Os professores leigos seriam substituídos por normalistas formadas pela Escola Normal D. Pedro II, cuja cerimônia de colação de grau era esperada por toda sociedade capixaba, diante importância desse momento regulado por um imponente ritual.

Figura 9 – Cerimônia de Colação de Grau das alunas da Escola Normal D. Pedro II, em 1928



Fonte: Vida Capichaba (1929a).

A Figura 9 representa uma tomada central do público que assistia à formatura no Salão Nobre da Escola Normal D. Pedro II. Todos parecem estar atentos à leitura do discurso da oradora da turma. Sentadas nas primeiras filas, as formandas já estão de posse de seus diplomas classicamente enrolados e amarrados com uma fita. O ato de colação de grau, realizado no Salão Nobre da escola, era presenciado pelas mais altas autoridades do Estado: governador, secretários, prefeito da capital, autoridades do serviço público, toda a congregação da escola, o que traduz a significação social da cerimônia. Embora os componentes da mesa estejam flagrados de costas, identifica-se o arcebispo do estado presente à solenidade.

A elite, centrada no poder público e na Igreja, se fazia presente nas festas escolares da Escola Normal D. Pedro II, que eram registradas pela revista. A Figura 10 tende a flagrar as autoridades na composição da mesa: civil, militar e religiosa. A Igreja se faz representar pelo bispo da Arquidiocese do Espírito Santo, Dom Benedicto Paulo Alves de Sousa. Em segundo plano, as alunas uniformizadas aparecem no palco. Essa fotografia mostra o prestígio da Escola Normal D. Pedro II, tendo em vista a lotação do Salão Nobre.

Figura 10 – Formatura da Escola Normal D. Pedro II



Fonte: Vida Capichaba (1926).

Dessa forma, o processo de identificação da mulher com a atividade docente foi instaurado a partir da feminização do magistério e também reforçado pelo fato de receberem salário pouco compensador, o que afastava os homens do desempenho da profissão, também por ser um dos poucos campos de trabalho aberto à mulher.

O magazine *Vida Capichaba* retratou amplamente as professoras normalistas, profissão legada à mulher por suas características ditas de “docilidade” no trato com as crianças, “responsabilidade e abnegação”. Essa visibilidade reafirmou de forma significativa as concepções de um modelo conservador republicano de educação, no período de 1923 a 1929, ditado pelas elites atreladas às oligarquias da cafeicultura, numa perpetuação do conservadorismo, que se revezou no poder até 1930.

As elites oligárquicas desejavam um ensino conservador que mantivesse os padrões de comportamento condizentes

com suas aspirações e não comprometesse a estrutura social vigente. Por serem contrárias à ideia da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha como proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prendadas e boas donas-de-casa. A Escola Normal D. Pedro II, ao longo de sua existência, viu passar centenas de turmas de alunas e presenciou movimentos sociais e culturais que aqueceram as políticas educacionais do Espírito Santo.

Referências

BANCK, A. Geert. Vitória: espaço simbólico. *Revista Você*, Vitória, ano 1, p. 17-29, 1992.

BARRETO, Sônia Maria da Costa Barreto. *Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930): um olhar histórico*. Vitória: Edufes, 1999.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, 1 dez. 1926.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 297 f. Tese (Doutorado em História de Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NEVES, Guilherme Santos. *História popular do Convento da Penha*. Vitória: Cooperativa Editora “Livros do Espírito Santo”, 1958.

PESSALI, Hesio. A imprensa no Espírito Santo. *Revista de Cultura da Ufes*, ano IX, n. 28, p. 7-22, 1984.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Espírito Santo). *Colonização do solo espírito-santense: 467 anos*. Vitória, 2001.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 1, abr. 1923a.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 8, out. 1923b.

Latinidade

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 37, jan. 1925.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 83, dez. 1926.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 129, jun. 1928a.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 156, jan. 1929a.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 176, maio 1929b.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 196, out. 1929c.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 206, dez. 1929d.

VIDA CAPICHABA. Vitória, n. 252, nov. 1930.

VIDA CAPICHABA. Vitória. Edição comemorativa, abr. 2003.

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022

Educação e Saúde de Adolescentes da FIA na Pandemia de Covid-19

Vânia Morales Sierra
Aline Capistrano do Amorim
Emanuele Silva e Silva

Resumo

Durante a pandemia de Covid-19, a saúde e a educação dos mais jovens foram debatidas nas mídias em decorrência da suspensão das aulas e da transmissibilidade do vírus. Poucos foram os estudos específicos realizados com adolescentes. Na Fundação da Infância e da Adolescência, foi feito um levantamento com 483 adolescentes, de idade entre 15 a 17 anos, mediante um questionário autoaplicável, distribuído remotamente aos alunos do Curso de Formação do Programa de Trabalho Protegido na Adolescência, no ano de 2021. O objetivo consistiu em conhecer o perfil dos estudantes e a percepção deles com relação à própria saúde, à educação, à situação financeira da família e às suas expectativas de futuro. Como resultado, identificamos que a maioria é negra, evangélica, estudante do Ensino Médio no Sistema Público de Ensino. Com relação à saúde, a maior parte (64,3%) considerou que durante a pandemia teve pelo menos um dos sentimentos negativos como ansiedade, depressão, estresse ou solidão. Apenas 11,6% tiveram ciência de ter contraído Covid-19. Quanto à educação, 38,5% estavam no ensino presencial. Considerando a situação financeira, 43,9% afirmaram que a situação ficou pior do que antes da pandemia.

Resumen

Durante la pandemia de Covid-19, la salud y la educación de los más jóvenes fueron debatidas en los medios de comunicación debido a la suspensión de clases y la transmisibilidad del virus. Se realizaron pocos estudios específicos con adolescentes. En la Fundación de la Niñez y la Adolescencia se realizó una encuesta a 483 adolescentes, con edades comprendidas entre 15 y 17 años, a través de un cuestionario autoadministrado, distribuido de forma remota a los alumnos del Curso de Formación del Programa de Trabajo Protegido en Adolescencia, en 2021. El objetivo era conocer el perfil de los estudiantes y su percepción de su propia salud, educación, situación financiera de la familia y sus expectativas para el futuro. Como resultado, identificamos que la mayoría son estudiantes negros, evangélicos, de secundaria en el Sistema de Educación Pública. En cuanto a la salud, la mayoría (64,3%) consideró que durante la pandemia tuvo al menos uno de los sentimientos negativos como ansiedad, depresión, estrés o soledad. Solo el 11,6% sabía haber contraído Covid-19. En cuanto a la educación, el 38,5% estaba en educación presencial. Teniendo en cuenta la situación financiera, el 43,9% afirmó que la situación era peor que antes de la pandemia.

Abstract

During the Covid-19 pandemic, the health and education of young people were debated in the media due to the suspension of classes and the transmissibility of the virus. Few specific studies have been carried out with adolescents. At Foundation for children and adolescent, a survey was carried out with 483 adolescents, aged between 15 and 17 years old, through a self-administered questionnaire, distributed remotely to students of the Training Course of

the Protected Work Program in Adolescence, in the year 2021. The objective was to know the profile of the students and their perception regarding their own health, education, the family's financial situation and their expectations for the future. As a result, we identified that the majority is black, evangelical, high school student in the Public Education System. Regarding health, most (64.3%) considered that during the pandemic they had at least one of the negative feelings such as anxiety, depression, stress or loneliness. Only 11.6% were aware of having contracted Covid-19. As for education, 38.5% were in face-to-face teaching. Considering the financial situation, 43.9% said the situation was worse than before the pandemic.

Introdução

O *Programa Trabalho Protegido na Adolescência* é uma política complementar a formação educacional voltada à redução da vulnerabilidade social dos adolescentes. Seu objetivo central é a defesa dos direitos dos adolescentes que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social, mediante a oferta do curso de formação e de estágio, em instituições públicas ou privadas, de modo a acompanhar estes adolescentes até que completem os dezoito anos. O objetivo central do Curso de Formação é garantir aos alunos formação integrada entre os saberes disciplinarmente escolares e os conhecimentos aplicados ao mundo do trabalho. (Montuano, 2021).

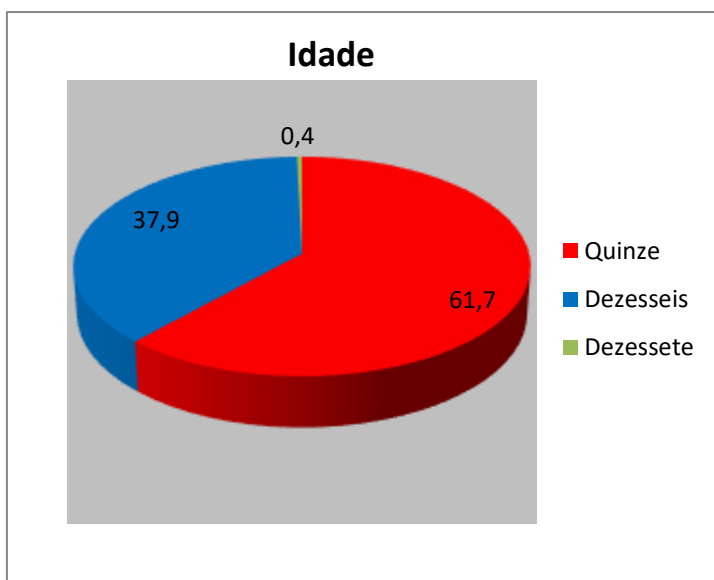
No período entre dezesseis de novembro e dezessete de dezembro de 2021, foi enviado um formulário aos adolescentes do PTPA, solicitando informações sobre educação e saúde durante a pandemia de Covid-19. Dezessete unidades participaram, formando no total 483 alunos que responderam

Latinidade

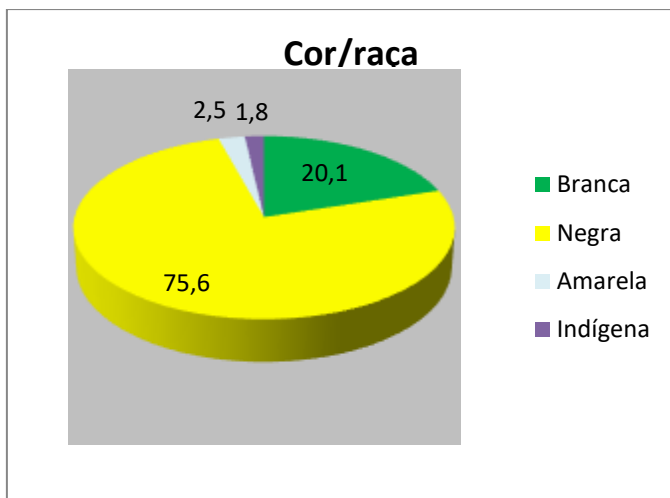
o questionário, o que corresponde a 80,2 % dos alunos matriculados no Curso de Formação do PTPA. Estas informações fazem parte do Relatório de Acompanhamento do PTPA referente ao segundo semestre de 2021.

Os jovens que participaram pertencem às seguintes unidades: São Gonçalo, Campos dos Goytacazes, Cidade de Deus, Duque de Caxias, Ipanema, Itaperuna, Jacarepaguá, Macaé, Macaé, Maracanã, Miguel Pereira, Nilópolis, Nova Iguaçu, Padre Miguel, Piedade, Santa Cruz, São João de Meriti e Vila Kenedy

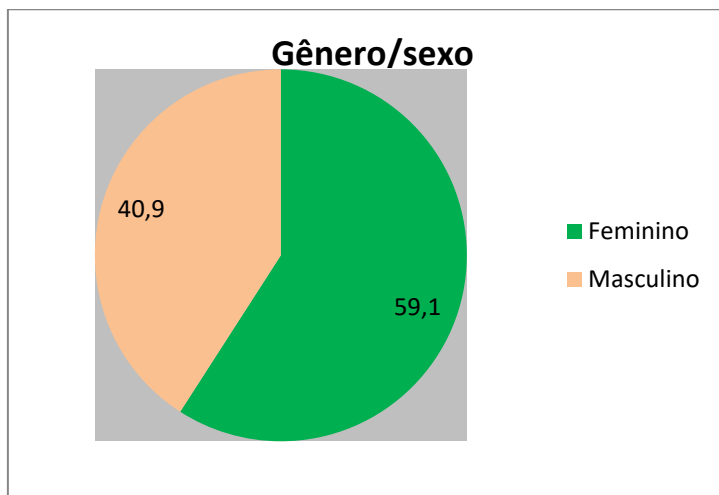
Considerando a idade, a maior parte (61,7%) dos estudantes do Curso de Formação possuía quinze anos:



Com relação à cor/raça, 75,6% dos alunos do Curso de Formação são negros (pretos e pardos), 20% são brancos e 4,3 % amarelos ou indígenas.



Quanto ao gênero/sexo, predominou o feminino com 59,1%. Nenhum adolescente se inseriu na categoria outros.



Considerando a religião, quase metade dos alunos é evangélica. Em seguida aparecem os católicos e os sem religião. Apenas seis alunos afirmaram não acreditar em Deus, porém é

Latinidade

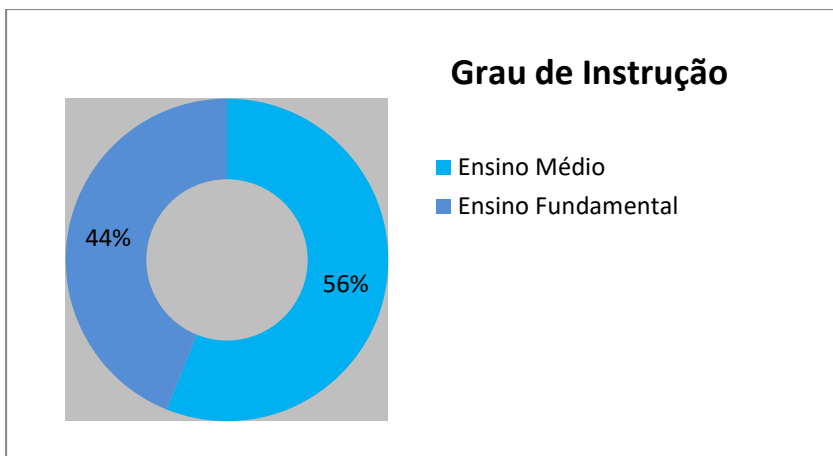
significativo o número dos que declararam não estar vinculados à religião. Na categoria outros, apareceu 2 Wicca, um pefelista e 5 que marcaram outros, sem declarar a sua religião.

Religião	N ^a	%
Protestante e evangélicos	241	49,9
Católico ou católica	120	24,9
Sem religião	85	17,6
Cultos Afros	21	4,4
Outros	4	0,8
Não acredito em Deus	5	1
Espírita Kardecista	3	0,6
Não declarado	4	0,8
Total	483	100

Correlacionando religião com gênero, tivemos entre os meninos 52% de protestantes ou evangélicos, enquanto entre as meninas encontramos 48,5% %. Quer dizer que praticamente a metade do PTPA é protestante ou evangélica, independente de ser menino ou menina.

O segmento evangélico predomina entre os adolescentes, não importa a cor ou a raça. A quantidade de católicos é metade da quantidade de evangélicos. Os sem religião chama atenção, com 17,6% dos adolescentes, que não negam a existência de Deus, mas se recusam a manter o vínculo com alguma instituição religiosa.

Considerando o nível de instrução, como a maior parte dos alunos que ingressa no PTPA possui 15 anos, boa parte deles (44%) está no Ensino Fundamental, mas a maior parte (56%) encontra-se no Ensino Médio.



Perguntados se já abandonaram a escola, a maioria (97,5%) respondeu que nunca e 2,5 afirmaram ter abandonado uma vez.

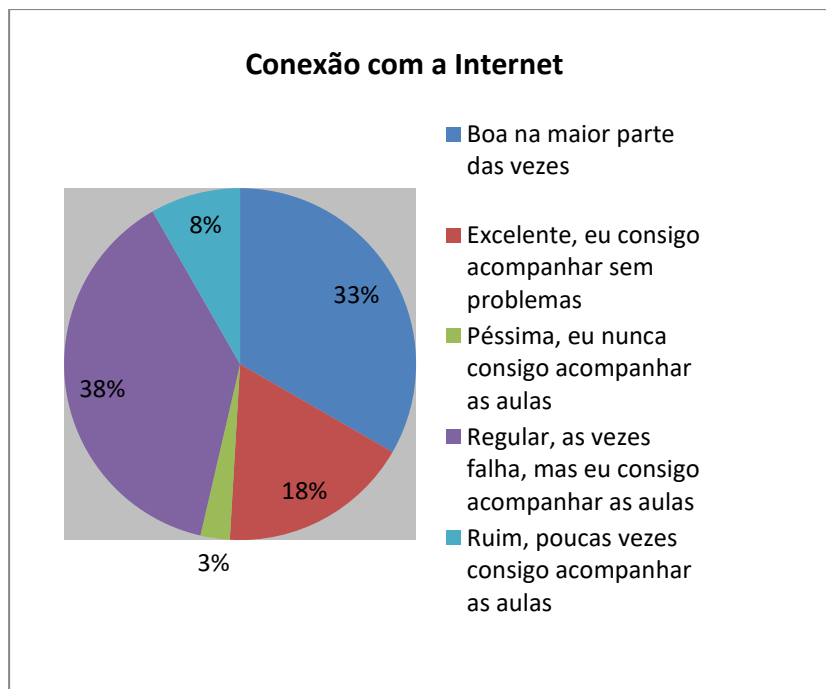
Com relação à forma de ensino em que os adolescentes foram submetidos na Escola Regular, 232 alunos do PTPA tiveram ensino remoto e presencial com ou sem apostilas, o que corresponde a 48,1%. Em seguida aparece o ensino presencial com 38,5% e o ensino apenas remoto com 8,7%. Este dado revela um declínio acentuado de alunos estudando na modalidade de ensino remoto emergencial (ERE), se comparado com os dados do relatório anterior. Na primeira rodada do curso, tivemos 197 alunos, ou seja, 63,1% dos alunos apenas no ERE na Escola Regular. A diferença para este momento é de 54,4% dos alunos que não mais estão apenas no ERE.

Latinidade

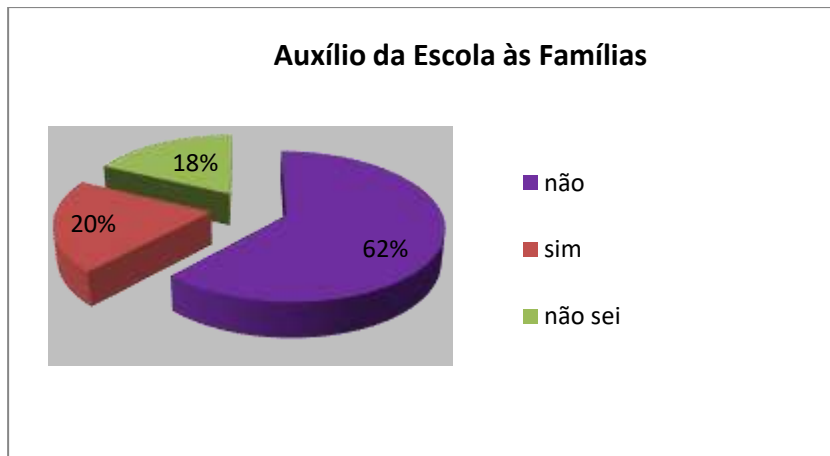
Forma de Ensino na Escola Regular	Nº	%
Apenas ensino remoto	42	8,7
Apostila e presencial	1	0,2
Ensino por apostilas	12	2,5
Ensino presencial	186	38,5
Ensino presencial e apostilas	2	0,4
Ensino remoto e por apostilas	5	1
Ensino remoto e presencial (híbrido)	121	25,1
Ensino remoto, presencial e por apostilas (híbrido)	111	23
Ensino remoto e presencial, a partir do meio deste ano.	3	0,6
Total	483	100

Quanto à conexão com a internet, a maior parte (50,9%) dos alunos considera a sua conexão boa ou excelente, 38% marcaram como regular. Ruim e péssimo tivemos 11%, que conseguiram acompanhar pouco ou nada. Para esses, a alternativa no PTPA foi encaminhar as aulas já gravadas para que pudessem acompanhar o Curso de Formação. Em determinados casos, os alunos foram às unidades educativas do PTPA ou a Shoppings Centers para assistir ou baixar as aulas gravadas⁸⁷.

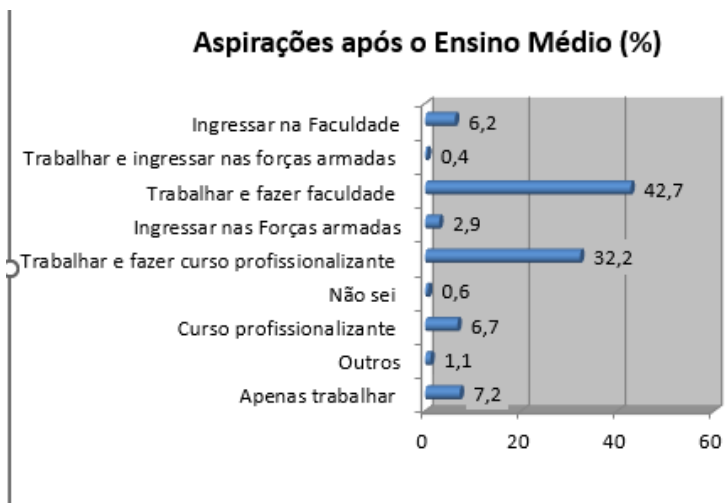
⁸⁷ Informação obtida das reuniões e visitas técnicas às unidades educativas, ao longo deste período do Curso de Formação.



Durante a pandemia, alguns municípios criaram um programa de auxílio às famílias com alunos matriculados nas escolas. No Município do Rio de Janeiro, o Auxílio Merenda de R\$ 55,00 estava sendo repassado aos alunos que optaram pela modalidade de Ensino Remoto no Ensino Fundamental. No Estado, o auxílio foi de R\$100,00. Perguntados se a família recebeu algum auxílio vinculado à escola, os estudantes responderam em maioria que não. A resposta contrasta com o último relatório, quando a maioria se encontrava submetida à modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE).

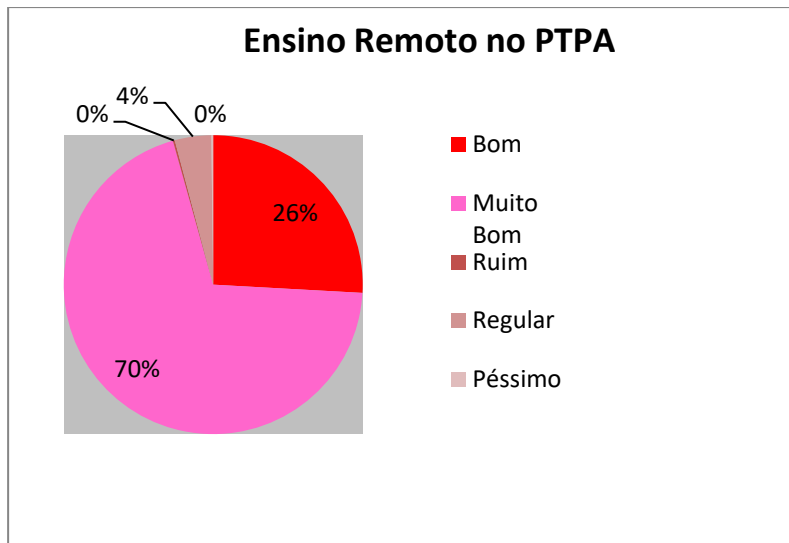


Sobre as aspirações dos adolescentes após a conclusão do Ensino Médio, a preferência foi para trabalhar e fazer faculdade (42,7%), seguida de trabalhar e fazer curso profissionalizante (32,2%). De certo modo a opção por trabalhar foi predominante, aparecendo em 82,5 %. Os estudantes que desejam apenas fazer faculdade ou curso profissionalizante somam 12,9%. A carreira militar também apareceu como preferência de 2,9% dos alunos. Cabe destacar que o empreendedorismo apareceu na categoria outros, e assinalada por apenas um aluno. Além deste, nesta categoria apareceram música e esporte (1 lutador de Jiu-Jitsu e 2 jogadores de futebol).

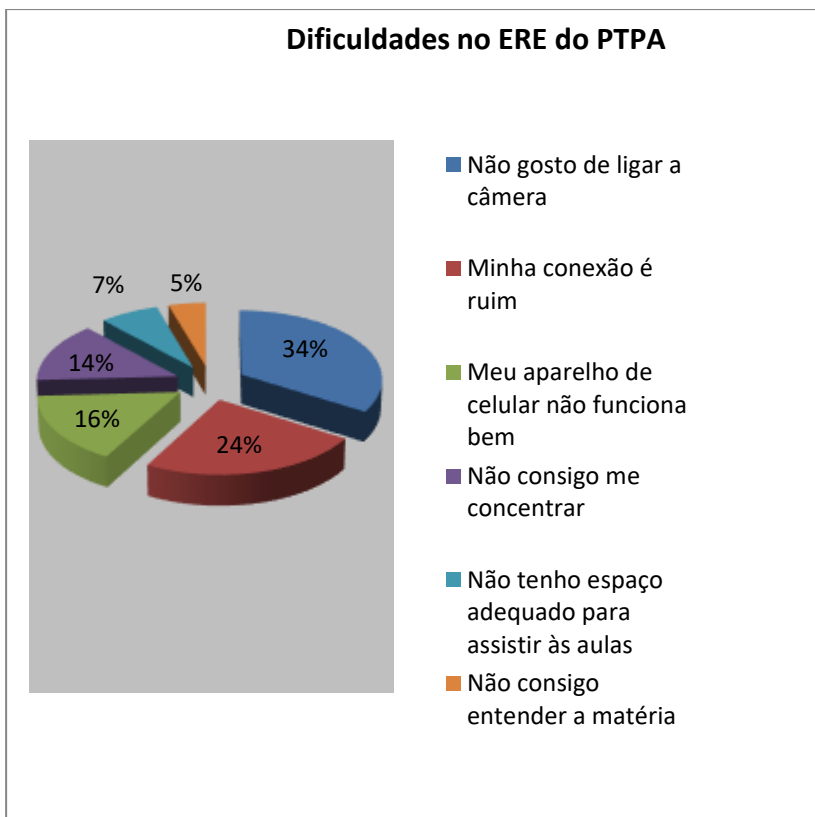


Dos 34 alunos que pretendem apenas trabalhar, 11 são do sexo feminino e 23 do masculino. Entre os 32 estudantes que pretendem fazer curso profissionalizante, 8 são meninas e 24 meninos. Dos 156 que pretendem trabalhar e fazer curso profissionalizante 96 são do sexo feminino e 6 do masculino. Quanto a trabalhar e ingressar na faculdade, 144 são do sexo feminino e 61 do masculino. Somente ir para a universidade, 22 são meninas e 8 meninos. Sobre as Forças Armadas, todos que fizeram menção são do sexo masculino.

Sobre a modalidade de ERE no PTPA, 96% dos alunos do Curso de Formação consideraram o ensino bom ou muito bom, 4% regular e 0,4% ruim ou péssimo.

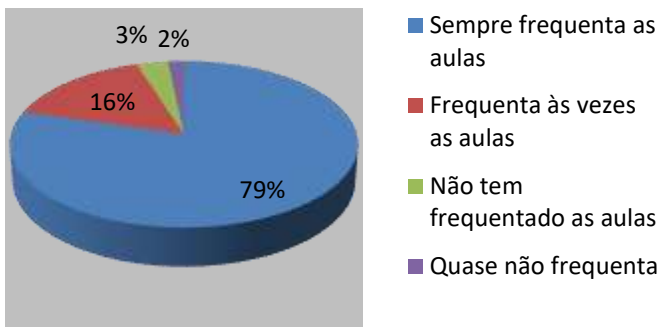


Sobre as dificuldades dos alunos com a adaptação ao Ensino Remoto Emergencial, a principal queixa foi para ligar a câmera, que ficou com 34%. De fato, ligar a câmera é mais do que mostrar o rosto, pois também significa expor o quarto, a família e as suas condições de vida etc. Em segundo, ficou a qualidade da conexão ruim com 24%. Meu aparelho de celular não funciona bem aparece com 16%, não consigo me concentrar, 14%. Não tenho espaço adequado 6% e não consigo entender a matéria 5%.



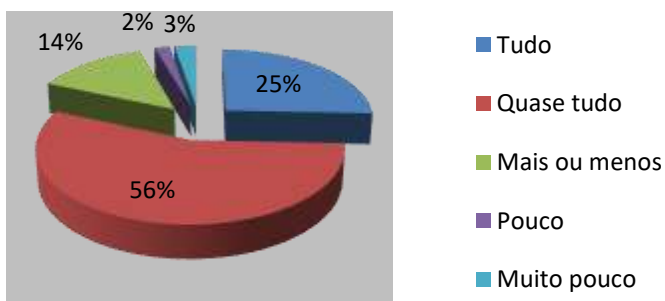
Perguntados sobre a própria frequência às aulas do PTPA, a maior parte (79%) dos alunos marcou que sempre está presente, 16% frequentam às vezes e 5% não frequenta ou acompanha pouco.

Frequência às aulas no PTPA

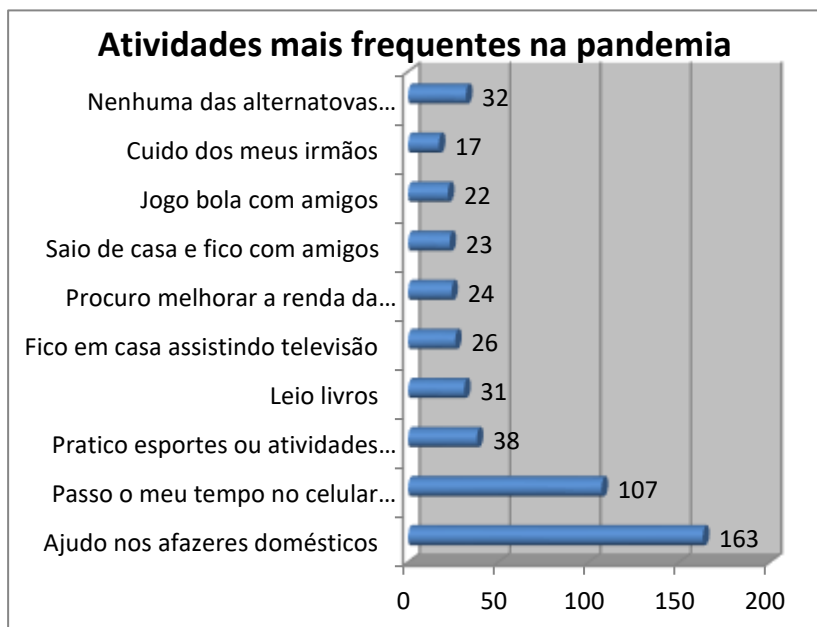


Os estudantes foram perguntados sobre o quanto estavam aprendendo o conteúdo da matéria ensinada no PTPA. Responderam “tudo” ou “quase tudo” 81% dos adolescentes, 14% marcaram que aprendiam mais ou menos e 5% assinalaram que aprendiam pouco ou muito pouco.

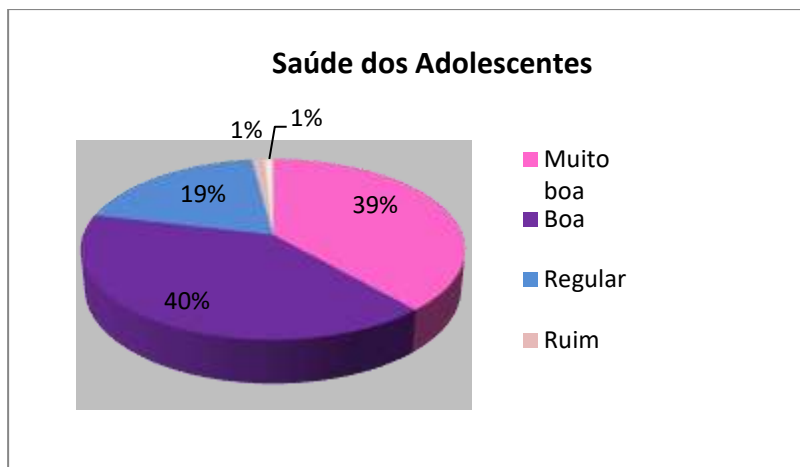
Aprendendo no PTPA



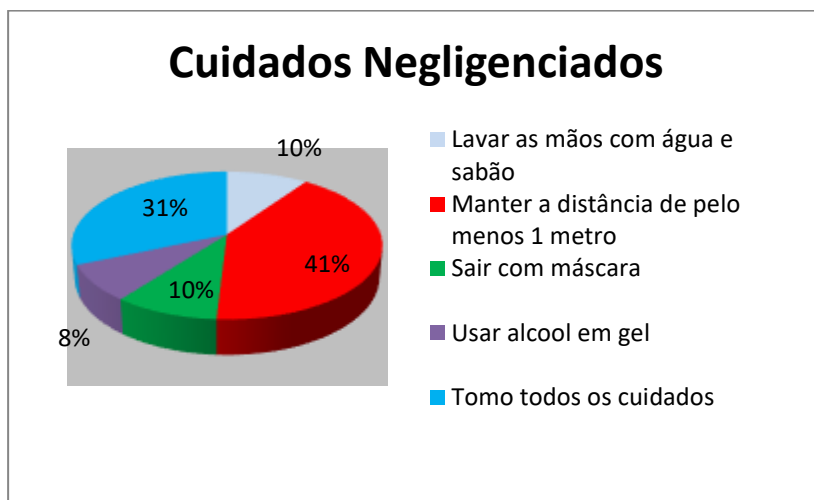
Sobre a pandemia, procuramos saber as atividades que os adolescentes faziam com mais frequência, considerando que no questionário anterior já sabíamos o que eles faziam, mas não tínhamos uma escala de relevância. Neste levantamento, verificamos que a ajuda em afazeres domésticos apareceu com mais frequência, seguida de passar o tempo no celular ou no computador e, posteriormente, a prática de esportes.



A questão sobre como os adolescentes se sentiam com relação à própria saúde foi respondida da seguinte forma: 79% assinalaram que a sua saúde estava boa ou muito boa e 19%, regular. Apenas 2% marcaram que a sua saúde estava ruim ou péssima.



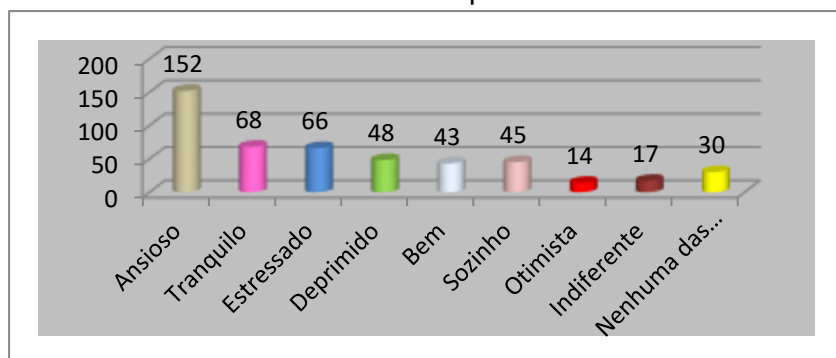
Quanto aos cuidados mais negligenciados na pandemia de Covid-19, 41% dos adolescentes responderam que de todos os cuidados necessários, manter a distância de pelo menos 1 metro dos amigos foi o menos praticado. Contudo, 31% dos adolescentes marcaram que tomaram todos os cuidados para evitar o contágio.



Perguntados sobre como se sentiram durante a pandemia, 311 adolescentes, ou seja, 64,3%, tiveram pelo

menos um dos sentimentos negativos como ansiedade, depressão, estresse ou solidão. 25,9% se sentiram positivos, marcando como resposta “bem”, “tranquilo” ou “otimista”.

Sentimentos na pandemia

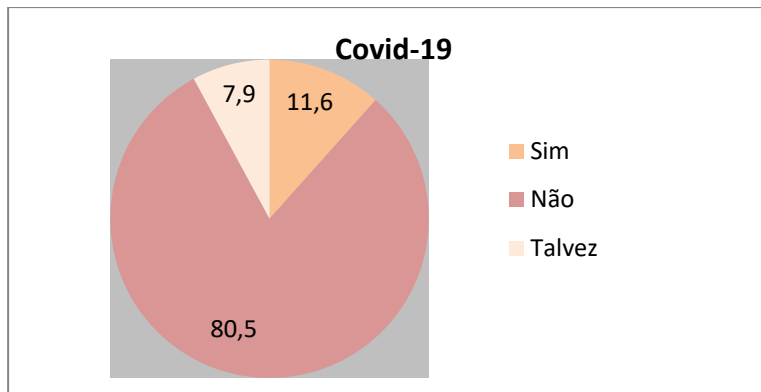


A ansiedade afetou tanto meninos quanto meninas, com uma pequena diferença contando a proporção entre o total de meninos e o total de meninas. Foram 33% dos meninos e 30% das meninas que se sentiram mais ansiosos. As meninas, no entanto, ficaram mais estressadas, registrando 16,5% contra 9,5% de meninos. Com relação à depressão, as meninas aparecem com o dobro do número de meninos, contando 12,6% contra 6%. As meninas também se sentiram mais sozinhas, somando 12,9% contra 4%.

De um modo geral, as meninas tiveram mais sentimentos negativos durante a pandemia, contando 72,1% delas, enquanto os meninos chegaram a 52,8%. A diferença torna-se nítida quando observamos os sentimentos positivos, visto que 38,7% dos meninos se sentiram bem, otimista ou tranquilo, enquanto apenas 17,2%, ou seja, menos da metade das meninas declaram ter sentido algum desses sentimentos durante a pandemia.

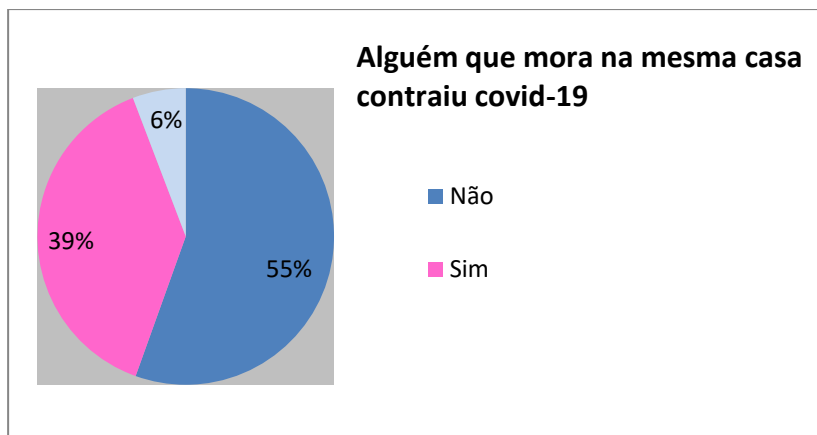
Com relação à Covid-19, a maior parte (80,5%) dos adolescentes afirmou que não contraiu esta enfermidade.

Latinidade



Com relação à raça/cor dos 56 adolescentes que marcaram ter contraído Covid-19, 16 eram brancos, 22 pardos, 17 negros e 1 amarelo. Considerando a proporção em cada raça/cor, temos 16,4% de brancos, 11,2% de pardos, 10% de negros e 8,3% de amarelos. Este resultado indica que uma quantidade maior de brancos teve ciência de que estava infectada com a Covid-19.

É importante reparar que apesar do número de adolescentes que contraiu Covid-19 ser relativamente baixo (11,6%), o número de pessoas que compartilham a mesma residência e contraiu Covid-19 é bem maior, chegando a 39%. A Covid-19 muitas vezes é transmitida por familiares que moram na mesma casa. Como nem sempre estes adolescentes são testados, fica a dúvida sobre se foram ou não infectados.



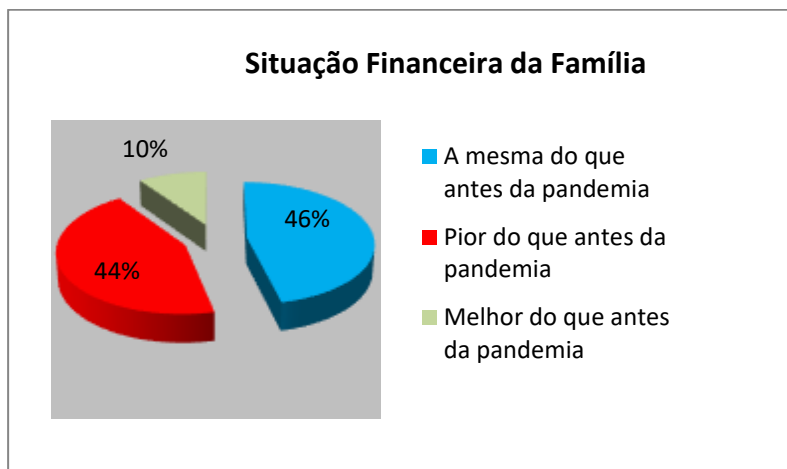
Com relação à pessoa na casa que contraiu Covid-19, a situação se apresenta diferente em comparação com a raça/cor dos adolescentes. Das 12 pessoas que moram com adolescentes que se declaram da raça amarela, 5 contraíram Covid (41,6%). Das 196 pessoas que moram com adolescentes pardos, 40,8% também contraíram. Das 169 que residem com adolescentes pretos, 38,4% contraíram a doença. Das 97 brancas, 35 pessoas (36%) e dos 9 indígenas, apenas 2 pessoas (22,2%) tiveram Covid-19.

Reunindo as 365 pessoas que moram com os adolescentes pretos e pardos, chegamos a 145, ou seja, 51,2% que contraíram COVID-19.

Sobre a situação financeira da família, 54% avaliaram que a situação ficou melhor ou igual, enquanto para 46% a situação ficou pior do que antes da pandemia. Um dado diferente do relatório anterior que mostrou 80% para situação pior na pandemia. Vale lembrar que o auxílio emergencial foi pago até dezembro e só retornou a partir do mês de abril de 2021. Neste sentido, os alunos da primeira rodada do curso passaram 3 meses sem que a família pudesse contar com a renda do auxílio

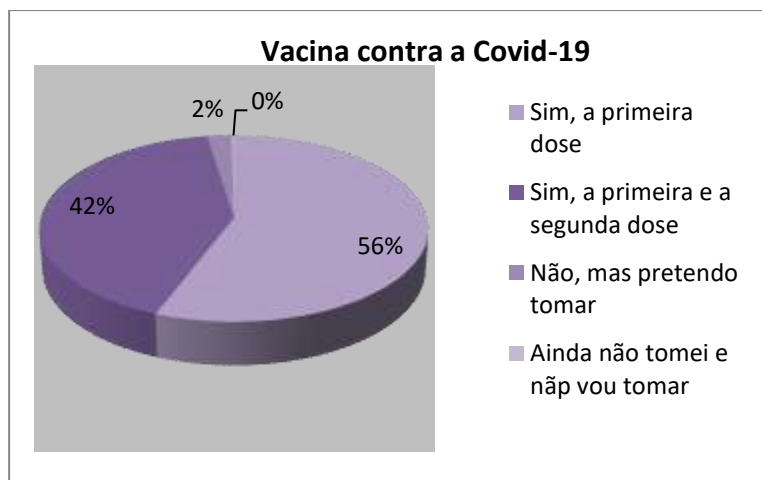
Latinidade

emergencial. Na segunda rodada, o auxílio já estava sendo distribuído. Este fato provavelmente influenciou a percepção dos estudantes, estabelecendo uma diferença entre a primeira e a segunda rodada do Curso de Formação.



Observando o gênero/sexo e a raça/cor, temos os seguintes quadros para a situação financeira na casa dos estudantes

Sobre a vacina, a maior parte (56%) dos adolescentes tomou a primeira dose. 43% tomaram as duas doses, ou seja, 98% dos adolescentes do PTPA tomaram pelo menos uma dose da vacina, o que revela uma adesão significativa.



Considerações Finais:

Com este levantamento realizado com os alunos do PTPA da FIA, identificamos que a pandemia consistiu no agravamento da situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que 56,8% dos alunos tiveram ensino presencial e remoto ou apenas remoto, durante o segundo semestre de 2021. Vale destacar que apenas 26% declararam possuir uma conexão na internet boa ou excelente, o que compromete ainda a qualidade do ensino. Por outro lado, apenas 20% responderam que puderam contar com algum auxílio financeiro da escola. Além disso, a suspensão das aulas e a variação entre o ensino presencial e remoto reduziram o acesso à merenda.

Outro dado relevante foi sobre os estudantes foi que 42% responderam como atividade mais frequente na pandemia, os afazeres domésticos (33,7%), a tentativa de aumentar a renda (5%) e o cuidado dos irmãos (3,5%). Este dado é relevante pois refere-se às atividades desempenhadas mais por obrigação do que por vontade dos adolescentes. Elas indicam a possibilidade

Latinidade

de atividades de trabalho, mesmo não sendo todas de trabalho remunerado.

A pandemia agravou a situação de vulnerabilidade social para 44% dos adolescentes que identificaram uma piora da situação financeira na pandemia. Portanto, como a situação da saúde não surgiu como um problema, já que 79% dos estudantes consideraram a sua saúde boa ou excelente, apesar da ansiedade que experimentaram na pandemia, podemos afirmar que para os adolescentes do PTPA o impacto negativo da pandemia foi menos da saúde do que do agravamento da situação social. Neste contexto, o PTPA mostrou uma política importante aos adolescentes, tendo em vista a manutenção do vínculo do programa com a família e os adolescentes, o reforço do conteúdo disciplinar, a vacinação e a assistência fornecida aos adolescentes pelo trabalho realizado por psicólogos e assistentes sociais.

Referências:

MONTUANO, Thiago. Relatório da Coordenação Pedagógica – Primeiro Semestre de 2021. Rio de Janeiro: PTPA-FIA/UERJ, 2021. (Mimeo)

SIERRA, Vania Morales. Relatório de Acompanhamento do PTPA 2021. Rio de Janeiro: FIA, Julho de 2021. (Mimeo)

SIERRA, Vania Morales. Relatório de Acompanhamento do PTPA 2021. Rio de Janeiro: FIA, Dezembro de 2021. (Mimeo)

Recebido em: Agosto de 2022

Aprovado para publicar em: Setembro de 2022.

Latinidade

Normas Editoriais

→ O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico, vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

→ Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

→ O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

→ Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

→ Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

→ As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo

autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.

→ As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

→ Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

→ Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).

→ Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

→ As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha. Latinidade_2018_2_desbastado.indd 287
11/06/2019 08:41:53

→ Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.

→ A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

→ Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

→ Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

→ Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

→ São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

→ Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

